

TRATADO PRATICO COMPENDIARIO

D A S

PENSÕES ECCLESIASTICAS

CONFORME O DIREITO CANONICO

ANTIGO, NOVO, E NOVISSIMO;

ESTILOS DA CURIA ROMANA; OPINIÕES MAIS DEPURADAS;
E REGALIAS PARTICULARES DO NOSSO REINO.

POR

MANOEL D'ALMEIDA SOUSA
DE LOBÃO.



L I S B O A:

NA IMPRESSÃO REGIA. ANNO 1815.

Com licença.

A Multiplicidade de Causas Beneficiaes, e sobre Pensões Ecclesiasticas, que no decurso de muitos annos concorrião á minha Banca, me obrigavão a fazer especial estudo nestas materias: Evendo que não tinhamos hum Reinicula, que tratasse de Pensões Ecclesiasticas, tive a prevenção de fazer, e deixar apontamentos, com que podesse em algum tempo organizar esta Obra: Chegou o tempo de ter junto para ella em fragmentos o preciso para a sua perfeita organização: E depois de ter dado á Luz os Tratados dos Direitos Dominicaes, do Direito Emphyteutico, do Direito Censuario; era de necessidade este de Pensões Ecclesiasticas, como outra especie de prestações annuas. Restão-me duas Dissertações Canonicas, huma sobre Dizimos; outra sobre Oblações pias, annuas, ou momentaneas; devidas, ou voluntarias; o que tambem entra na classe geral de prestações. Estas duas Dissertações estão perfectas, e só falta transcrevellas em pureza: Se o tempo, a pouca saude, e os muitos annos mo permittirem, farão hum Appendice desta Obra.

Reconhecendo-me sem authoridade alguma propria, observei aqui o meu costume de transcrever as

especiaes doutrinas dos DD., com que me afianço; attribuindo a elles o que exponho; e para que deixando-me os Leitores só o louvor do trabalho, que me propuz (e que me he innegavel), uzem das citadas doutrinas, como lendo-as nesses DD., e como proprias delles, e não como minhas, nas suas Allegações, ou Votos.

C A P I T U L O I.

Origem das Pensões Ecclesiasticas: Destinação primitiva das Rendas Ecclesiasticas.

§. 1.

O Cardeal João Baptista de Luca no seu especial Tratado das Pensões em ornato da Constituição de Innocencio XI. Cap. 2. n. 7. attribue o primeiro uso das Pensões Ecclesiasticas ao princípio do Seculo IV. depois da paz da Igreja, fundado na Lenda de S. Silvestre no Breviario Romano = *ut clericis egentes conjungerent* =: E daqui deduz o seu princípio. O grande Canonista Gibert. *Corp. Jur. Canon. Tom. 3. pag. 100. , Peg. 2. diz* = *Antiquius juris caput, in quo Pensio vox in rebus Ecclesiasticis usurpata est, Cap. 30. Caus. 18. Q. 2. a n. 555.*

§. 2.

Outros marção o seu princípio no Concilio Chalcodonense, Natal Alex. Tom. 9. *Histor. Eccles. Art. 13. §. 17. ;* assentando, que antes deste Concilio por nenhum monumento da antiguidade constava de taes Pensões; Van Esp. ao mesmo Concilio Tom. 7. pag. 25. Col. 1. *in fin. ; et de Jur. Eccles. P. 2. Sect. 3. Tit. 11. Cap. 1. n. 6.* O nosso Barbos. de *Jur. Eccles. L. 3. C. 11. n. 54. ,* deriva a origem das Pensões do tempo do Papa Symacko no *Can. Possessionis Caus. 16. Q. 1. ,* e do Papa Gelasto no *Cap. fin. Caus. 16. Q. 6.*

TRATADO PRATICO COMPENDIARIO

Nota: Vista a Censura de *Berard. in Canon. P. 2. Cap. 48. de Symacho pag. 380., e Cap. 46. de Gelasio pag. 367. Col. 1.*; sobre ser apocrypho o Canon attribuido a *Gelasio*, as pres- tações, que ahi se enunciação, erão humas simples esmolas alimentarias prestadas dos Reditos das Igrejas a Clerigos benemeritos, a Religioes, a Peregrinos vitaliciamente: Este mesmo he o sentido do Concilio Chalcedonense (no anno de 451. ex Van-Esp. Tom. 7. pag. 12.), a que tambem attribuirão a primeira origem destas Pensões; differentes das dos nossos Seculos, como bem advertio *Berard. in Jus Ecclesiast. Tom. 2. Diss. 6. C. 3. pag. 250. (Edicc. de Venez.)* ut ibi = *Si Pensionum primam originem inspicimus, ea antiquissima dignoscetur; ita tamen, ut non egrederetur naturam alimentorum, quae certis personis ex miseratione, charitate, ac pietate decernebantur.... Simile exemplum apparet in Action. 12. Concil. Chalcedonensis.... Haec uti jobam, rudes sunt novarum Pensionum imagines; etenim habebantur non a Beneficiario singulari, sed ab ipsa Ecclesia; non in certa quantitate consistebant; sed in alimentis; aliquando etiam aut elapso certo tempore, aut mutatis causarum adjunctis, ipso jure cessabant. Pensiones, quales in praesentia existunt, introduci caperunt, partitione facta inter Clericos honoratam Ecclesia, et unicuique certo aliquo titulo, certo officio sacro gerenda, certis etiam bonis titulo beneficii datis; et quoties bona istaec exheriora essent, non fuit dubitatum, quin de illis certa portio deberetur alteri indigenti Clerico concedenda, qui tamen nec sacri officii*
 "ge-

*“gaudenti communionem haberet, nec ulla modo
 “in administratione bonorum Beneficiorum curam
 “gerere.”*

§. 3.

Temos exemplos de Pensões Ecclesiasticas nas Epistolas de S. Gregorio (pelos annos de 590) *Em Van-Espen. de Jur. Eccles. P. 2. Sect. 3. T. 11. C. 1. n. 9.* No nosso Concilio Nacional de Meida em 666. Can. 13. (transcripto na *Monarq. Lusitan. Tom. 2. P. 2. Liv. 6. Cap. 22.*) já se suppõe o uso das Pensões ut ibi = *Ordem, que os Bispos possuão “melhorar com pensões, e beneficios aquelles Sacerdotes, que virem aproveitar mais na virtude.”* Em 867 Sabarico, ultimo Bispo de Dume, juncto aos muros de Braga, vendo esta Cidade, e toda a Diocese destruida e assolada pelos Sarracenos, pedio a Flaviano, Bispo de Lugo, a Graça de conceder-lhe em Prestamto para seu vestido, e sustento as Igrejas, que existião no Condado de Montenegro. Em 1171. Godinho Bispo de Vizeu deu a Domingos Annes benemerito da Igreja, e pobre, hum Prestimonio vitalicio. Em 1296., hum a Constituição de D. Martinho Arcebispo de Braga suppõe já o uso das Pensões neste Reino; porque determinou, que toda a Igreja cujo rendimento não excedesse de 80. libras de dinheiros Portuguezes não possa ser onerada com Prestimonio. *Ir. Joaquim de S. Roz. no Elucidar. debaixo das palavras = Erestamto, e Prestimonia.*

Nota: Pelos annos de 1473., e antecedentes erão já neste Reino tão frequentes as Pensões impostas pelos Papas a favor de Estrangeiros, e Cardeaes em Beneficios deste Reino; que essa frequencia occasionou a que os Povos nas Cortes de

de Coimbra se queixassem ao Rei, que não as consentisse; e com effeito as prohibio, *Deducç. Chronolog. P. 2. Demonstr. 6. Monumento 5.º pag. (mibi) 88.*

SECÇÃO UNICA.

Destinação primitiva das Rendas Ecclesiasticas.

§. 4.

NO nosso 1.º Concilio *Bracharense*, transcripto na *Monarq. Lusit. P. 2. L. 6. C. 13. pag. 264.* “*A-
“prouve, que das Rendas Ecclesiasticas se fação
“tres porções iguaes, huma para os Bispos, outra
“para os Sacerdotes, e a terceira para a Fabrica,
“e alampadas da Igreja, da quarta parte o Aci-
“preste ou Arcediago, que a administrar, faça sua
“reção ao Bispo.*” Assim o Can. 25. No Concilio *Aquisgratense* do anno de 816.; no *Vermense* a n. 844., e os mais, que refere *Van-Esp. de J. E. P. 2. Sect. 4. T. 1. C. 3.*; se dizião os redditos Ecclesiasticos *Vota fidelium, pretia peccatorum, et patrimonia pauperum.*

§. 5.

Carlos Magno, a quem a Igreja deve o firme estabelecimento dos Dizimos (veja-se a minha especial Dissertação sobre elles) fez a famosa divisão delles em quatro partes, 1.ª para a Fabrica das Igrejas; 2.ª para os Pobres; 3.ª para o Bispo; 4.ª para os Clerigos, *Montesq. Espir. das Leis L. 31. Cap. 12.* Nos Foraes, que o nosso Rei D. Sancho I. deo no anno de 1119. a Pennamacor, Proença a Velha, Salvaterra d’Extremo mandou pagar os Dizimos e Primicias a todas as Igrejas, das quaes o Bispo teria huma 3.ª parte;

tê; os Clerigos ou Parochos outra, e a outra 3.^a ficaria aos Parochianos para a gastarem onde fosse necessario, como Ornamentos, Livros; Fabrica. Fr. Joaquim no Elucid. verb. *Garda* pag. 14, e verbo *Terças Pontificaes* pag. 376.: Sobre esta antiga distribuição desde o Seculo IV. se póde ver *Van-Esp. de J. E. P. 2. Sect. 4. T. 1. Cap. 6. pag. 162.*

Nota: "*Ouamvis hodie distributio illa antiqui juris in omnibus non servetur; illud tamen, et jure, et consuetudine receptum est, ut hoc onus (de reparandis Ecclesiis) in prædictis redditibus, proventibus, et decimis annexum, eum sequatur, qui eorum usum, fruitionem, perceptionem, et commoditatem habet.*", Assim com *Peckio de Reparand. Eccles. C. 14., Benedict. Inst. Eccles. 100. n. 12.*

C A P I T U L O II.

*Espirito da Igreja na Concessão destas Pensões:
Causas e fins, a que se limitavão: Pro-
gressos dellas.*

§. 6.

SE com o *Cardeal de Luc.* (§. 1.) attribuímos a origem das Pensões á Lenda de S. Silvestre; o mesmo *Luc. Cap. 2. n. 7. e 8.* diz isto. "*Idem Pontifex Silvester Primus statuit, et providit, ut Clericis copiosis egentes conjungerent; prout sacra legenda Brevarii Romani in die ejus commemorat: nis, comprobat quod vere et propriè importat, vel importare debet reservationem pensionum super*

B

" *Ec-*

*“Ecclesiastici Beneficii fructibus, et proventibus,
 “ut scilicet Clerici provisi de pinguibus Beneficiis,
 “quorum fructus, et redditus exuberant ultra con-
 “gruam sustentationem et alia necessaria pro Ec-
 “clesia, subventionem aliquam pauperibus Clericis,
 “vel pauperibus secularibus, ut aptiores fiant ad
 “Ecclesiæ servitium, præstare debeant, sive id fie-
 “ri in pecunia, sive in frugibus, et victualibus:
 “Quinimo juxta antiquas traditiones, in aliqua
 “fructuum, et victualium quantitate, vel quota jux-
 “ta primævam introductionem pensio consistebat,
 “tanquam per speciem societatis vel admissionis ad
 “participationem pro illa rata, sive per viam sepa-
 “rationis aliquorum prædiorum, et bonorum, ex
 “quibus Pensionarius, manu sua reservatam perci-
 “peret pensionem., Conf. Berard. §. 2. Not.*

§. 7.

Do Concilio Chalcedonense, e das Epistolas de
 S. Gregorio, que trancreveo Van-Esp. Tom. 5. Tra-
 ct. de Simonia P. 2. de Pension. §. 2.; infere o mes-
 mo Van-Esp. §. 3. ut ibi *“Circa ea quæ §. præce-
 “denti ex Concilio Chalcedonensi, et S. Gregorio,
 “tanquam Pensionis Ecclesiasticæ manifesta vesti-
 “gia protulimus, duo maxime notanda sunt. Pri-
 “mum, quod illa quæ ad instar pensionis Episco-
 “pis aliisve Clericis ex rebus Ecclesiæ, cui actu non
 “sunt adscripti, concessa leguntur miserationis in-
 “tuitu, nutrimenti, vel alimentorum, seu necessa-
 “riorum gratia data sunt, ut ex verbis, quibus
 “indulta fuerunt, videre licet. Secundo notandum,
 “quod non legatur intercessisse ulla conventio inter
 “illum, qui Episcopatum, aliudve Ecclesiæ minis-
 “terium dimittit, et illum, qui ipsi esset successu-
 “rus de danda aliqua annua pecuniæ, aut proven-
 “tuum portione: Sed per Synodum, aut Pontificem
 “nul-*

“*nullo præcedente partium pacto, miserationis, at-*
 “*que æquitatis, justitiæque intuitu, statutum, si-*
 “*ve indultum fuisse; ut ab Ecclesia pascatur, vel*
 “*vitiæ necessaria reciperet. Porro, sicuti pensiones*
 “*legitimæ per Ecclesiæ Prælatos indultæ recte dici*
 “*possunt a Sacris Conciliis et Pontificibus quoad*
 “*substantiam esse probatæ: ita e converso Pensio-*
 “*nes, quæ ab illis discrepant, non ex Canonum au-*
 “*thoritate, sed potius ex cupiditate introductas, abu-*
 “*sive contra Ecclesiæ mentem, et Conciliorum, atque*
 “*Pontificum sæpius iterata Decreta frequentari,*
 “*in sequentibus ostendetur.*”, O mesmo Van-Esp.
 de Jur. Eccles. P. 2. Sect. 3. Tit. 11. C. 1. a §. 6.
 Conf. Eeibel Introd. ad Jus Eccles. Tom. 4. §. 448.
 Not. (c). Gmeiner. Inst. Jur. Eccles. Sect. 1. §. 227.
 et 228.

§. 8.

Em quanto só com estas causas se concedião as Pensões, como esmolas aos Clerigos indigentes, e benemeritos; prestadas dos redditos superfluos dos Beneficios; se cumprião os fins, ou hum dos fins da applicação de parte dos bens Ecclesiasticos (§. 4. 5.); e não havia jámais opposição, ou escandalo; Van-Esp. d. C. 1. n. 11. “*At tum labentibus sæculis prætex-*
 “*tu Pensionum caperunt proventus Ecclesiastici ve-*
 “*ris Titularibus, et ministris Ecclesiarum subtra-*
 “*hi, et aliis non indigentibus indiscriminativè, et*
 “*sine ulla moderatione reservari, cum summa pro-*
 “*ventuum Ecclesiasticorum inversione, et dilapidatione.* Nequaquam defuere, qui hujusmodi abusui
 “*reservationum pallio Pensionum tecto se opposue-*
 “*runt; dicentes pensionum hunc non esse legitimum*
 “*uum, sed abusum.*”, Conf. Gmeiner supra §. 228.
 Schol. ibi = Ast aliud Sæculo XII. pensionum genus
 “*invaluit, quo non modica reddituum pars, sine*
 “*dis-*

*“discrimine, num superflua esset, Ministris Eccle-
 “siasticis, nulla etiam moderatione in parum egen-
 “tes profundi cepit.”*

§. 9.

Este excesso dos primitivos Canones occasionou no nosso Reino a Constituição do Arcebispo de Braga em 1296., para que não podesse ser pensionada toda a Igreja, cujo rendimento não excedesse 80 libras (§. 2.). Grassou cada vez mais o abuso; e quando governava o Papa Paulo III., hum Concilio por Elle determinado chamado vulgarmente *Concilium Dilectorum Prelatorum sub Paulo III.*; depois de ponderar, o que transcreve *Van-Esp. n. 2. e 3.* conclue no n. 4. ut ibi = *Ideo omnes fructus reservari, admi-
 “mque id omne quod Divino Cultui, sustentationi-
 “que, habentes Beneficium, tribut debet magnus est
 “abusus. Itemque pensiones dari Clericis divitibus,
 “qui commode, et honeste vivere queant, ex rediti-
 “bus, quos habent, magnus certe abus, tollendus
 “uterque. Itaque ex Sententia hujus Laudatissimi
 “Patrum Concilii, pensiones aliud non sunt, quam
 “portio aliqua proventuum, que honeste sustenta-
 “tioni habentis Beneficium superest per modum cu-
 “jusdam eleemosynæ in sustentationem alicujus Cle-
 “rici reservata, vel assignata., Confirma-se Gmei-
 ner supra sub §. 228., aonde transcreve o mesmo Concilio.*

§. 10.

As causas porque depois por varias Decretaes se permitirão as Pensões, as recopilou *Gibert. Corp. Jur. Canon. Tom. 3. Tit. 9. de Benefic. Ecclesiast., Sect. 7. Reg. 8. pagin. 100 ibi* “Pensionum causæ,
 “quæ in Canone expresse probantur, sunt.

“1º, Si in signum foundationis Beneficii Funda-

“tori in ipsa fundatione Pensio reservetur. Cap. 23.
“de Jur. Patron.

“2.^o, Si in argumentum perceptæ Libertatis Epis-
“copo, vel Papæ Pensio persolvenda Ecclesiæ exem-
“ptæ imponatur, Cap. 10. de Privil. in 6. Quod
“restringendum ad casum, quo modica est, alias sa-
“peret simoniam.,,

“3.^o, Si ad permutationis realis inæqualitatem
“compensandam, Ecclesiæ, cujus possessiones mino-
“ris sunt pretii, pensio imponatur, alteri compermu-
“tatae, cujus possessiones multo pluris valent, persol-
“venda, Cap. 6. de Rer. permutat.

“4.^o, Si propter cessionem juris temporalis in ali-
“qua Ecclesia, vel Monasterio, cedenti suisque suc-
“cessoribus solvenda pensio constituitur Cap. 21. de
“Censib.

“5.^o, Si in sustentationem Vicarii Beneficio Cura-
“to in simplex converso, vel Dignitati, Similive
“Beneficio accessorie unito, pensio constituitur, Cap.
“30. de Præbend.

“His omnibus causis pensio est ex causa
“perpetua, atque ideo ipsa quoque perpetua.

“6.^o, Si pacis causa inter duos circa idem Bene-
“ficio Collatantes statuatur Cap. 21. de Præbend.

“7.^o, Res gnanti Beneficium, cujus curam pro-
“pter infirmitatem incurabilem exercere non valet, ac
“alias unde vivat non habenti, pensio sustentationi
“congruæ reservetur, Cap. 14. Caus. 7.^a Q. 1.

“8.^o, Si Rectore Beneficium suum uniri patien-
“te, ac illius fructus detinente, pensio reservetur
“Capitulo, cui fit unio, in signum factæ unionis,
“Cap. 9. de Restit. Spoliat., Gonzal. in illud.

“9.^o, Coadjutori, qui Rectori datur, pensio mo-
“derata assignetur Cap. un. de Cler. ægrot. in 6.

“ 10.º, Si propter Constituentis necessitatem
 “ constituatur; ut fit quando ad solvenda debita certa
 “ pars Beneficii vacantis proventuum ad aliquot annos
 “ retinetur, ex concessio Beneficiorum vacantium fru-
 “ ctus retinendi beneficio Cap. un., quod præcipit ut
 “ beneficia sine diminutione hujus privilegii conferan-
 “ tur. „

“ A sexto numero ad ultimum habentur ex-
 “ empla Pensionis temporaneæ. „

§. 11.

Os casos referidos n. 3.º, 6.º, e 7.º são os mais frequentes, e cujas Pensões entrão neste Tratado. As Pensões mais odiosas, com que se gravão os Benefícios, e de que tenho fallado a §. 6., são o meu principal objecto. O grande *Gibert.* não nos refere huma só Decretal, em que ellas (além das da Primitiva Igreja, limitadas aos casos, que temos visto), possam ter fundamento. Só ao abuso pois se devem attribuir. O quanto no Concilio Tridentino se trabalhou para extirpar este abuso, e se reduzir áquelle uso da Primitiva (§. 6. 7.); e o quanto forão frustradas as tentativas, se póde ver no citado *Van-Esp. a n. 12.*; e o mais que o Concilio Tridentino pôde determinar nas circumstancias daquelle tempo, he o que vê na *Sess. 24. Cap. 13. de Reformat., Feibel Tom. 4. sub §. 488.* Bem que S. Carlos Arcebispo de Milão, que foi hum dos Padres do mesmo Concilio, absolutamente se oppoz no seu Arcebispado a toda a Pensão; e só permittio huma a hum pobre, e benemerito Clerigo.

DAS PENSÕES ECCLESIASTICAS.

C A P I T U L O III.

Se as Pensões são odiosas, ou favoráveis.

§. 12.

Muitos Canonistas declamarão altamente pelo odio das Pensões: 1.º, porque contrárias ao Direito Canonico commum: 2.º, porque por ellas se subtrahê o necessario aos Ministros da Igreja: 3.º, porque se fraudão as Fabricas da Igreja: 4.º porque os redditos Ecclesiasticos contra a sua natureza se dão aos que não servem ao Altar: 5.º, porque muitos adquirem os Beneficios só com as intenções de os renunciar, e nas renunciâs reservarem pensões, sem a devida intenção de se fazerem adscripticios á Igreja: 6.º porque pelas Pensões se illudem os Canones que repugnão, já á scisura, já á multiplicidade de Beneficios na mesma pessoa: 7.º, porque huma Pensão absorve as esmolas, que se deverião repartir por muitos pobres: Estas e outras razões cummularão *Van-Esp. de Jur. Eccles. P. 2. Sect. 3. T. 11. Cap. 2., Gmeiner. Inst. Jur. Eccles. Sect. 1. no Schol. ao §. 228., Eeibel. Tom. 4. sub §. 448., Rieg. P. 3. §.* : Que absolutamente são odiosas, o disse com outros DD. *Osor. de Patron. Reg. Resol. 20. n. 15., et Resol. 65. n. 18.*

§. 13.

Pelo contrario o nosso *Agostinho Barbosa* (bem que apaixonado a seu favor e em causa propria) no *Pro m do Tratado de Pension. n. 9. et 10.*, com alguns DD. disse "*Reservationem Pensionis nullo modo dici odiosam; immo semel in esse deductam favorabilem censerî; justum, enim, et sanctum*"
"est

“est ex superfluis ab uno auferri, ut detur egenti
 “per eum, cui reddituum Ecclesiasticorum absoluta
 “est administratio, præcipue ubi concurrunt consen-
 “sus eius, qui videtur gravari, in quod perpetuo
 “Papa de igit oculos; ac certe lencio non est odio-
 “sa quia non reservatur in odium Titularis, sed
 “in favorem Tertii, habetque admixtam illam pu-
 “blice utilitatis rationem, ut scilicet ex pingui Be-
 “neficio plures Clerici alantur.,,

Este Discurso de *Barbosa* era digno de huma
 larga censura sobre o todo, e cada huma das
 suas palavras: Basta dizer que escreveo em cau-
 sa propria, e que he em si capcioso confundin-
 do a antiga disciplina da Igreja (§. 6. 7.) com
 o presente abuso das Pensões, *sine discrimine*,
sine moderatione, etc. (§. 8.).

§. 14.

Tondut. de Pensionib. Cap. 81., tratou ex pro-
 fesso esta Questão; e depois de expor a n. 1. varias
 opinões, e explicar em geral o que en si he favora-
 vel, ou odioso; passa no n. 10, 11., 12., a fazer
 estas distincções, ut ibi =

“His ita constitutis resultat prima Conclusio,
 “quod Pensio antequam constitutatur, et in ipso re-
 “servationis articulo est odiosa; postquam vero cons-
 “tituta fuit, est favorabilis. Ratio est, quia ante-
 “quam constitutatur, et in ipso reservationis articu-
 “culo agitur de prejudicio Ecclesie, et de servitute
 “Beneficio impendendi, sed cum constituta est agi-
 “tur defavore Pensionarii, quem solum principali-
 “ter superior concedens consideravit; odium vero,
 “et gravamen Ecclesie solum consideratum fuit in
 “consequentiam, et minus principaliter, et per con-
 se-

“sequens, cum favor et odium separatim considera-
 “ri possint, pensionis favor odio prævalere debet.
 “Quod probatur potissimum ex eo quod pensionum
 “institutio facta fuit, ut Beneficii pinguis posses-
 “sor egentibus Clericis, vel pro litterarum studiis,
 “aliisque necessariis subveniret; quod tamen pro-
 “cedit in pensione, quæ constituitur, seu reserva-
 “tur super Beneficio vacante, non autem, quando
 “expost assignatur, hæc enim non est favorabilis.,

“Secunda Conclusio: Quamvis Pensionis reser-
 “vatio esset odiosa, tamen non potest dici odiosa
 “odio irrationabili, sicuti dicitur de statuto exclu-
 “dente fæminas propter masculos, quod licet videat-
 “ur odiosum; tanquam contrarium dispositioni ju-
 “ris, non tamen dicitur odiosum odio irrationabili,
 “quia continet favorem Reipublicæ, et familiarum
 “conservationem, ad quas directa fuit principalis
 “intentio statuentium, etc.,

“Tertia Conclusio: Pensiones. S. R. E. Cardi-
 “nalibus reservatæ non sunt odiosæ, imo favorabi-
 “les, etc. Quarta Conclusio: Pensio a Summo Pon-
 “tifice reservata motu proprio est favorabilis et am-
 “plam suscipit interpretationem, etc. De Pensione
 “vero in quota fructuum, et cum reservatione om-
 “nium fructuum loco pensionis, nec de translatione
 “pensionum, utrum contineant odium vel favorem,
 “suis locis explicavimus.,

§. 15.

Em fim o Cardeal de Luca no especial Trata-
 do de *Pensionib.* em ornato da Constituição de In-
 nocencio XI. as sustenta favoraveis só em quanto ap-
 plicadas, como por esmola, ás pessoas necessitadas;
 e não em quanto abusivas, contra o primeiro espiri-
 to da Igreja; e ao mesmo passo satisfaz ás razões
 contrárias, ut Cap. 2. n. 6., *ibi* =

“*Super isto Pensionum usu, tam circa ejus in-*
 “*troductionem et modum, quam circa punctum, an*
 “*ille sit damnatione, vel commendatione dignus,*
 “*varii varia dicunt, prout genium, seu livor, et*
 “*frequentius imperitia suadent: Aliqui enim istam*
 “*introductionem credunt modernam, et abusivam*
 “*Romanæ Ecclesiæ; ideoque illam damnant, tum*
 “*quia producat mala, et inconvenientia, de quibus*
 “*infra; tum etiam quia illam reputant contrariam*
 “*Sacris Canonibus disponentibus, ut beneficia con-*
 “*ferri debeant sine diminutione (§. 11.). Verum*
 “*quatenus pertinet ad substantiam, vel genus, cla-*
 “*rus est illorum error; mala verò ab eis considera-*
 “*ta, non consistunt in substantia, vel genere sed*
 “*in modo indiscreto, et irregulari, ex quo resul-*
 “*tat abusus, per quem ipsum genus per se bonum,*
 “*non est reprobandum; siquidem etiam Sacramen-*
 “*talia, aliaque divina, et spiritualia, in suo ge-*
 “*nere sunt bona, et optima, sed per abusum con-*
 “*vertuntur in superstitiones, et in mala; non per*
 “*hoc tamen dicenda sunt in genere damnabilia. Prout*
 “*etiam salubriora, et meliora pharnaca, et medi-*
 “*camenta, vel salubriores, et meliores cibi, quan-*
 “*do adsit abusus, convertuntur in venenum, et ma-*
 “*la producant, etc., etc.*

E no n. 11., 12., 13., ibi =

“*Commendatione itaque potius, quam damna-*
 “*tione dignus censendus est usus, quando discrete,*
 “*et cum debita proportionem practicetur ad limites*
 “*rationis, ob quam hæc introductio inolevit, ut sci-*
 “*licet absque notabili Ecclesiæ, et Titularis grava-*
 “*mine, et præjudicio, sequatur in illa fructuum*
 “*parte, quæ exuberet, quia excedat congruam Be-*
 “*neficiati sustentationem, aliaque onera pro Eccle-*
 “*sie cultu, et servitio, aliisque congruis expensis;*
 “*at-*

“atque reservatio justum habeat motivum ab ipso
 “S. Silvestro (§. 6.) Primo habitum, ut Clerici
 “Locupletes subveniant Clericis pauperibus, ad li-
 “mites indigentiae, et pro congruo, et honesto sub-
 “sidio, sive commodiori sustentatione, ut etiam in
 “forma Litterarum Apostolicarum exprimi solet;
 “præterquam in pensionibus, quæ reservantur in
 “favorem Cardinalium, dum in eis dicitur, ut de-
 “centius iste status, juxta sublimitatem Cardina-
 “latus, teneri possit. Id enim satis congruam, et
 “honestam habet rationem. Id enim satis congruam,
 “et honestam habet rationem; quoniam cum Benefi-
 “ciatus teneatur id, quod superest, ultra pro-
 “prium, et Ecclesiae sustentationem, erogare in
 “elemosynas, et in subventionem pauperum; hinc
 “licite potest Papa, vel in suis casibus Prælatas
 “(ut infra C. 6. Sect. 2.) ita præfigere Beneficiato
 “illos pauperes, quibus aliquam subventionem dare
 “debeat. Sed quoniam in hoc mundo, etiam in mo-
 “ralibus, atque omne optimum, quando corrumpa-
 “tur, convertitur in pessimum; hic ex abusu po-
 “tius, quam ex ipsa introductione in genere, tra-
 “ctu temporis, corruptisque moribus, irrepserunt
 “illa scandala, et mala jam nota (§. 8.), quæ
 “ab impugnatoribus (§. 11.) istius pensionum usus
 “exagerari solent. „

“Erronea itidem, et contemptibilis censenda
 “est opinio illorum, qui credunt istum pensionum
 “usum, etiam bene regulatum, esse contra dispo-
 “sitionem Sacrorum Canonum, præcipientium, ut
 “Beneficia conferri debeant sine diminutione, quam
 “exinde sequi opinantur: In hoc enim dignoscitur
 “magna imperitia; quoniam tunc Ecclesia, vel Be-
 “neficio diminutionem pati dicitur, quando tangi-
 “tur, vel scinditur ipsius Beneficii substantia, vel

“*proprietas, tam in spiritualibus, puta adimendo*
 “*a Titulari aliquam partem jurisdictionis, et ad-*
 “*ministrationis, et subditorum; quam in tempora-*
 “*libus, puta adimendo, et dismembrando aliqua*
 “*loca, vel prædia, sive alias ipsam Ecclesiam ser-*
 “*vituti alicui supponendo; adeo ut illa ad cujus*
 “*favorem hæc dismembratio, vel provisio fiat, ac-*
 “*quirat aliquod jus formatum in re, vel ad rem,*
 “*sive obtineat aliquam participationem in jure, vel*
 “*administratione; quorum nihil sequitur in reser-*
 “*vatione hujusmodi pensionis in pecunia, vel etiam*
 “*in ipsa specie fructuum, quoniam revera non est*
 “*imponere servitutem ipsi Ecclesiæ, ejusque bonis*
 “*in proprietate; minusque est dare verum usufru-*
 “*ctum, etc. (omitto as mais razões do Cardeal de*
 Luca a este argumento contrário.)

C A P I T U L O IV.

Se as Pensões são Benefícios: Em que se asseme-
lhão, ou differem: Consectarios, que daqui
se deduzem.

§. 16.

T *Ametsi* (diz Van-Esp. de J. E. P. 2.^a Sect. 3.
 “T. II. C. 9. a n. 1.^o) *Pensio non sit proprie Be-*
 “*neficio, tamen Pensiones illas hodiernas, quæ ex*
 “*causa permutationis, resignationis, vel Cessionis*
 “*(§. 10.) reservari solent, esse loco Beneficii, et*
 “*quasi in locum Beneficii resignati, sive cessi succe-*
 “*dere, communiter notant Canonistæ. Atque inpr-*
 “*mis Pensio id habet cum Beneficio commune, quod*
 “*nonnisi ad vitam Pensionarii, ad instar Beneficii,*
 “da-

“dari soleat; Unde et morte naturali etiam extingu
 “nemo dubitat. Ulterius hujusmodi Pensio id habet
 “cum Beneficio commune, quod juxta hodiernum sty-
 “lum requiritur in Pensionario, non secus ac in Be-
 “neficiato Clericatum; nec pensio alteri, quam Cle-
 “rico dari potest (sed vide infra §. 63.) ex Cons-
 “titu. Sixti V.... Hinc ulterius concludunt Canonis-
 “tæ, praxi comprobante Pensionem extingu per con-
 “tractum matrimonii; quemadmodum amittitur Be-
 “neficio... Similiter sicut Beneficia vacant per pro-
 “fessionem in Religione; ita quoque Pensio vice Be-
 “neficii resignati reservata extingu per professio-
 “nem... Nisi Pensio sit data, sive reservata cum po-
 “testate transferendi, etc.,: Por isto he que diz
 “com outros DD. Rieg. P. 3. §. 272. na Nota que
 “Hæ Pensiones, etsi similitudinem quandam cum
 “Beneficiis habere videantur, Beneficia tamen non
 “sunt.,

§. 17.

Porém Tondut. QQ. Benefic. P. 2. Cap. 1. §. 4.
 com Paris. de Resignat. Liv. 2. Q. 15. e outros avan-
 çou a expor 23. diferenças entre os Benefícios, e
 Pensões, segundo as diversas naturezas daquelles, e
 destas. Nas mesmas concorda em substancia o Card.
 de Luc. no d. Tract. de Pens. Cap. 20. nos quaes se
 podem ver as mesmas diferenças, e em Barbos. de
 Jur. Eccles. P. 3. Cap. 11.: Bem que apezar destas
 diferenças, e combinadas as semelhanças, o douto
 Berard. J. E. Tom. 2. Diss. 6. C. 3. pag. 252. Col.
 2. (Edicc. de Veneza) concluo dizendo “Ex his
 “liquet, paullatim factum esse, ut quamquam adhuc
 “summo jure, Pensiones a Beneficiis distinguantur,
 “multa tamen redderentur, et Beneficiis, et Pensio-
 “nibus communia., Outros absolutamente dizem que
 não

não são Beneficio Ecclesiastico, Portug. de Don. L. 2. C. 32. n. 56.

§. 18.

Outros DD. distinguem, que nas materias favoraveis as Pensões se equipáráo aos Beneficios, mas não nas odiosas, Rigant. ad Reg. 1. Cancellar. §. 8. n. 122. et ad Reg. 45. §. 2.º n. 125., et ad Reg. 55. a n. 174. Luc. Ferrar. Verb. Pensio, Sabell. §. Pensio n. 1.: Desta distincção inferem, que equiparada a Pensão a Beneficio, póde o Pensionario ordenar-se a Titulo della; e goza do privilegio do Canon. Porém a estas Illações se oppõe o citado Card. de Luca; reprovando 1.º esta Distincção, e sustentando absolutamente que as Pensões são Temporaes, e não Beneficiaes: 2.º, que o constituir-se nellas Patrimonio he indifferente porque se póde constituir em quaesquet outros bens estaveis: 3.º, que o Privilegio do Canon foi introduzido em favor dos Pensionarios por costume, e não por Lei Ecclesiastica.

Nota: Quanto a poder constituir-se Patrimonio em Pensão Ecclesiastica, V. o Trident. Sess. 21. C. 2., Ferrar. Verb. Ordo, Art. 2. n. 89.: Se o Bispo póde ordenar hum, que não tendo domicilio legitimo no seu Bispado, tem nelle alguma Pensão Ecclesiastica? V. Tondut. de Pension. C. 34., Luc. de Pens. d. C. 20. n. 13.

Quanto ao Privilegio do Canon: Se delle goza o Pensionario, não andando tonsurado, e vestido em habito Clerical? Vid. Ferrar. Verb. Pensio n. 135., 136., Peg. Tom. 8. ad Ord. L. 2. T. 1. §. 27. a n. 57., Tondut. de Pens. Cap. 33., Barbos. de Jur. Eccles. L. 3. C. 11. a n. 17., Begnud. verb. Pensio n. 22., e sobre todos Cortead. Decis. 129.

§. 19.

Da segunda parte da mesma Distincção (§. 17.), inferem os DD. 1.º, que sendo prohibido pelo Direito Canonico ter dois diversos Benefícios *sub eodem tecto*; não assim nas Pensões, Rigant. ad Reg. 1. Cancellar. §. 8. n. 122. Inferem 2.º, que o illicitamente promovido a Ordens, não he incapaz de conservar as Pensões impostas em seu favor, ainda que na qualidade de Clerigo, Rigant. ad Reg. 45. Cancellar. §. 2. n. 125.: Inferem 3.º, “An sicuti in Beneficiorum impetrationibus exprimendus est valor aliorum tunc obtentus, ita etiam exprimi debeant Pensiones? De Jure in impetratione Beneficii non est facienda mentio, nec de Pensionibus, quas Impetrans percipit, nec de illarum valore, quia Pensio non est Beneficium, nec ullo modo venit appellatione Beneficii; et tanquam diversa semper habuit Concil. Trident. Sess. 21. C. 2., et C. 15. Sess. 21., ubi discretive loquitur de Beneficiis et Pensionibus, et firmant communiter Fagnan... Kochier... Tondut... Castro Pal... Clericat. de Pension. etc., etc. Rigant. ad Reg. 55. Cancellar. n. 174.”

“Et Licet (ainda falla Rigant. n. 175.) Stylus Datariae Pensionarium pro Beneficiato habeat, et ad illius tramites in Beneficiorum impetrationibus exprimi debeant etiam Pensiones, earumque valor, praesertim, si sint sub eodem tecto, Garcia de Benef., etc. Nihilominus id procedit, vel in Pensione assignata in Titulum Beneficii; quando scilicet ex antiquo pinguiori Beneficio nonnulli redditus dismembrantur, ut ex illis novum erigatur Beneficium; quia tunc Pensio illa vere, et proprium Beneficium esset; aut Pensionum expressio fit ad cautellam dumtaxat, non autem ex aliqua necessitate.”

“Hinc (prosegue Rigant. n. 179. et 180.) ex
“ra-

“rationis identitate descendit, ut quemadmodum in
 “Beneficii inpetratione necesse de Jure non est, quod
 “fiat mentio de Pensionibus, earumque valore; ita
 “nec in supplicatione super Gratia reservationis Pen-
 “siones, quas Pensionarius percipit, etc.”, *Confirção-se*
Barbos. de Jur. Eccles. L. 3. C. 11., Tondut. de
Pens., Cap. 64. Clericat. de Pens. Disc. 15.

Nota: Outras Illações são em effeito as dif-
 ferenças mesmas que fazem os DD. citados (§.
 16.) entre os Beneficios e Pensões.

§. 20.

Só sim he a Pensão propriamente Beneficio,
 quando he assignada em Titulo de Beneficio, a saber,
 quando do antigo, e pingue Beneficio se dismembrão
 alguns renditos, e nestes se erige novo Beneficio. Ri-
 gant. supra n. 176., Tondut. de Pension. Cap. 64.
 n. 8., et de Benefic. P. 2.^a Cap. 2. §. 4. n. 22.,
 Ferrar. Verb. Pensio n. 3., 6., 7.: Veão-se Portug.
 de Donat. L. 2. C. 32. a n. 57. Cortead. Decis. 129.
 a n. 70., os quaes bellissimamente distinguem; quan-
 do a Pensão se entende, ou não assignada em Titulo
 de Beneficio, para os diversos effeitos juridicos. Tam-
 bem e sem dúvida he Beneficio a Pensão reservada
 pelo Resignante do Beneficio, *Barbos. de Episcop.*
Alleg. 57. n. 216., Begnudell. Verb. Pensio n. 12.,
e com outros DD. Cortead. supra n. 71.

CAPITULO V.

Definição da Pensão, em quanto diversa de Benefício: Sua divisão.

§. 21.

A Pensão Ecclesiastica na accepção de que a tratamos “Istud vocabulum denotat certam portionem, “quæ alteri, quam Beneficii possessori et Titulari, “in certa quantitate, vel quota, seu specie, singulis “determinatis temporibus, per superiorem, qui istam “habet potestatem, assignatur super fructibus Ecclesiastici Beneficii sub cujus generico vocabulo Ecclesiæ “Cathedrales, et Metropolitanæ, ac etiam Monasteriales veniunt; ideoque dicitur Pensio Ecclesiastica ad differentiam illius Pensionis Laicalis, vel temporalis, quæ cum auctoritate sæculari super bonis, “et juribus prophanis assignatur., Assim o Card. de Luc. de Pension. ad Ornat. Constit. Innoc. Cap. 2. n. 1.: D’outros modos Barbos. de Jur. Eccles. L. 3. C. 11. n. 3. Luc. Ferrar. Verb. Pensio n. 4. Coincide Rieg. P. 3. §. 272. Quanto a mim, a mais exacta definição he a que dá e illustra Clericat. de Pensionib. Discord. 8. a n. 5. ad 12. *ibi* =

“Pensio Ecclesiastica est annua præstatio a superiore super certo Beneficio imposita ex ejus proventibus Clerico legitimo, vel alteri ex dispensatione solvenda, prævia reservatione, vel translatione, ejusdem superioris auctoritate facta. Dicitur annua præstatio; quia de natura Pensionis Ecclesiasticæ est, “ut annuatim solvatur, et tot sint solutiones, quot “fructuum recollectæ. Dicitur imposita a superiore, “nempe, vel a Papa, vel ab Episcopo ob unam ex
 D “quin-

“quinque causis relatis Discord. 1. Dicitur super certo Beneficio, quia si imponeretur super dubio, vel incerto Pensio esset nulla. Incertum est autem, quod generaliter dicitur, et in specie non declaratur. Dicitur in definitione, ex Beneficii proventibus solvenda; quia pensio est onus reale inhærens iisdem fructibus. Dicitur Clerico, quia hodie Laicis Pensiones reservari non possunt, nisi de Suprema potestate Summi Pontificis. Dicitur legitimo, vel alteri ex dispensatione; quia Clerici illegitimi sunt incapaces Pensionum. Dispensati tamen ab Episcopo ad primam Tonsuram evadunt habiles ad obtinendam Pensionem, quamvis hanc habilitatem sufficere pro habenda Pensione reservata ab Episcopo tantum, si autem a Papa reservetur Pensio Clerico illegitimo, esse necessariam ipsius Papæ dispensationem astruat Amyden. de Styl. Datar. Cap. 16. n. 14. Tandem dicitur, Prævia reservatione, vel translatione ejusdem superioris auctoritate facta. Quia non sunt alii modi obtinendi Ecclesiasticas Pensiones, nisi ipsæ vel reserventur a superiore alicui Clerico, vel de uno Clerico, eas sibi reservatas habente, transferantur in alium Clericum, de licentia tamen, ac concessionem Papæ; quam quidem esse difficilem in hac facultate concedenda testatur idem Amyden., etc.,

§. 22.

“Ejusmodi jus (diz Rieg. P. 3.^a §. 273.) cum modo Clericis, modo Laicis ob rationes diversas concedi soleat, sequi ur, pensionem 1.^o, aliam esse Clericalem, quæ Clericis propter officium spirituale, 2.^o, aliam laicam, quæ laicis, vel Clericis ob obsequium temporale; et tandem 3.^o, mixtam aliam, quæ quidem solis Clericis constituuntur, sed alia quam spiritualis Officii causa,, Conf. Luc. Ferrar. verb. Pensio n. 2., Barbos de Jur. Eccles. Liv. 3. Cap. 11.

a n. 9. et 16. Porém o Card. de Luc. no d. Tract. ad ornat. Constit. Cap. 2. n. 3. e 4. , olhando só a essencia e a natureza , reprová a tal divisão , *ut ibi =*

“ Et quamvis etiam in hac specie Pensionis , quæ
 “ cum Ecclesiastica potestate assignata sit super fru-
 “ ctibus Ecclesiastici Beneficii apud Juris Professores
 “ eadem habeatur distinctio inter Ecclesiasticam , vel
 “ spiritualem , et temporalem ; attamen id non pro-
 “ venit a diversa qualitate subjecti , vel Beneficii , quod
 “ hoc onere gravatur , sed a qualitate personæ , ad
 “ cujus favorem hæc reservatio , vel assignatio fiat ;
 “ quoniam si fiat tanquam Clerico , et personæ Eccle-
 “ siasticæ , dicitur Ecclesiastica ; si vero tanquam lai-
 “ co dicitur temporalis , ad effectum contra distinguen-
 “ di capacitatem personæ , ad cujus favorem fiat reser-
 “ vatio ; non autem , ut diversæ sint species ; quo-
 “ niam ipsa Pensio de per se considerata , sive ad fa-
 “ vorem laici , sive Clerici reservetur , de ejus natura
 “ est quid temporale , solumque habere dicitur aliquam
 “ mixturam , vel annexionem spiritualitatis ad effectum
 “ commercii , aliosque effectus , dum , juxta veriore ,
 “ et receptam sententiam Pensionarius nullum jus in re ,
 “ vel ad rem obtinet super substantia vel administra-
 “ tione Beneficii , solumque habet quandam participa-
 “ tionem fructuum , qui tanquam temporales conside-
 “ rantur a spiritualitate abstracti.

CAPITULO VI.

Quem póde impor Pensões nos Benefícios. (1) O Papa, ou seu Legado; e quando: (2) O Bispo quando, e como: (3) Os Maltezes, quando e como: (4) Os Reis, como perpetuos Administradores das Ordens Militares, quando, e como: (5) Os Reis por si, quando e como: (6) O Juiz Arbitro, quando e como.

SECÇÃO I.ª

O Papa, ou seu Legado, e quando póde pensionar os Benefícios?

§. 25.

“**N**ULLUM extare juris Textum, qui Pensionis realis creationem Papæ reservet, vel reservatam esse clare doceat,, diz Gibert. Corp. Jur. Canon. Tom. 3. de Benef. Eccles. T. 9. Reg. 10. §. 10. pag. 101.; accrescentando na Regr. 11. que “*Circa constituendæ Pensionis auctoritatem; usu generaliter recepto introductum est Papæ reservari.*,, Eis-aqui pois o systema dos Curialistas a respeito dos poderes do Papa na materia sugeita, que recopilou o Card. de Luc. de Pension. Cap. 3. a n. 3. ibi =

“Quatenus pertinet ad Beneficia et bona Ecclesiastica in Curia extra controversiam est, et extra eam ubique apud Catholicos esse debet, ut plena, libera, et absoluta sit potestas Papæ, etiam circa ipsorum substantiam, multo magis circa bona, divendi scilicet, unjendi, supprimendi, dismembrandi, sæcularisandi, vel alias eorum naturam immu-
“tan-

“tandi, ac etiam privandi possessores, illorumque ti-
 “tulum, vel jus tollendi: Ideoque multo magis et
 “cum longe minori dubitandi ratione ista plena, li-
 “bera, et absoluta potestas admittenda est ad effectum
 “de quo agitur reservandi pensiones; dum istæ non
 “percutiunt Beneficiorum substantiam, neque causant
 “Beneficiorum divisionem, vel dismembrationem, sed
 “solum afficiunt fructus.

Conf. Luc. Ferrar. verb. Pensio n. 11. et 12.:
 Tondut. de Pension. Cap. 1. n. 10. et 11., bem que
 no n. 11. 12. et 13. adverte, ut ibi =

“Si tamen Papa Pensionem alicui assignaverit
 “cum causa quidem, sed illa sit falsa, non valebit
 “talis Concessio: Unde, cum Papa reservavit Pensio-
 “nem alicui ex causa resignationis, si resignatio sit
 “nulla, Pensionis reservatio, tanquam ex causa falsa
 “facta nulla est.,,

§. 24.

Aquelles exaggerados amplos Poderes dos Papas
 modificou a Regra 45 da Chancellaria Romana, ex-
 igindo para a imposição das Pensões pelo Papa o con-
 sentimento do resignante do Beneficio; consentimen-
 to, que deve intervir não só da parte do Titular
 Resignante, como da do Resignatario: Bem que não
 he necessario que estes consentimentos concorram uni-
 dos simultaneamente; mas basta que se prestem, e
 unão *ex intervallo*; em quanto porém ambos os con-
 sentimentos se não unem está imperfeito o acto, e tem
 lugar o arrendimento; Rigant. no Comment. á mes-
 ma Regra a n. 2. ad 5.; accrescentando a n. 14. et
 16., que a Curia não admitte resignações com reser-
 va de Pensão em fructos.

§. 25.

Estes consentimentos se podem prestar na Curia
 por Procurador, Rigant. á dita Regra §. 2. a n. 35.

Ton-

Tondut. de Pension. C. 41. a n. 25. Basta que os Procuradores em vida dos Resignantes em execução das Procuras tenham apresentado e assignado a Supplica para poderem requerer a expedição da Graça, ainda que no meio tempo morra o Resignante; mas não assim, se a Supplica foi dada depois da morte delle, Tondut. de Pens. Cap. 42. n. 22. et 24., Pariz de Resignat. L. 9. Q. 24. n. 9. et a n. 14.

Nota: Os Formularios destas Procurações os tem os Notarios Ecclesiasticos, e por elles as fazem. Sobre as Resignações assim feitas por Procuradores, suscita e decide 32 Questões Pares de Resign. L. 9. a que se póde recorrer; e tambem a Tondut. de Pens. Cap. 41., e de Benefic. P. I. C. 26., Barbos. de Pens. Q. 1.

§. 25.

Supposto que o Papa de poder absoluto possa revogar aquella Regra = *De Consensu in reservatione pensionum prestando* = Tondut. de Pens. Cap. 41. Card. de Luc. de Pens. Cap. 3. a n. 4.; comtudo os Papas só costumão uzar desse poder em dois casos: 1.º, quando se confere hum Beneficio vago e devoluto á Curia; e nelle impõem Pensão; porque acceitando o Provido o Beneficio com ella, e usando da Graça he visto consentir na pensão, estando na sua antecedente liberdade acceitar, ou não com ella o Beneficio, Rigrant. ad Reg. 45. §. 2. n. 43. et 44. 2.º, quando se resigna hum Beneficio com Pensão em favor de absente e com derogação da dita Regra se passão as Bullas: E isto porque tambem fica na Liberdade do Resignatario acceitar depois ou não o Beneficio com essa Pensão, Rigrant. supra n. 45.: O mais he 3.º, que ainda o Papa só revoga aquella Regra

gra quanto ao Consenso formal, que he necessario para a expedição das Letras; mas não quanto ao consentimento causal, em que a Graça se radica, que nunca o Papa costuma derogar, nem se subentende na derogação, em quanto não ha prova do consenso causal; prova, que se induz, quando o Resignatario approva, e ratifica a reservada Pensão, uzando em quanto vive o Resignante das Letras da sua Provisão em que se faz menção da Pensão, Tondut. de Pens. Cap. 41. a n. 7., et Cap. 43. a n. 35. Luc. de Pension. Discurs. 35. n. 4. et 5. Conf. Van-Esp. de Jur. Eccles. P. 2. Sect. 3. T. II. C. 8. a n. 22.

§. 27.

Isto, quando a Pensão se impõe no Beneficio resignado ou devoluto á Curia. Se porém o Beneficio está pleno e provido como livre; não costuma a Curia Romana por mais pia que seja a causa que se lhe proponha, impor alguma Pensão de presente (nem ainda eventual de futuro para o caso de vacatura de outra) sem consentimento do Titular no Beneficio, como com hum Illustre exemplo de Alexandre VII., e com outras Decisões da Congregação Consistorial mostra o citado Rigrant. a n. 54. ad 61.

§. 28.

Tambem; por mais amplo que seja o poder do Papa conforme os Curialistas (§. 22.), elle não pôde gravar com Pensão os Beneficios do Real Padroado deste Reino sem expresso consentimento do Rei, ainda que sejam Beneficios Consistoriaes da sua apresentação: Ou os taes Beneficios se confrão por Resignação (que não pôde fazer-se sem Regia Authoridade); ou estando plenos, se imponha nelles a Pensão com consentimento sómente do Titular: Este he com effeito o estylo da Curia Romana, attestado por Rigrant. a Regr. 45. da Chancellaria §. 2. a n. 157.:
Es-

Este o particular Direito do nosso Reino, como com os mais Reinicolas, e varios Arestos Osor. de Patron. Reg. Resol. 18.: Isto mesmo ainda quando o Padroado da Coroa está em Donatario porque conserva a mesma natureza e Regalia. Osor. Resol. 18. a n. 6. com Cabedo; e Pereira, Portug. de Donat. L. 2. C. 32. n. 62., sed Vej. Peg. Tom. 14. Add. ad Ord. L. 2. T. 1. a n. 102. ad 110. pag. 249.

§. 29.

Ainda mesmo que o Papa queira impôr huma Pensão em Beneficio da Collação Ordinaria a favor de pessoa estrangeira, o não pôde fazer, e he nulla a Pensão, como já desde o anno de 1473. se determinou no Cap. 59. das Cortes de Coimbra, que transcreveo Deducc Chronol. P. 2. Demonstr. 6. Monument. 5. pag 88.: Assim o repetio ElRei o Senhor D. Manoel no Alvará de 18. de Fevereiro de 1512, que transcreveo Osor. de Patron. Reg. Res. 19. n. 8, e Philippe III. por Carta de 27. de Dezembro de 1603., que refere Pereir. de Man. Reg. P. 1. debaixo do Tit. = *das Resoluções* = Vide Osor. Resol. 19. 10.

§. 30.

A duvida maior consiste: Se o Papa pôde impor Pensão, ainda consentindo o Resignante, e Resignatario em Beneficios de Padroeiros Leigos e particulares, que não sejam da Coroa e seus Donatarios, sem consentimento dos Padroeiros Leigos? Muitos DD. absolutamente exigem este consentimento para a imposição da Pensão; e isto pela razão de que elles tem Direito de se alimentarem nas suas necessidades pelos redditos dos Beneficios, de que são Padroeiros; e recortando a Pensão esses redditos pôde vir a ser-lhes prejudicial aos seus devidos alimentos, Rieg. P. 3. §. Bagn. Cap. 46. n. 67., Antonell. de Regim. Ec-

Eccles. L. 3. C. 11. n. 10., Van-Esp. de J. E. P. 2. Sect. 3. T. 11. C. 6. a n. 22. Cabed. de Patron. Reg. Cap. 13. n. 1. Tondut. de Pens. C. 25. O que se amplia aos Padroados mixtos, em parte Seculares e em parte Ecclesiasticos, ou ainda aos Padroados, em que a apresentação he alternativa, e turnaria entre o Leigo, e o Ecclesiastico, Van. Esp. supra n. 23. 24. 25. (como se presta este consentimento vej. a §. 71.)

§. 30.

Outros DD. seguem o contrario no caso em que a Pensão não he perpetua, mas restricta á vida do Pensionario. Todos os DD. desta opinião recolligio o moderno Rigrant. á Reg. 45. §. 2. a n. 10.; mas no n. 13. concilia (e bem racionavelmente) huma e outra opinião, ut ibi “Et licet quandocumque considerari
 “possit præjudicium Patroni, si ad egestatem reducatur, in jure petendi ex fructibus Beneficii alimentata, quæ attento gravamine Pensionis, vel consequi non posset, vel non ita congrue quemadmodum perciperet, si Beneficii fructus oneri præfato obnoxii non essent, qua ratione Rot... necessarium existimat consensum Patroni in reservatione Pensionis super Beneficio de Jure Patronatus. Nihilominus, ut rite advertit Lotter. de Re Benefic. L. 1. Q. 35. n. 90. et 91., defectus consensus Patroni non operatur nullitatem Gratiaæ ab initio, sed impedit solum illius durationem; nam si Patronus ad egestatem devenerit, ita ut alimentis indigeat ex fructibus Beneficii, debeat ad illius instantiam ab iis proportionabiliter removeri gravamen Pensionis; quia cum jus alimentorum sit onus ex fructibus juris Patronatus, utique Patrono, qui Pensionis impositioni ab initio non consentit, non potuit injure præfato præjudicium aliquod inferri., Esta mesma distincção

segue Lagunez de Fructib. P. 1. C. 32. §. 3. n. 83.
 Confirção-se Clericat. de Pens. Discord. 11. n. 13.
 Begnudell. Verb. Patronus n. 35.

Nota: Geralmente; nenhuma Bulla de Roma se executa neste Reino sem Placito Regio, como todos sabem, depois das Leis antigas e modernas deste Reino, depois da Deducc. Chronolog. P. 2., que as relatou. Mas devo aqui notar, que o escopo e fim do Placito Regio, e da sua necessidade he o que declara Van-Esp. Tom. 9. de Placitu Regio Cap. 2. §. 1. e 3.: E ainda que, por não obstarem alguns daquelles fins, se conceda o Placito Regio, sempre fica livre, e salvo o Direito particular das Partes prejudicadas nas Bullas, para o disputarem em juizo contencioso; por hum Aviso de 2. de Outubro de 1790., que refere o Dezembargador João Pedro Ribeir. no Ind. Chronolog. Tom. 2.º pag. 152.

§. 31.

E pelo que respeita aos Nuncios, e Legados do Papa: Não fallo aqui dos Legados a Latere, nem de outros: Quanto aos que com Titulo de Nuncios vem a este e outros Reinos, delles diz o Card. de Luc de Pens. em Ornat. da Bulla de Innoc. XI. Cap. 3. n. 8. no fim, ut ibi=

“ Quo vero ad Legatos a Latere extraordinarios,
 “ qui pro aliquibus particularibus gravibus negotiis des-
 “ tinantur ad Reges ultra montes... Solent expediri
 “ litteræ pro negotiorum, et facultatum varietate, et
 “ ex quarum tenore liquet, an et quomodo ista facul-
 “ tas competat; ideoque dicenda videtur quæstio facti
 “ potius, quam Juris. „

Nota: Neste Reino he hum antigo Direito Público; que os Nuncios com poderes de Legados a Latere devem primeiro apresentar na Secretaria de Estado os Breves da sua commissão, e não são admittidos a exercitar os Poderes sem Regio Beneplacito, que lhos approve, ou limite, como se vê na Petição de Recurso estampada no fim da 2.^a P. da Deducc. Chronolog. §. 130. pag. 262. Veirão-se exemplos em Osor. de Patron. Reg. Resol. 69.

S E C Ç Ã O 2.^a

Os Bispos quando, e como possão pensionar os Beneficios.

§. 32.

HOUVE DD. que negarão aos Bispos este poder, fundando-se em que a Pensão he huma scizura do Beneficio (Erro demonstrado pelo Card. de Luc. transcripto debaixo do §. 14.); e que este poder dos Bispos está abrogado pelo não uzo. Porém he mais conforme nos DD. que os Bispos podem pensionar os Beneficios da sua Collação ordinaria, Tondut. de Pens. C. 1. a n. 1. Fragos. de Regim. Reipubl. P. 2. L. 9. Disp. 20. §. 3., Luc. de Pension. ad ornatum Constit. Bened. XI. C. 3. n. 9., Ferrar. verbo Pensio a n. 16., Carvalh. de Ordin. Militar. Enucl. 3. Comprov. 2. a §. 433., e magistralmente Clericat. de Pension. Q. 1., aonde a n. 35. responde a todas as objecções contrárias.

Nota: Já antes do uzo, de que fallei 'no

§. 22. já os Bispos erão authorisados para pensionar os Beneficios, como adverte Gibert. Corp. Jur. Canon. Tom. 3. T. 9. Sect. 7. Regii. pag. 101. ¶. = *Dicimus* = aonde responde admiravelmente ao Cap. 4. de Pact., e ao Cap. 21. de Præbend., que parecem estar em contrário.

§. 33.

Esta faculdade porém competente aos Bispos he restricta e limitada debaixo de certas condições: 1.^a, que o Titular provido no Beneficio consinta na Pensão, Ferrar. supra n. 16. (confira-se o §. 23.): 2.^a, que esta Pensão se imponha por causa racionavel, como (a) em favor de hum Clerigo pobre studiorum causa, ainda mesmo que este Clerigo pobre seja Sobrinho do Bispo; como (b) para pobres necessitados; como (c) a favor de pessoas benemeritas; como (d) pela utilidade que a Igreja espera do Pensionario; como (e) a favor de hum Clerigo pobre, que serve a Igreja; como (f) em favor do que renuncia o Beneficio (mas neste caso *loco alimentorum, et non ex pactione Partium*) Tondut. supra a n. 2., Ferrar. a n. 16. Barbos. de J. E. L. 3. C. 11. a n. 57., Pir. Carvalh. supra pag. 454., Clericat. de Pension. Discord. 1. Rigant. ad Reg. 24. Cancell. §. 5. n. 156. Begnud. Verb. Pensio n. 3.

Nota: A faculdade dos Bispos para pensionarem os Beneficios em favor de todas essas pessoas procedia de Direito antigo; porém depois das Constituições de Pio V., e Sixto V. só em favor de Clerigos podem os Bispos impor Pensões, e não em favor de outras pessoas, ou causas, Clericat. de Pens. Discord. 1. n. 25., et Discord. 3. a n. 7., respondendo a n. 12., que

os DD. contrarios huns escreverão antes das ditas Constituições; outros fallão conforme o Direito antigo; e outros, que dizem serem os Leigos capazes de Pensões, se intendem *prævia Dispensatione Summi Pontificis, et dummodo a Papa pensio ipsis reservetur*: Conf. Luc. de Pens. in Summ. n. 5. et 6., Fagnan. ad C. Ad audientiam o 2.º de Rescript. a n. 75. Só sim o mesmo Clericat. Discord. 16. a n. 1. admite a Pensão imposta em hum Benefício pingue a favor de huma Sacristia pobre d'outra Igreja, ut n. 8. ibi = *Et ideo stante indigentia Supplectilis sacrae, quam tunc patiebatur Sacristia Cathedralis Ecclesiae Vicentinae, impugnari non potest Pensio per Episcopum ei reservata; valida enim censenda est, tamquam facta ob ejus indigentiam, quæ si reddit validas Pensiones reservatas Ministris Ecclesiae pauperibus; idem dicendum est de Ecclesia egente, ut concorditer admittunt omnes Theologi, et Canonistæ, etc.*

§. 34.

3.ª, Que a causa da Pensão assim imposta pelo Bispo (hoje só a favor de Clerigo) se justifique realmente, sem bastar para prova della a asserção do mesmo Bispo, Tondut. de Pens. Cap. 1. n. 19., Fragos. P. 2. L. 9. Disp. 20. §. 3. n. 4., Luc. de Pens. Disc. 40. n. 4. Disc. 41. n. 1. et 2. Barbos. de J. E. L. 3. C. 11. n. 56. Begnud. verb. Pensio n. 3. Clericat. de Pens. Discord. 1. n. 24. et Discord. 3. n. 15., Sabell. §. Pensio n. 2. bem que basta, que se justifique depois a causa da Pensão, Luc. de Pension. Disc. 41. n. 3.: não he porém necessaria justifi-

figação sendo imposta motu proprio, Jul. Cap. Disc. 253. n. 31.

§. 35.

4.^a A Pensão deve commensurar-se á causa sem excesso; d'outro modo sendo excessiva da causa, se reduz e proporciona aos limites della, ita ut non superet merita, Fragos. supra, Garcia de Benef. P. 1. Cap. 5. n. 328., 329. Luc. de Pens. Disc. 40. n. 3. Monacell. Formul. Pract. Legal. Tom. 2. Tit. 13. Formul. 7. n. 5.: e cessando a causa da tal necessidade, cessa a Pensão, Luc. d. Disc. 40. n. 6. Sabell. §. Pens. sub n. 20. ✕. An et quando.

§. 36.

5.^a Que o Bispo não reserve para si Pensão alguma, Ferrar. supra n. 22., Fragos. n. 8., Garcia n. 315. et 316., Barbos. in Cap. un. cõ ut Eccles. Benef. sin. diminution. n. 10.: 6.^a que não imponha Pensão a favor de pessoa incerta, que bem lhe parecer, e depois nomear; mas logo a deve estabelecer a favor de pessoa certa, Fragos. sub n. 4. ✕. = Porro = Garcia n. 313., 314., Tondut. d. C. 1. n. 16. Clericat. de Pens. Discord. 1. n. 31. 7.^a que esta Pensão se reserve pelo Bispo no tempo, em que com a sua Authoridade se conferir o Beneficio, e não antes, ou depois Tondut. de Pens. Cap. 1. n. 14.; e que “Hæc
“reservatio pensionis procedat ex solo motivo, et voluntate Episcopi; non autem ex pacto, et conventionione illius, cui Pensio est reservanda, et alterius, qui recepturus est Beneficium cum obligatione solvendi ejusmodi Pensionem: omnes enim Canonistæ, et Theologi protestantur, quod debent abesse quæcumque pacta, et conventiones, aliàs pensio esset simoniaca, et invalida, etc.

§. 37.

Continua o mesmo Moderno Clericat. n. 33. e

34. declarando ainda mais, ut ibi = Hæc tamen Beneficialistarum doctrina circa hoc septimum requisitum eger declaratione; nam vel sumitur in reservatione Pensionis, quam facit Episcopus in resignationibus Beneficiorum coram se factis ad cœquandos fructus, aut causa concordiae ad dirimendas lites; vel etiam si Parocus senex, ac inhabilis factus renuntiet, et pro ejus sustentatione reservetur Pensio; et in his casibus, quia impossibile est impedire ne Partes inter se agant, et proponant de futura Pensionis reservatione; earum discursus, et propositio non causabit nullitatem, nec vitium simoniæ, quando ab eis non reducatur ad præcisam pactionem, et obligationem; et totum negotium remittatur ad Episcopi arbitrium et auctoritatem, Ridolphin... Gig... Noal... Paris... Sanch... Gibalin... Ugolin... Torr... Bonacin., etc. Confir-se Barbos. de Jur. Eccles. L. 3. C. 15. a n. 161.

“Vel supra relatæ doctrinæ, anathematizantes omnem pactionem circa Pensiones ab Episcopo reservandas, sumuntur in casu reservationis ad favorem Clerici pauperis, vel aliàs benemeriti? Et in hoc casu ipsa reservatio provenire debet a sola liberalitate, et voluntate Episcopi; exclusa penitus quacunque pactione, negotiatione, aut operatione ipsius Pensionarii; qui si officia sua interponeret, aut operaretur apud Episcopum, ut Beneficium daret certæ personæ, a qua Pensionem esset recepturus; in hoc casu Pensio subjaceret nullitati ac vitio simoniæ, etc.,

§. 38.

8.^a Que os Bispos (porque lhes não he permitido) não imponhão Pensões com faculdade aos Pensionarios para as poderem transferir, Gig. de Pens. Q. 6. n. 5. Fragos. de Regim. Reip. P. 2. l. 9. Disp.

Disp. 20. §. 3. n. 5.: Nem podem authorizar Translações, Monaccl. Formul. Prat. Leg. For. Eccles. Tom. 2. Tit. 14. Tom. 7. n. 5.

§. 39.

9.^a Que estas Pensões não sejam estabelecidas em certa quota de fructos, mas só em dinheiro, Ferrar. verb. Pensio n. 17. Luc. de Pens. Disc. 40. n. 2., et Disc. 41. n. 12.: bem que, se se não podem em quotas certas de fructos, podem comtudo constituir-se em medidas certas de pão e vinho, Gratian. For. C. 617. a n. 9. et 12. Barbos. de Jur. Eccles. L. 3. C. 11. n. 36., Clericat. de Pens. Discord. 1. n. 28., Garcia de Benef. P. 1. C. 5. n. 362., Fagnan. in Cap. Nisi essent n. 37. de Præbend.

§. 40.

10.^a Que estas Pensões só affectem as pessoas dos Providos que nellas consentirão, e não affectem o Beneficio; de fórma que morto o Provido, que consentio na Pensão, esta se extingue, e o Beneficio passa livre ao Successor; porque só o Papa pôde conceder Pensão real, e transcendente aos Successores, Luc. de Pens. Disc. 40. n. 4., Ferrar. n. 20. Rigant. ad Reg. 24. Caucellar. §. 5. n. 157., Clericat. Discord. 1. n. 29., Begnud. verb. Pensio n. 3. et 5.; aonde declara, que nem ainda subsiste em vida do Pensionario. Se porém outra vez vagar o Beneficio no mez da Alternativa do Bispo, pôde renovar a Pensão em favor do mesmo Pensionario Carvalh. de Ordin. Milit. Enucl. 3. Comprov. 2. n. 48. A razão de differença he, porque as Pensões impostas pelos Bispos são pessoas; e as impostas pelo Papa reaes: Vid. Van-Esp. de J. E. P. 2. T. 11. C. 5. a n. 15. ad 18.

§. 41.

11. Não podem os Bispos gravar com Pensão os

os Benefícios Parochiaes, cujos redditos não excedão os 100. Ducados que o Concil. Trid. Sess. 24. C. 13., manda que fiquem livres aos Parochos, Fragos supra sub n. 8., Garcia supra ex n. 311. Clericat. de Pension. Discord. 1. n. 30., Fagnan. in Cap. Nisi essent de Præbend. n. 25.: Nem qualquer Benefício pôde gravar-se com Pensão mais que nos limites da terça parte do seu rendimento; aliás se vicia o excesso, Begnudell. verbo Pensio sub n. 3.

§. 43.

Quanto ao caso da Pensão imposta na permutação dos Benefícios. Os Bispos sim podem admittir estas permutações (ainda que se não fação nos seus mezes, Jul. Capon. Controv. 71. n. 5.); e mandar que aquelle dos Permutantes, que recebe o Benefício mais pingue pague ao outro alguma Pensão *sub tempore duraturam ad coæquandos fructus utriusque Beneficii*; mas isto sómen e *cessante pacto pactum*, Luc. Ferrar. verb. Pensio n. 24. Barbos. de J. E. L. 3. C. 11. n. 60.: Outros DD. negão aos Bispos este poder (ainda nos termos referidos de baixo do §. 37), e só o attribuem ao Papa. Porém (Clericat. Discord. 1. n. 19. e 20. sustenta o partido dos Bispos, quando neste caso a Pensão só he pessoal *ut ibi* =

“Tertia causa. quam Canonistæ justam recensent pro reservanda per Episcopum Pensione, est
 “ad coæquandos fructus in permutatione Beneficiorum,
 “si coram illo a duobus Beneficiatis fieri contingat...
 “Alij opinantur ante dictam Pensionis reservationem
 “fieri non posse ab Episcopo, sed opus esse auctoritate Papæ: In praxi tamen ego vidi contrarium
 “observari.... quamvis hanc praxim detestet etiam
 “Tondut... asserens necessariam esse super hujusmodi reservatione auctoritatem Sedis Apostolicæ....
 “qui tamen intelligendi sunt secundum stylum Roma-

“manæ Curiaë, vel de Pensione perpetua, quæ afficiat etiam Successorem in Beneficio; ita ut hæc a Solo Papa reservari possit; illa vero, quæ durat tantum durante vita Pensionarii compermutantis potest etiam ab Episcopo reservari.,,

§. 44.

No meio destas opiniões oppostas o Curialista Rigancio sobre a Regr. 40. da Chancellaria a n. 60. se expede assim “Facta vero Permutatione Beneficiorum inæqualis redditus coram Ordinario; quamvis DD. omnes ultro fateantur, haud ipsi permissum esse ex causa coæquandi illorum fructus perpetuam Pensionem super Beneficio pinguioris redditus favore, alterius Permutantis imponere, quam plurimi tamen existimant Pensionem præfatam rite imponi posse ad tempus, ad vitam nempe Titularis, ne illiusonus transeat in Successorem in Beneficio. Sed quid quid sit de hujusmodi Sententiæ veritate inspecta Juris Communis dispositione, certum est, quod juxta Laudabile Curiaë stylum Pensiones sive perpetuo, sive ad tempus super Beneficiis imponere, est actus Apostolicæ sedi unice reservatus, nec quacumque de causa inferioribus permissus.,,

§. 45.

Quanto á Pensão reservada em resignação: Sim o Bispo póde admittir esta, e impor aquella a favor do resignante *ex proprio motu*, mas sem pacto, Ferrar. verb. Pensio n. 25., Tondut. de Pens. C. 1. n. 20. et 21., Fragos. supra sub n. 4. et 7.; sem condição, nem modo, como v. g., ut alteri daret dimidiam partem fructuum Jul. Capon. Discept. 253. n. 29. in fin.

§. 46.

Tudo o exposto nesta Secção, e sustentando o Direito dos Bispos, compendiou o Card. de Luc. de Pen-

Pension. ad Ornatum Constit. Innoc. XI. Cap. 3. n. 9., comprovando no caso da Jurisdição dos Bispos, a precisão de todas as referidas condições. Mas no w. *His autem sic stantibus* adverte, ut ibi = *His autem sic stantibus*, quibus resultat, quod hic esset inextricabilis litium labyrinthus, sequitur, quod pene in omnimodum desuetudinem abierit usus pensionum; sed quando Ordinarius, qui potest providere Beneficium pingue, cupit, ut super illo aliqua reservetur pensio, curat, ut ille, qui provisionem habuit, obtineat a Dataria novam provisionem Beneficii; istaque occasione fiat reservatio pensionis eo modo, quo fit in provisionibus reservatorum, vel affectorum; dum Dataria non solet revalidare, vel approbare istas reservationes quæ fiant per Ordinarios; ac propterea non veniunt desideranda dicta requisita: Et per consequens Ordinarii curant ita obtinere reservationes pensionum ad favorem conjunctorum, vel familiarium: Ideoque circumspecte Dataria in hoc procedere debet, neque se facilem reddere., (Dúvido, que muitos Bispos, desprezados os seus Direitos, abracem o conselho deste Curialista.)

§. 47.

Tambem os Bispos, quando dois litigão sobre hum Beneficio, podem por bem da paz, adjudicando a hum o Beneficio, impor Pensão a favor do outro, mas só vitalicia, durante a vida daquelle, que a ha de satisfazer, sem que a obrigação transcenda ao Successor no Beneficio, Osor. de Patron. Reg. Resol. 68. n. 27. 28. 29.; e além dos DD. ahí citados Tondut. de Pens. C. 1. n. 7.: Bem que muitos DD. fazem neste caso transcendente a Pensão ao Successor no Beneficio, Fragos. P. 2. L. 9. Disp. 20. §. 3. n. 3., Sabell. §. Pensio n. 3. A primeira das ditas opiniões, reprovada a segunda, segue com outros DD. Rigant.
ad

ad Reg. 24. Cancellar. §. 5. a n. 156.: O mesmo Clericat. Discord. 1. a n. 18. passa com a indistincta Proposição, que auctoriza neste caso o Bispo. Tondut. de Pens. Cap. 39. propondo as opiniões de libera no n. 11. que "*ad evitandum omne dubium consultius est recurrere ad approbationem Summi Pontificis.* „ Porém este escrúpulo de Tonduto he magistralmente refutado por Valeron. de Transact. T. 3. Q. 6. n. 17. depois de ter sustentado com graves DD. no n. 16. a opinião, que a Pensão assim imposta pelo Bispo he transcendente ao Successor no Beneficio: As suas razões são genuinas.

§. 48.

Adverte porém o mesmo Valeron. n. 14. que para ser válida neste caso a imposição da Pensão, devem concorrer estes requisitos "*Primo, ut transactio pro pace, et concordia principaliter, non pro pretio fiat. Secundo, quod non fiat prædicta transactio per Partes, sed per Iudicem et ex officio. Tertio, quod fiat per Iudicem Ordinarium, vel Delegatum Papæ datum ad providendum de illo Beneficio. Quarto, ut is, qui remanet cum Beneficio habeat jus ad illud: Omnisque Collusio cessare debet; nam si duo perfunctorie litem curent eo animo, ut litis prætextu pensionem imponerent, transactio nulla esset.* „ Tambem o mesmo Valeron n. 19. adverte „ *Illud vero notandum est, quod licet Episcopum ex Officio tantum, et absque prævia Partium conventionem, imo nec tractatu eorum præcedente, pensionem imponere debere plures affirmant, quos refert, et sequitur, Garcia de Benef. 1. P. Cap. 5. a n. 341., id tamen non adeo stricte intelligendum esse; nam si litigantes rem totam Episcopo exponentes, prius de concordia et pensionis impositione tractaverunt, cum ordine tamen et sub-*

mis-

“missione ad scientiam, et consensum Episcopi, ni-
 “hil prohibet hujusmodi tractatum fieri, ut recte te-
 “net cum aliis Gibalin. sup. n. 7., ubi optimum ar-
 “gumentum deducit ex permutationibus Beneficiorum,
 “in quibus hujusmodi tractatus de renuntiando, et
 “permutando in hunc sensum adhibitum, non prohi-
 “beri asserit, et multis comprobat Barbos. de Jur.
 “Eccles. Cap. 15. n. 162. (conf. §. 37.); pactio-
 “enim illa prohibita est, quam Partes firmam esse vo-
 “luerunt absque superioris assensu, de eaque loquun-
 “tur text in Cap. Constitutus, Cap. Præterea 1. et 2.
 “de Transact., Cap. cum pridem de Pact.; non quæ
 “in ordine ad superioris assensum obtinendum tractan-
 “tur. „

Nota: Já vimos no §. 45. o Conselho do
 Cardeal de Luca, que repete no outro Tract. de
 Pens. Disc. 39. n. 1. et Disc. 40. n. 8.; conse-
 lho, que também dão Tond. de Pens. Cap. 1.
 n. 26. e Clericat. Discord. 15. n. 4.: Isto he
 que para evitar o escrupuloso de tantos requisi-
 tos nos casos em que os Bispos podem impor
 Pensões, se recorra á Curia Romana; e ainda
 mesmo para serem Reaes transcendentés ao Suc-
 cessor no Beneficio. Mas eu tenho visto neste
 Reino Bispos illuminados que sustentando os seus
 primitivos Direitos impõem nas collações dos Be-
 neficios Pensões vitalicias sem recurso á Curia
 Romana. Tenho visto, que para pensionarem os
 Beneficios Parochiaes não lhes faz embarço a Bul-
 la de Benedicto XIII. de 1724. que transcreveo
 Ferrar. verb. Pensio sub n. 28.; e isto ou seja
 1.º, porque se as razões proemiaes desta Bulla de-
 clamão contra o odioso abuso das Pensões, e pa-
 ra que em nenhum caso se admittão pela Curia
 Ro-

Romana em Benefícios Parochiaes; se a Curia não olha esta Bulla, tem razão os Bispos para não a olhar nos casos em que as podem conceder sobre taes Benefícios. Ou seja 2.^o, porque os Bispos se persuadirão, que aquelle Papa os não podia privar dos seus primitivos Direitos; ou que não fôra recebida neste Reino, como o prova a contrária observancia: Ou seja 3.^o, porque ella teve as suas vistas mais fixas na Italia, ut ibi = *præsertim in Italia, etc.*; e teve por fundamento especial o perverso costume de porem os Padroeiros, como a lanços em teira as Appresentações a quem offerecesse maior Pensão: ou seja 4.^o, porque a Curia geralmente não a observa admittindo Pensões sôbre Benefícios Parochiaes, e multiplicadas, até que só ao Titular fiquem os cem Ducados d'ouro da Camera.

S E C Ç Ã O 3.^a

Quanto ao Grão-Mestre de Malta, quando e como possa impor Pensões nas datas das suas Commendas, e Dignidades.

§. 49.

Destes diz o Card. de Luc. de Pension. ad Ornat. Constit. Innoc. XI. Cap. 3. n. 10., ut ibi = *Magister Hierosolymitanæ Religionis ex stabilimentis Religionis, et Apostolicis Constitutionibus habet hanc facultatem reservandi super Commendis, et Prioratibus Religionis Pensiones, cum restrictione tamen ad professos ejusdem Ordinis, concessa solum sibi habilitate per novas Reformationes Capi-*
 “tu-

“tuli Generalis anni 1631. concedendi Pensiones pue-
 “ris, et adolescentibus, quamvis non professis, qui
 “in certo numero addicti sunt ejus servitio, vulgo Pag-
 “gi nuncupati; unde intrat quæstio, an sint capaces
 “retinendi has Pensiones, quamvis professionem non
 “emittant, postquam demissi ab hoc servitio, exple-
 “verint illam ætatem, in qua profiteri tenentur, alias-
 “que ista facultas restrictiones patitur, et præsertim,
 “ut exerceri non possit super Commendis Cabimen-
 “ti, neque excedere possit quintam partem fructuum,
 “minusque exerceri cum debitoribus Religionis., O
 mesmo que neste lugar summo o Cardeal de Luca;
 elle mais largamente o havia antes exposto no outro
 Tractado de Pension. Disc. 42. e Disc. 89.: Conf.
 Barbos. de Jur. Eccles. L. 3. C. 11. n. 62., tetigit
 Ferrar. verb. *Pensio* n. 33.

§. 50.

Porém o mesmo que fica dito quanto aos Bispos
 (Sect. 2.^a) “Idem dicendum est de reservatione Pen-
 “sionis facta autoritate Magni Magistri Ordinis Me-
 “litensis; qui licet possit reservare Pensiones illis, qui
 “suas Commendas resignant, vigore facultatis sibi
 “per sedem Apostolicam concessæ, non tamen illi
 “Pensiones reservare pacto contrahentium firmatas,
 “sed egent, tanquam prohibitæ, autoritate Aposto-
 “lica: Et ideo consultius est, ut Pensionum expedi-
 “tiones fiant coram Summo Pontifice propter præce-
 “dentes Partium Conventiones..... (Et n. 24.) Et
 “ideo Magnus Magister Ordinis Melitensis nec Pen-
 “siones pacto firmatas approbare, nec in favorem
 “aliorum, quam resignantium Pensiones reservare po-
 “test., (Mas isto de Direito antigo antes do Capi-
 “tulo Geral de 1631., ut supra §. 48.)

S E C Ç Ã O 4.^a

Quanto aos Senhores Reis deste Reino, como Governadores, e perpetuos Administradores das Ordens Militares.

§. 51.

O nosso Doutor Lourenço Pires Carvalho no Tract. de Ordin. Militar. Enucleat. 3. pag. 400 firma esta Proposição “Statuitur igitur posse Supremum
“Ordinum Magistrum pensiones imponere in eorum
“Commendis, illasque conferre personis, quæ debitis
“gaudeant qualitatibus a diffinitionibus assignatis,
“prout sibi libuerit, vel potius fas visum erit; Resolu-
“tio hæc similiter multifarie comprobanda est, ex ra-
“tionibus scilicet, Jure Communi, Definitionibus, et
“Diplomatibus Apostolicis. Opus universum octo
“comprobationibus inferius absolvetur. Prima eruerur
“ex rationibus ipso jure munitis: Secunda ex jure
“Communi. Tertia ex Definitionibus Hispanis. Quin-
“ta ex Diplomatibus Pontificiis Universalibus Sexta
“ex Diplomatibus Concessis Lusitaniæ. Septima ex
“Diplomatibus concessis Hispaniæ, Octava ex autho-
“ritate Doctorum., Com effeito; Carvalho desempenha as provas desta Proposição por todos estes oito modos.

§. 51.

Porém adverte o mesmo Carvalho pag. 444. a n. 69., e demonstra Pereir. de Man-Reg. Cap. 55. (Edição de Leão) que os Senhores Reis em quanto Grão-Mestres destas Ordens, são como Ordinarios, e Prelados Regulares com Jurisdicção quasi Episcopal, que exercitão por seus Ministros: E por isso po-

podem impor as Pensões só em favor de Pessoas professas das mesmas Ordens, e só nos casos em que os Bispos (Sect. 2.), e em que o Grão Mestre de Malta (Sect. 3.) as podem impor. Podem pela Meza da Consciencia aceitar Permutações de Benefícios Pereir. supra n. 22.; mas sem pacto algum; porque com elle nem ainda aos Bispos, e Maltezes he permitido.

S E C Ç Ã O 5.^a

Quanto aos nossos Reis nas Appresentações dos Bispados, e Benefícios, de que são Padroeiros.

§. 52.

Temos no nosso Reino exemplos de se pensionarem os Bispados na sua vacatura, e consentindo os Bispos eleitos, até a quarta parte dos seus redditos. Osor. de Patron. Reg. Resol. 63., e outros Benefícios do Real Padroado a instancias dos nossos Reis: Porém adverte o Card. de Luc. de Pens. Cap. 3. n. 11. que “opiniatur vulgus cujus iudicium efformari non solet scientifice a ratiocinio, vel discursu, sed ab eo, quod videtur de facto, quod aliqui Reges, et Principes, præsertim ultra montes, qui habent jus præsentandi vel nominandi ad aliquas Cathedralles, et Metropolitanas, ac Abbatiales habent hanc facultatem reservandi super eis Pensiones, dum istæ ab illis pro libito conceduntur, et distribuuntur personis eis gratis et benemeritis. Dicenda vero est opinio vulgi ignari; quoniam reservatio fit per Papam in actu providendi Ecclesias in Consistorio, vel extra pro personis nominandis, quæ nominantur postea per-

“dictos Reges, vel Principes, sub hac lege conser-
 “sum tali reservationi præstantes; et sic est simple-
 “nominatio eodem modo, quo sequitur in ipsarum
 “Ecclesiarum provisionibus, ideoque facta nomina-
 “tione, nominati debent expediri Litteras Apostoli-
 “cas, sine quibus Pensiones exigere non possunt.”
 Assim he que praticarão sempre os nossos Reis.

Nota: Na Hespanha se pensionão os Bis-
 pados do Real Padroado na terça parte dos seus
 redditos Paris. de Resignat. L. 6. Q. 2. n. 39.,
 Card. de Luc. de Pens. Cap. 5. n. 6.: Os mes-
 mos Exemplos antigos do nosso Reino, já no
 seu tempo os attestou o Card. de Luc. supra pro-
 xime ibi = *Vel dummodo (Pensiones) non exce-*
“dant quartam partem, ut practicatus in Ec-
“clesiis, quæ sunt ad præsentationem Regis
“Portugalliæ, tam in ipso Regno, quam in
“Indiis, etc. Veja-se ao diante o §. 60.

S E C Ç Ã O 6.ª

Quanto aos Juizes Arbitros; quando e como.

§. 54.

Do Cap. Nisi essent de Præbend. deduzem os
 DD. com os quaes Osor. de Patron. Reg. Resol. 68.
 n. 31. esta Conclusão “Judices Delegati, et Compro-
 “missarii, in quorum arbitrium litigantes omnia con-
 “tulerunt, possunt pro bono pacis uni Beneficium con-
 “ferre, et alteri reservare Pensionem in vita Beneficia-
 “ti Titularis, ex Text. expresso in d. Cap. Nisi es-
 “sent;

“sent; ita DD. per hunc Textum.... talem Pensio-
 “nem non habere vitium simoniæ, quia non reserva-
 “tur ex conventionem Partium, sed ex jussione judi-
 “cum, etc. Alguns DD. seguindo a Gloss. do d. Cap.
 verb. = *ex jussione* =, os quaes refere o mesmo Osor.
 n. 14. exigem, que se recorra ao Papa a pedir con-
 firmção da Sentença dos Arbitros para com essa Au-
 thoridade ficar estabelecida a Pensão, ainda mesmo as-
 sim vitalicia: Porém o mesmo Osor. desde o n. 50.
 até o n. 57. responde admiravelmente á Glossa, e a
 essa opinião.

§. 54.

Bem entendido, que os dois Litigantes sobre o
 Beneficio devem fazer hum compromisso puro sem
 pacto, ou condição alguma, nem ainda (quanto a
 mim) lembrança mental, de que os Arbitros julgan-
 do o Beneficio a hum, constitua Pensão em favor do
 outro: Pois, intervindo tal pacto cessa o d. Cap. Ni-
 si essent de Præbend., aonde o Papa só tolerou a Sen-
 tença dos Arbitros *non quidem ex pactione partium,*
sed ex jussione judicum. Se entre os Litigantes hou-
 vesse collusão, e a demanda fosse dolosa só para esse
 fim, procedem as doutrinas já referidas no §. 47.

Nota: Vejo que Van-Esp. de J. E. P. 2.
 Sect. 3. Tit. 11. Cap. 3. (que seguirão Rieg. P.
 3. §. 277., e Eybel Tom. 4. sub §. 448.)
 analysou d'outro modo o d. Cap. Nisi essent de
 Præbend.; contendendo que o Papa tolerou essa
 Pensão para evitar maiores males; e ainda só ap-
 provou essa Pensão justa *ex parte dantis*; e não
ex parte recipientis (o que mais confirma Van-
 Esp. no C. 4. a n. 17.): Pelo que não devia
 nem deve servir de exemplo a Decisão deste Cap.
 Porém, deixando as razões bem suasorias da jus-

tiça *ex parte recipientis*, que ponderou Osor. supra a n. 50. ad 57., Vemos no mesmo Osor. a n. 5. assim entendido e praticado *in judicando* o d. Cap. As Partes fizeram o Compromisso conforme a Formula ali transcripta n. 6. (que póde servir de modello para outros), e os Juizes fundados no mesmo Compromisso, e no mesmo Cap. proferirão a Sentença que se lê n. 6. Quem for escrupuloso recorra á Curia pedindo confirmação da Sentença dos Arbitros.

C A P I T U L O VII.

Pessoas em favor das quaes se podem reservar e constituir Pensões: 1.º em favor dos Resignantes: 2.º dos Permutantes para regular a igualdade. 3.º dos Padroeiros pobres: 4.º e geralmente em favor d'outras pessoas necessitadas.

S E C Ç Ã O 1.ª

Em favor dos Resignantes.

§. 56.

DE balde se fatigou Van-Esp. de J.E. P. 2. Sect. 3. T. 11. C. 3. n. 18. (que seguiu Rieg. P. 3. §. 277.) em mostrar, que a Resignação não he Título juridico, que justifique no Resignante a Pensão. Não faço aqui digressão a mostrar, que as Resignações *ad favorem* são admittidas na Curia desde o anno de 1159., ex Rigrant. ad Reg. Cancell. 45. a n. 3. A mesma Regra 45. permittio indistinctamente as Resignações com Pensão em favor do Resignante. In-

no-

nocencio XI. pela Bulla que transcreveo Ferrar. Verb. Pensio n. 8. Benedicto XIV. pelas que transcreveo Rigant. a d. Regr. 45. §. 2. a n. 186. as tolerou debaixo de certas modificações: E finalmente a Curia Romana nunca deixou de permittir as Resignações com Pensão em favor do Resignante. Bem que as Resignações sempre se impetrão com causa de velhice, enfermidades, tantos annos de serviço da Igreja, etc.

Nota: Já Paris. de Resignat. L. 6. Q. 2. a n. 66. havia sustentado, que em segura consciencia se póde renunciar o Beneficio nas Mãos do Papa com reserva da Pensão, ainda precedendo pacto, maxime revestindo-se este com a Clausula = Si Sanctissimo Domino placuerit = E accrescenta que “quid quid sit de jure, vel dicant Doctores antiqui, hodie de stylo est permissus tractatus; adeo ut in Mandato, et supplicatione ne dicatur, quod renuntiat reservata pensione, et hoc toleratur a Summo Pontifice., Conf. Rieg. P. 2. §. 352. et 353.

§. 56.

Ha huma differença (quanto ao regresso ao Beneficio por falta de pagamento de Pensão) entre o caso em que a Resignação se faz na Formula antiga, de qua Begnudell. verb. Pensio n. 67. et 72.; ou conforme a Formula nova e moderna, de qua Barbos. de Pens. Q. 9. n. 1. Van-Esp. de J. E. P. 2. Sect. 3. T. II. n. 15., Luc. de Pension. Disc. 12. e segg. Formula, em que se condiciona, ut ex Barbos. supra ibi =

“Ad præcavendas hominum malitias, qui eo animo beneficia sibi resignata capiunt cum reservatione
“cer-

“certæ annuæ pensionis, ut illam nunquam solvant,
 “et sic Resignantes eludant, solet Papa favore Re-
 “signantium clausulam regressus in Bullis Apostolicis
 “reservationis pensionis hujusmodi inserere, et mihi
 “in hac formula concessit verba = Tibique, quod
 “Balthasare, aut aliquo ex successoribus prædictis in
 “solutione pensionis per præsentis reservatæ hujus-
 “modi modo et forma præmissis facienda in toto,
 “vel in parte cessante, aut deficiente, vel illam ad
 “minorem summam reduci, anullari, vel invalidari
 “petente, seu procurante, aut pensionem per præsen-
 “tes reservatam hujusmodi ex quavis causa nullam,
 “et invalidam, seu male, et nulliter assignatam esse
 “dicente, vel allegante, liceat tibi ad dictam The-
 “saurariam liberos habere accessum, et regressum;
 “illiusque corporalem, realem, et actualement pos-
 “sionem per te, vel per alium, seu alios nomine tuo
 “propria auctoritate libere apprehendere, ac tam tui
 “prioris tituli, quam earundem præsentium vigore,
 “quas vim validæ, et efficacis provisionis tibi de il-
 “la ex tunc et e contra Apostolica auctoritate factæ
 “habere volumus, absque alia tibi desuper de novo
 “facienda provisione.,.

Este he o estilo já no seu tempo attestado por
 Paris. de Resignat. L. 6. Q. 3. n. 4. aonde trans-
 creve a mesma formula, que se costumava já inserir
 em todas as Bullas de Resignação com reserva de Pen-
 são para o Resignante; e também Van-Esp. de J. E.
 P. 2. Sect. 3. T. II. C. 9. n. 15.

§. 57.

No primeiro dos ditos casos, quando a Bulla não
 he roborada com estas clausulas; faltando o Resignan-
 te á solução da Pensão não póde o Resignante ter re-
 gresso ao Beneficio, sem que primeiro se proceda con-
 tra o Pensionario *juris ordine servato*, e por tres

conformes se julgue incurso no perdimento do Benefício para o Resignante; e ainda o Resignatario pôde purgar a mora, e evitar o regresso pagando as Pensões decursas. Mas no segundo caso logo que o Pensionario ou cesse de pagar a Pensão ao Resignante, ou se proponha disputar a nullidade da Pensão, ou pedir reducção della, etc.; pôde logo o Resignante pedir o regresso summaria e executivamente, citado o Pensionario, ou queixar-se spoliado, intentando o remedio do spolio da sua posse, de que não cedeo, senão conditionalmente, e debaixo das condições de se lhe pagar promptamente a Pensão, sem disputa alguma: Vejam se largamente Barbos. d. Q. 9., Tondut. de Pens., Cap. 45. e 46, Pariz. de Resign. L. 6. Q. 3. Van-Esp. supra, Luc. de Pens. Disc. 12. et segg. et Disc. 74. et adornat. Constit. Innoc. Cap. 16. a n. 20., et de Judic. Disc. 43. n. 19. Begnuedell. verb. regressus, Rigrant. ad Reg. 26. Cancellar. a n. 160.: Sed vide infra §. 99.

Desta acção se tractará mais largamente no Cap. 31., e no §. 99.

S E C Ç Ã O 2.^a

Em favor dos Permutantes dos Benefícios.

§. 58.

Não se duvidando ser permittida a Permutação dos Benefícios com causa, e ainda só a maior commodidade de hum dos Permutantes, Barbos. de Jur. Eccles. L. 3. Cap. 15. a n. 172.; e fazendo-se a Permutação com as Solemnidades, e requizitos que exige

o mesmo Barbos. a n. 156. ; ninguém jámais duvidou que póde haver Pensão para regular a igualdade dos redditos Cap. 6. de *Rer. Permut.* (vej. §. 10.): só sim tem sido muito disputado, se os Bispos, que aliás podem authorizar as Permutas, podem impor aquella Pensão ao menos vitaliciamente, sem gravar ao Successor do Beneficio mais pingue (§. 42. 43.): quanto porém a ficar esta Pensão Real, e affectando o Beneficio, he sem dúvida dever intervir á Authoridade Apostolica.

§. 59.

Na Permuta dos Beneficios com esta Pensão se dá huma reciproca resignação, que induz verdadeira vacatura d'ambos e de cada hum dos Beneficios. Barbos. supra n. 166. *Osor. de Patron. Reg. Resol.* 34. n. 4. *Luc. Ferrar. verb. Resignatio* n. 75.: Em consequencia 1.º he preciso o consentimento dos Padroeiros, ou o Padroado seja da Coroa, ou outro Secular, ou mixto, *Osor. supra* a n. 5.: Se com sciencia de serem do Padroado os Beneficios abusão do Direito dos Padroeiros, oñ perdem *Osor.* a n. 15.: 2.º, que fazendo-se a Permuta condicional, sendo como *mutua* resignação, maxime com as clausulas referidas § 56.; faltando o pagamento da Pensão, terá o Resignante o regresso ao Beneficio, de quo §. 57.

O mais que pertence á validade ou nullidade das Permutações dos Beneficios, e regresso ao permutado se veja em *Tondut. de Pens. Q.* 16., *Rigant. sobre a Regra* 40. da Chancellaria, *Osor. de Patron. Reg. Resol.* 34. Barbos. de *Jur. Eccles. L.* 3. Cap. 15. *Begnud. verb. Permutatio*, *Ferrar. supra* a n. 57.

S E C Ç Ã O 3.^a

*Em favor dos Padroeiros das Igrejas; ou de
Pessoas que elles nomearem.*

§. 60.

“Solet Apostolica Sedes, citra motum proprium
“pensiones reservare in gratiam eorum, qui aliquam
“habent participationem, vel jus in onerandi Benefi-
“cii provisione; puta ad supplicationem, vel nomi-
“nationem Patroni, ut frequentius contingit in Eccle-
“siis, quæ ad Regum vel Principum providentur;
“et in his stylus est reservandi pensiones cum clausu-
“la dummodo tertiam partem fructuum non excedant,
“quod onus est Pensionarii justificare, nisi Titularis
“asserendo se informatum, dicat non adesse exces-
“sum, atque in se onus probandi contrarium assu-
“mat; vel etiam ad Supplicationem Patroni privati,
“seu Ordinarii, qui cupiens super Beneficio ejus li-
“beræ collationis reservari pensionem ad favorem per-
“sonæ sibi gratae, curet accipi Provisionem Aposto-
“licam, sine qua dicta reservatio non conceditur:
“hisque casibus pensio sub narrativa certi valoris per
“ascensum reservari solet, cum Papa nolit, nisi mo-
“derate gravare; ideoque dicti valoris justificatio ne-
“cessaria est, nisi pariter Provisus, asserendo se in-
“formatum, onus justificandi in se assumat., Assim
o Card. de Luc. Tom. 13. de Pens. in Summ. §. 5.

§. 61.

O mesmo Card. de Luc. no outro Tract. de Pens.
ad ornat. Bull. Cap. 3. n. 11. ainda declara mais,
ut ibi =

“Quoniam solent quidem Patroni curare reser-

"vationem Pensionum pro personis sibi gratis, quando
 "pinguia sunt Beneficia; sed id fit per Papam, et
 "Datariam, eodem modo quo in Ordinariis est supe-
 "rius dictum; quamvis in hoc stylus non sit semper
 "uniformis, sed ille pendeat a genio, et Sensu Pon-
 "tificis pro tempore regnantis, dum aliqui Pontifices
 "consueverunt nimium esse ad id faciles, alii vero e
 "converso nimium difficiles, adeo ut raro, et nisi ex
 "valde justa causa id admittatur; istaque est praxis
 "præsantis Pontificis; ideoque non est materia capax
 "certæ regulæ Videtur tamen, quod utrumque ex-
 "tremum sit vitiosum, cum nimia facilitas causare
 "soleat, ut Patroni præsentent parum dignos, qui
 "sunt promptiores ad ferendum onus pensionis; et e
 "converso durum videatur, ut qui habet jus præsen-
 "tandi ad pingue Beneficium a suis majoribus funda-
 "tum cogatur extraneum ditare, et non possit aliquem
 "ejus filium, vel conjunctum indigentem de aliquo
 "honesto subsidio providere: Ideoque pro facti qua-
 "litate, et circumstantiis materia regulanda videtur.,

S E C Ç Ã O 4.ª

Em favor d'outras pessoas; e de quaes?

§. 62.

"Attenta itaque dispositione, intentione, seu ra-
 "tione juris communis, quilibet, absque status, gra-
 "dus ætatis, vel qualitatis differentia est Pensionum
 "Ecclesiasticarum capax, ob rationem superius Cap. 2.
 "assignatam, quod Pensio nullum jus in re vel ad rem
 "tribuit in Beneficio Ecclesiastico Pensionario, qui
 "propterea nullam habet participationem in adminis-
 "tra-

“tratione; ideoque Pensio de sui natura importat quid
 “mere temporale; et per consequens, etiam sæcula-
 “res, imo infantes et mulieres sunt ejus capaces.,,
 Confirção-se o mesmo Luc. Tom. 13. de Pens. Disc.
 10. n. 5., Luc. Ferrar. verb. Pensio n. 34. et 35:
 Neste sentido firma Gibert. Corpus Jur. Canon. Tom.
 3. Tit. 9. Sect. 7. Regul. 14. esta Regra “Pensio-
 “nis capax est omnis indigens, si ut eleemosyna con-
 “sideretur; sed si spectetur, ut merces data pro ser-
 “vitio præstito, vel præstando Ecclesiæ: quicumque
 “illud præstitit vel præstare potest, capax quoque
 “est pensionis eo modo spectatæ. Hinc laico, sicut
 “et Clerico assignari potest: late sumpta laico, Cle-
 “rico tantum stricte sumpta; cum illius capax sit
 “laicus ut Clericus; istius vero solus Clericus.,,

§. 63.

Porém pela Const. 62. de Sixto V., e pela Const.
 73. de Pio V., e pelo estilo da Curia Romana, se não
 concedem Pensões senão aos Clerigos com exercício,
 e privilegio Clerical, Ferrar. verb. Pensio n. 36., Luc.
 d. Cap. 4.; mas isto quoties Papa *non faciat reser-
 vationem ad favorem sæcularis*, Luc. supra Clericat.
 de Pension. Discord. 3. tot., aonde diz que para se
 conceder a Pensão a favor de secular se costumão dis-
 pensar as ditas Constituições.

§. 64.

Com effeito assim vemos pelo estilo da Curia,
 revogando se as ditas Constituições; basta a idade de
 sete annos para se obter Pensão, como declarou a Sa-
 gr. Congreg. do Concil. a 22. de Março [de 1627.,
 Ferrar. supra n. 41., aonde accrescenta, que este he
 o stilo da Dataria; Conf. Barbos. de J. E. L. 3. Cap.
 11. n. 42. Card. de Luc. ad Concil. Trid. Disc. 12.
 n. 5. Sabell. §. Pensio n. 1.

§. 65.

Assim vemos quotidianamente concedidas Pensões a pessoas leigas *in quocumque statu*, a casados, a militares, que seguem as campanhas, etc. Ainda mesmo em Rigrant. a Regr. 8. da Chancellar. §. 2. a n. 174. vemos concedidas Pensões a mulheres do nosso Reino (e de outros) maxime quando Freiras, e Abadeças. Mas tudo Graças especiaes com derogação das ditas Constituições Pontificias.

§. 66.

Concedem-se aos excommungados, que para o fim de as poderem obter, são absolutos nas letras, Ridolphin. in Prax. Cur. Roman. P. 2. C. 9. n. 57. Mas os filhos espurios de Clerigos são incapazes de obterem Pensões sobre os fructos dos Benefícios, que seus Pais obtem, ou obtiverão Concil. Trid. Sess. 25. de Reform. C. 14.: se porém são legitimos, que o Pai tivesse de matrimonio antecedente, podem obter as Pensões, e não milita com elles o Tridentino *Luc. Ferrar. verb. Pensio n. 42. et 43., Barbos. de J. E. L. 3. C. 11. n. 64. et 65. "At vero pater Clericus habens facultatem pensionem, quam possidet, transferendi, illam transferre potest in filium Clericum, etiam illegitimum dispensatum, simpliciter ad Beneficia, et Pensiones.... quia Concil. Trident. d. C. 15. loquitur, quando Pensio reservata super Beneficio, quod habuit pater.... Unde Sacr. Congreg. Concil. censuit Clericum reservatarium pensionis annuæ scutorum 200 super Ecclesia, quam ipse nunquam obtinuit, posse transferre medieta-tem ad favorem sui filii illegitimi., Conf. Luc. Ferrar. supra n. 44.*

§. 67.

Os Maltezes, como Religiosos professores só são capazes de receber Pensões das Commendas e Benefícios

cios da sua Ordem (§. 48. 49.); mas não são habéis para as receberem impostas em outros Benefícios, sem Dispensa Pontificia Ferrar. n. 49. et 50.: Da mesma forma todos os outros Regulares, só com aquella Dispensa podem obter Pensões em Benefícios Seculares Ferrar. n. 51. Tondut. de Pens. Cap 77. n. 40. Barbos. de J. E. L. 3. C. 7. n. 52., Clericat. de Pens. Disc. 3. n. 19.

§. 68.

Os Illegítimos são geralmente incapazes de Pensões Clericaes (aliter das temporaes); mas sendo dispensados para Ordens o ficam em consequencia para obterem essas Pensões independente d'outra Dispensa, Barbos. de J. E. L. 3. C. 11. n. 26., 27., 28. Se os Irregulares, que o são por alguma irregularidade juridica, são incapazes de Pensões, disputão os DD.; mas prevalece a opinião affirmativa Ferrar. n. 57. Vej. Luc. de Pens. C. 4. n. 13., Tondut. de Pens. C. 67. et 68.

§. 69.

O militar, ainda que sem especial Graça he incapaz de Pensão; se contudo, elle logo que a Pensão se lhe reserva, deixa a Milicia, póde gosar a Pensão sem nova Graça Luc. supra n. 14.

P A R T E II.

Impetração das Bullas das Pensões; sua justificação, e translação das Pensões constituidas.

C A P I T U L O VIII.

Deve na Impetração narrar-se a qualidade, e natureza do Beneficio, em que se impõe a Pensão; e o citado delle, se vago, se pleno.

§. 70.

JA vimos no Cap. 6. a §. 27., que o Papa não pôde impor Pensão em Benefícios da Coroa, ainda quando em Donatarios, sem seus expressissimos consentimentos: já vimos a §. 28. a variedade de opiniões, e a distinctiva, sobre ser ou não preciso o mesmo consentimento dos mais Padroeiros Leigos: he preciso que na súplica se narre a qualidade, e natureza do Beneficio pensionado. Se o Papa na Bulla faz menção de intervir este consentimento do Padroeiro, entra a presumpção de que elle precedeo, Rigrant. ad Reg. 45. Cancell. §. 2. n. 169.: porém, ainda que a asserção do Papa e seus Officiaes he muito respeitavel; comtudo; e quanto aos Padroados da Coroa, como he necessario Aviso, que costuma ficar registrado na Secretaria de Estado; se no Livro dos Registros se não acha tal Aviso, esta prova negativa ha de pre-

prevaler a asserção da Bulla, ex Parex. de Instrum. edit. T. 7. Resol. 10. n. 12.

§. 71.

Quanto ao consentimento de qualquer Padroeiro leigo que não seja a Real Coroa; diz Tondut. de Pens. Cap. 25. n. 15. et 16., *ut ibi* = Patroni vero “consensus variis modis intervenire potest. Primo “quando interponitur in ipsa conventionem, et tracta- “tu facto inter resignantem et resignatarium. Secun- “do, si in actu per eum facto nominationis et præ- “sentationis factæ jure, et sine ulla reservatione; ipse “tamen Patronus pensionem ad libitum resignantis re- “servari consenserit. Tertio; quando Patronus ante “expeditionem provisionum facit instrumentum decla- “ratorium suæ voluntatis. Quarto, si post perfectam “expeditionem ipse ratificat pensionis reservationem, “et illi consentit; quo consensu præstito, Patronus “variare non potest, aut ab illo recedere., O Card. de Luc. de Pens. Disc. 94. n. 8. admitte prova deste consentimento do Padroeiro por conjecturas, e entre ellas o lapso de mais de dez annos com a effectiva percepção da Pensão; amizade do Padroeiro, e Pensionario, etc. Conf. Begnudell. verb. Resignatio n. 15.

§. 72.

Este consentimento pôde prestar-se pelo Tutor do Pupillo, não sendo muito excessiva a Pensão, e havendo justa causa, mas não o pôde prestar o usufructuario, Tondut. de Pens. Cap. 25. a n. 21.

§. 73.

Quando o Beneficio não he Padroado Real, ou particular; assim como para a resignação “debet ex- “primi qualitas beneficii resignati; debet exprimi no- “men sancti illius Ecclesiæ; debet exprimi, an Bene- “ficio sit in Cathedrali; an Beneficium sit curatum; “an

“an requirat residentiam; si habet dignitatem, et
 “quam; si est regulare; et resignatarius est sæcula-
 “ris, vel e contra; si est Juris Patronatus, si est
 “alteri annexum; si est manuale,” Begnudell. verb.
 resignatio n. 109.: semelhantemente quando se impe-
 tra a Bulla de Pensão, Card. de Luc. de Pens. Disc.
 38. n. 2. et Disc. 43. n. 4. Clericat. de Pension. Dis-
 cord. 8. n. 22.

§. 74.

Não se fazendo pois narração destas qualidades
 do Beneficio pensionando, he nulla a Pensão Garcia
 de Benef. P. 5. C. 3. a n. 120., Luc. de Pens. Disc.
 38: e isto “ex ratione præsumptio cessat, ubi con-
 “traria, et expressa, vel etiam præsumpta probatio
 “accedat., Idem Luc. de Pension. ad ornat. Const.
 Innoc. XI. Cap. 10. n. 14. “Idemque ex eadem ra-
 “tione, et cum eadem declaratione, quando agitur
 “de nova reservatione pensionis super Beneficio Juris
 “Patronatus laicorum; magis vero ubi sunt de Jure
 “Patronatus Regio, sine istius qualitatis mentione.,

§. 75.

Deve tambem declarar-se: se o Beneficio está va-
 go, ou pleno, e vivo o Titular, que impoz nelle al-
 guma Pensão em favor de Terceiro, que affecte o Be-
 neficio ao Successor. Esta casta de Pensão, vivo o Ti-
 tular, e pleno o Beneficio he muito delicada; pelas
 mais das vezes fraudolenta, e simulada; e por isso
 muito odiosa: veja-se o Card. de Luc. de Pens. ad
 Ornat. Cap. 8. tot.

CAPITULO IX.

Deve narrar-se; se o Beneficio, que se pertende pensionar, está onerado com outra Pensão: se o está, e se supprime esta circumstancia; em que casos será nulla, ou válida a nova Pensão?

§. 76.

Tudo quanto neste artigo de Jurisprudencia Ecclesiastica escrevêrão os Beneficialistas, recopilario Lendut. de Pens. Cap. 44., o Card. de Luc. de Pens. Cap. 10. a n. 8. Clericat. de Pens. Discord 18. a n. 11., Van-Esp. de J. E. P. 2. Sect. 3. T. 11. C. 8. a n. 4.: E sobre todos o moderno Rígancio (que merece de Benedicto XIV. os elogios, que vemos no seu Tract. de Synod. Diœces. L. 9. C. 2. §. 6., C. 7. §. 6., L. 13. C. 10. §. 20.) sobre a Regra 55. da Chancellaria desde o n. 180. até o n. 202., que transcripto cumpre todo o projecto deste Capitulo, *ut ibi* = (citando para próva das suas conclusões os melhores, e mais classicos DD., de cuja citação me dispenso).

“Quod tamen intelligendum, dummodo Pensio,
 “quæ prius percipiebatur, imposita sit super fructibus
 “alterius Beneficii, quam illius, quod nova Pensione
 “gravatur; nam si hæc super eodem Beneficio im-
 “ponatur; tunc pro validitate illius reservationis neces-
 “saria prorsus est expressio antiquæ, sive nova Pen-
 “sio reservetur favore illiusmet, cui antiqua reserva-
 “ta reperiebatur; sive favore alterius; alias Gratia no-
 “væ Pensionis redditur subreptitia ex defectu verosi-
 “milis intentionis Papæ, qui non censetur voluisse
 “duplici onere Ecclesiam gravare. Et hæc nullitas
 “no.

“ novæ Pensionis ob omissam mentionem antiquæ su-
 “ per fructibus ejusdem Beneficii reservatæ, inducitur
 “ ipso jure, non autem opere exceptionis; adeo ut,
 “ nec cassata antiqua Pensione reviviscat; nec consen-
 “ sus Beneficiati operari potest ejusdem secundæ Pen-
 “ sionis validitatem. Idque pluribus modis ampliatur.

“ Et primo nulla est reservatio novæ Pensionis
 “ super fructibus ejusdem Beneficii impositæ; quamvis
 “ mentio antiquæ omissa fuerit non ex dolo, et mali-
 “ tia, sed ex probabili et justa illius ignorantia. Tum
 “ quia in hac materia non attenditur intentio Partium,
 “ sed Pontificis Pensionem reservantis, qui, ut dixi-
 “ mus, non censetur novo onere voluisse gravare Bene-
 “ ficiū, nisi de præcedenti expressa ei mentio facta
 “ fuerit. Tum quia, cum jura mandent pro valida im-
 “ positione novæ Pensionis necessariam esse mentio-
 “ nem antiquæ super ejusdem Beneficii fructibus im-
 “ positæ, locum sibi vindicat recepta Theorica, quod
 “ ubi reticetur id, quod de jure est exprimendum,
 “ Gratia corrui.,

“ Ampliatur secundo, etiamsi Beneficii fructus
 “ capaces sint utriusque Pensionis, nam reticita anti-
 “ qua Pensione, semper urget defectus intentionis Pa-
 “ pæ gravandi novo onere Ecclesiam.,

“ Tertio ampliatur, quod, omissa mentione an-
 “ tiquæ Pensionis, nova est nulla in totum, nec locus
 “ est illius reductioni, ita ut, si antiqua Pensio sit Du-
 “ catorum quinquaginta, et nova Ducatorum 100. non
 “ potest hæc sustineri pro rata Ducatorum quinquaginta.
 “ Ad differentiam casus, quando in literis re-
 “ servationis novæ Pensionis impositæ super fructibus
 “ ejusdem Beneficii, facta fuerit expressio antiquæ in
 “ minori summa, vel non omnes Pensiones, sed non
 “ nullæ bona fide, et absque dolo expressæ fuerint,
 “ concurratque verosimilis mens Pontificis; tunc enim
 “ fit

“fit proportionabilis ejusdem novæ Pensionis reductio
 “pro illa rata, quæ correspondet vel majori summæ
 “antiquæ Pensionis, vel Pensionibus non expressis.,,
 “Quarto, omissa mentio antiquæ Pensionis nul-
 “lam, irritamque reddit reservationem alterius, esto
 “in literis adsit clausula (et si postmodum verificata)
 “= dummodo remaneant centum pro Rectore =; quæ
 “verosimilem præ se ferre videtur Pontificis volunta-
 “tem, ut adhuc habita scientia antiquæ Pensionis,
 “reservasset novam, per quam congrua pro Rectore
 “diminuta non remaneret. Siquidem clausula præfata
 “non respicit favorem Pensionarii, sed ipsius Titula-
 “ris habentis cæteroquin intentionem in jure funda-
 “tam pro nullitate novæ Pensionis, ob omissam men-
 “tionem antiquæ; unde in illius odium retorqueri non
 “debet; et quia etiam hoc casu militat eadem ratio,
 “quod Papa non consetur voluisse gravare Beneficium
 “duplici onere. Quemadmodum altera clausula in iis-
 “dem literis adjici solita = Non obstant. constitutioni-
 “bus, et qualibet alia dictæ sedis indulgentia, etc. =,
 “tanquam executiva, removet solum ea, quæ possunt
 “obstare expressis; non autem ampliat Gratiam reser-
 “vationis novæ Pensionis, quæ nulla est ex defectu
 “mentionis antiquæ, præ se ferente itidem defectum
 “intentionis Papæ.,,

“Postremo, ob omissam specificam mentionem
 “antiquæ, nulla est reservatio novæ Pensionis, quam-
 “vis motu proprio a Papa expleta fuerit; quia motus
 “proprius tollit solum defectum subreptionis; non
 “vero intentionis Papæ (conf. Osor. de Patron. Reg.
 “Resol. 63. n. 11.)

Limitações.

“At e contra nonnulli sunt casus, in quibus re-

“servatio novæ Pensionis non exposcit pro illius va-
 “liditate mentionem antiquarum. Primus est, si istæ
 “fuerint; nulliter impositæ, aut ineffectuatæ reman-
 “serint; nullum enim, et nihil æqui parantur, nec
 “de actu nullo, et inefficaci facienda est Pontifici men-
 “tio; et ubi antiqua Pensio vel nulliter imposita fuit,
 “vel ineffectuata remansit, cessat ratio, cui innitur
 “necessitas eam exprimendi, dum nova reservatur;
 “verosimilis nempe Papæ voluntas non gravandi du-
 “plici onere Ecclesiam.,

“Et hoc casu non ad Pensionarium, sed ad Ti-
 “tularem, qui contendit irritam esse novam Pensionis
 “reservationem ob omissam expressionem antiquarum,
 “spectat onus ostendendi, quod illæ validæ fuerint
 “impositæ, ac effectuatæ remanserint. Quod tamen
 “locum sibi vindicat, quando Papa simpliciter novam
 “Pensionem reservat, nulla facta mentione antiquæ,
 “nec dispositive, nec suppositive: sed aliter dicen-
 “dum, si Papa eam reservet cum expressa conditio-
 “ne, dummodo alia antiqua Pensio super ejusdem
 “Beneficii fructibus reservata non sit; nam hæc clau-
 “sula reddit Gratiam conditionalem conditione intrin-
 “seca oriente ex ipsismet literis reservationis novæ
 “Pensionis; proindeque Pensionarius Gratiam verifica-
 “re tenetur, ostendendo, antiquam Pensionem nulli-
 “ter fuisse impositam.,

“Secundo, necessaria non est in reservatione no-
 “væ mentio antiquarum Pensionum, quæ non sint
 “temporales, et vitalitiæ, sed perpetuæ, reservatæ
 “nempe ex causis a jure, et a Concilio Tridentino ap-
 “probatis ad favorem Sachristiæ, Fabricæ, Eccle-
 “siæ, Seminarii, sive alterius loci pii; illæ nanque;
 “etsi juxta vulgarem loquendi usum Pensiones nun-
 “cupentur, vere tamen et proprie tales non sunt, sed
 “potius onera fixa realia, et perpetua minuentia so-
 “lum

“Ium fructus Beneficii eo modo; quo sunt Canones,
 “vel Cersus perpetui, aliæque perpetuæ annuæ præ-
 “tationes, quarum necesse non est, quod in reserva-
 “tione Pensionis mentio fiat. Sed Rota antiqua Sen-
 “tentiam hanc non probavit, dum pluries censuit,
 “pro validitate Gratia novæ Pensionis necessariam es-
 “se mentionem de aliis, etsi perpetuis, quibus Be-
 “neficio gravatum reperitur; cum ratio, quod non
 “præsumitur Papam velle duplici onere gravare Ec-
 “clesiam, militet etiam in casu, quo Pensio prius im-
 “posita sit perpetua. Et huic Sententiæ uniformis
 “est stylus datariæ, qui exposcit, ut de Pensionibus
 “etiam perpetuis favore locorum piorum impositis
 “mentio fiat in literis reservationis Pensionis tempo-
 “ralis super eodem Beneficio imponenda, qui stylus,
 “ut pluries diximus, facit jus.,

“Tertius denique casus, in quo ommissa expressio
 “antiquarum Pensionum Gratiam Reservationis novæ
 “irritam non reddit, est, si Pontifex saltem in gene-
 “re de illis cogitare potuit: et hac ratione, clausulam
 “adjci solitam in literis reservationis Pensionum fa-
 “vore S. R. E. Cardinalium, et Papæ familiarium,
 “et his verbis conceptam. = Etiam si super illis aliæ
 “Pensiones annuæ aliis reservatæ extiterent =, præ-
 “servare a nullitate Gratiam reservationis novæ Pen-
 “sionis ob non factam antiquarum expressionem, fir-
 “mat Card. de Luc., etc.

Confira-se a Rota Romana in Mantiss. ad
 Luc. Liv. 13. Decis. 54., 55.; 56., 57.: e con-
 clua-se com o mesmo Rigan. n. 203. et 204.
 que = Semel ac novæ Pensionis reservatio nulla
 “est (b non factam mentionem antiquæ super
 “ejusdem Beneficii fructibus jam impositæ, et
 “adhuc vigentis, obstringitur Pensionarius per
 “viam

“viam condictionis indebiti ad restitutionem omnium terminorum novæ Pensionis, quos ab illius reservationis initio exegit; cum percipiens fructus vigore Tituli invalidi, et resoluti teneatur illos omnes restituere, quos a die actus nulliter celebrati percepit, etc., respondendo desde o n. 205. ás objecções contrarias.

C A P I T U L O X.

Quando o Imperante de huma Pensão deva, ou não narrar, que já tem outro Benefício, ou outras Pensões antecedentes, e em outros Benefícios.

§. 77.

T Ambem depois de todos os mais Beneficialistas recapitulárão toda a materia deste Cap., Tondut. de Pens. C. 64.; e depois d'elle com outros muitos Clericat. de Pens. Discord. 15. a n. 5., aonde ponderando até o n. 13. todas as objecções, e opiniões contrárias; passa no n. 14. e seguintes a sustentar com Tondut. de Pens. Cap. 64. n. 7. et 8. com Loter. de Re Beneficiar, e outros, que o Impetrante de huma Pensão não he obrigado narrar que já possui outras em diversos Benefícios; e que a reticencia dellas não influe nullidade na nova Graça: mas he melhor o elaboratissimo Rigrant. a Regra 45. da Chancellaria desde o n. 174. *ibi* =

“De Jure in impetratione Beneficii non est facienda mentio, nec de Pensionibus, quas impetrans percipit, nec de illarum valore, quia Pensio non est Beneficium, nec ullo modo venit appellatione
“Be-

“Beneficii; imo Pensiones a Beneficiis differre habetur in Cap. Quamvis 4. de Præb. et Dignit. in 6., et tanquam diversa semper habuit Concil. Trident. Sess. 21. C. 2. et C. 5.... Et licet stylus datariæ Pensionarium pro Beneficiato habeat, et ad illius tramites in Beneficiorum impetrationibus exprimi debeant, etiam Pensiones, earumque valor, præsertim, si sint sub eodem tecto.... Nihilominus id procedit, vel in Pensione assignata in titulum Beneficii, quando scilicet ex antiquo pinguiori Beneficio nonnulli redditus dismembrantur, ut ex illis novum erigatur Beneficium, quia tunc Pensio illa vere, et proprie Beneficium esset... (Conf. Cap. 4.): Aut Pensionum expressio fit ad cautelam dumtaxat, non autem ex aliqua necessitate Lotter... vocans formidolosos eos, qui talem faciunt expressionem, etc.,

“Hinc ex rationis identitate descendit, ut quemadmodum in Beneficii impetratione necesse de jure non est, quod fiat mentio de Pensionibus, earumque valore; ita nec in supplicatione super Gratia reservationis Pensionis exprimenda sunt Beneficia obtenta, vel aliæ Pensiones, quas Pensionarius percipit, etc., O que tudo abundantemente prova com grande aparato dos melhores DD.

CAPITULO XI.

Deve narrar-se (e depois em alguns casos provar-se) o verdadeiro valor dos redditos do Beneficio, que se pertende gravar com Pensão: e em quaes casos incumbe a prova ao Pensionario, em quaes ao Titular.

§. 78.

A Regra 55. da Chancellaria em toda a impetração de Beneficio de collação ordinaria exige a verdadeira expressão do valor dos redditos dos Beneficios: a primeira causa he para regular o pagamento das Annatas. Nás resignações he mais especial esta expressão do valor dos redditos annuos; porque os Resignantes para deduzirem maior Pensão narrão redditos excessivos; de que no futuro são consequentes estes prejuizos; 1.º, o do mesmo Resignatario, que fica desprovidenciado do seu preciso e necessario: 2.º, do Successor no Beneficio, que fica muito gravado: 3.º, de qualquer outro Clerigo pobre e benemerito, em cujo favor, além da primeira Pensão, se não fosse assim exorbitante, se poderia impor outra Pensão. Razões estas de Benedicto XIII. no seu Decreto de 25. de Setembro de 1721.; como bem expõe Rigrant. a d. Regra 45. a n. 27.: verificada esta fraude a resignação fica nulla, e consequentemente a Pensão, mas o Beneficio não vaga, como bem demonstra o citado Rigrant. a n. 30. Não he assim frequente nas mais impetras com Pensão, porque antes pelo contrario se costuma narrar valor menor para fraudar as Annatas, Rigrant. supra n. 26. Deixemos os DD. que escrevêrão antes daquelle Decreto.

§. 79.

“ Multipliciter autem (diz o Card. de Luc. de
 “ Benefic. Disc. 90. a n. 33.) Pensiones reservari so-
 “ lent. Primo scilicet, et frequentius in quantitate cer-
 “ ta sub narrativa valoris; etiam in certa quantitate
 “ per ascensum, puta quia reservetur Pensio scutorum
 “ centum super beneficio, qui asseratur valoris scuto-
 “ rum bis centum: secundo reservatur Pensio pariter
 “ in certa quantitate sub conditione non excessus ali-
 “ cujus quotæ fructuum, nullo istorum valore, seu
 “ quantitate specificata; puta quia reservetur Pensio
 “ scutorum, dummodo tertiam partem fructuum, seu
 “ aliam quotam non excedat: tertio, ubi reservatur
 “ etiam Pensio in quantitate absque narrativa, vel
 “ expressione valoris, sed cum præservativa certæ
 “ quantitatis remanere debentis ad favorem Titularis,
 “ puta in Cathedralibus, et Metropolitanis dummo-
 “ do remaneant mille pro Episcopo, vel in Parochia-
 “ libus, dummodo remaneant centum pro Rectore, etc.
 “ Quarto ubi fiat, reservata etiam in certa quantitate
 “ absque alia expressione valoris, vel fructuum Eccle-
 “ siæ. Seu Beneficii: et quinto demum, ubi reserva-
 “ tio Pensionis fiat in quota absque alia valoris ex-
 “ pressionem, puta in tertia parte fructuum, etc.,

§. 80.

Quando se impetra a Pensão pelo primeiro mo-
 do (que he o mais frequente); distingue o Card de
 Luca tres casos; 1.º, quando o Papa de motu proprio
 reserva Pensão na sua Provisão de Beneficio vacante:
 2.º, quando a reserva se faz em resignação pelo re-
 signante: 3.º, quando no Beneficio pleno se impõe
 voluntariamente pelo possuidor perpetuo, e em favor
 de terceiro. Quanto ao primeiro destes subdistinctos
 casos; nunca será facil conceder o Papa de motu pro-
 prio Pensão em favor d'algum deste Reino, sem o

Regio Beneplacito ; e ainda menos a favor de Estrangeiro (§. 28.).

§. 81.

Quanto ao segundo destes subdistinctos casos (§. 80.) (e quando na Bulla não he expressa a clausula = *Dummodo remaneant mille pro Episcopo, vel centum pro Rectore*), diz o Card. de Luca supra n. 37.; *ut ibi* =

“Secundo autem casu reservationis Pensionis occasione Resignationis ad favorem Resignantis, vel
 “alterius in ejus gratiam, ejusque supplicationem, in
 “qua valor fuerit expressus per ascensum, et cum
 “clausula, ut asseris, planum est valorem ita affirmative narratum, tanquam causam, ac fundamentum reservationis esse concludenter probandum. Adeoque id verum est, quod non solum, cessantibus limitationibus, de quibus proxime infra, sed etiam
 “constito de falsa narrativa, reservatio corruat in totum: super hoc autem aliqui Beneficialistæ æquivocarunt hujusmodi assumptum, ita generaliter, ac
 “indefinite capiendo; quoniam ubi non agitur de Pensione voluntaria, magis odiosa juxta tertium sequentem casum, sed de ista reservata occasione resignationis ad favorem resignantis, dicta propositio ita
 “rigorose attendenda venit contra resignatarium, ne prætere valeat teneri solum pro rata, atque ad
 “effectum, ut resignanti, ratione regressus juxta formulam modernam (§. 56.) vel etiam juxta formulam antiquam datur facultas dicendi Beneficiato, quod vel solvat, vel dimittat, ex his, quæ habentur in dicta sua materia, sub Tit. de Pens. Disc. 10, ubi etiam habetur de æquitate, quæ, cessante quodque regressu inter favore Pensionarii non dolosi, pro
 “substinenda Pensione proportionabiliter pro rata.,

§. 82.

E quando a dita clausula (§. 81.) he expressa na Bulla, diz o mesmo Card. de Luc. de Benef. Disc. 90. n. 46. *ibi* =

“ Ubi vero reservatio est in quantitate cum ex-
 “ pressione valoris etiam in quantitate, non pure, sed
 “ conditionaliter, seu qualificate cum clausula scilicet
 “ = dummodo remaneant mille pro Episcopo, vel
 “ centum pro Rectore =, at in Cathedralibus, seu Pa-
 “ rochialibus adjici solet; et tunc, aut dicta clausula
 “ dummodo est ita concepta quod faciat gratiam con-
 “ ditionalem, seu modalem, et justificatio valoris fa-
 “ cienda est per eum, qui petit Gratix executionem,
 “ non solum de tempore datæ gratiæ, sed etiam de
 “ tempore quod executio petitur; quoniam cum ista
 “ conditio respiciat certum effectum; hinc proinde non
 “ intrat regula generalis, ut in conditionibus suffic at
 “ existentia seu verificatio momento temporis, sed re-
 “ quiritur tractus successivus, spectacto, ut dictum est,
 “ effectui; adeo ut si fructus de tempore reservationis
 “ sint sufficientes, deinde vero minuantur tunc sup-
 “ plendum est, ut conditio semper suum sortiatur ef-
 “ fectum. „

§. 83.

Entre hum e outro caso; já de se não condicio-
 nar a Bulla com a dita clausula, ou condicionar-se
 com ella ha differenças essenciaes e notaveis. Sendo a
 Pensão imposta em Bispado, ou Beneficio Parochial
 (quidquid sit em outras qualidades de Beneficios)
 sempre a dita clausula se subintende, ainda que não
 expressa na Bulla; e sempre fica salva ao Titular a
 Congrua competente; por mais que o Titular tenha
 consentido expressamente nesta Pensão certa quando
 foi provido no Beneficio, e prestado a ella todos os
 necessarios consentimentos, como com dez argumen-
 k 2 tos,

tos, e terminantes doutrinas demonstrou Clericat de Pension. Discord. 11. a n. 4. Conf. Rot. post. Tondut. de Pens. Decis. 32. n. 2. Luc. de Pension. Disc. 17. tot; optime Roz. de Executor. Litterar. Apostol. Cap. 7. n. 102.

§. 84.

Mas ainda que a dita clausula, quando não expressa, se subintenda neste caso (§. 83.), sempre ha hum differença quando se questiona o possessorio, e quando o juizo petitorio: No possessorio; ou o Pensionario está na posse de receber essa Pensão, ou ainda não tem posse: se está na posse, he nella mantenido: se não tem posse, cessa a manutenção em quanto se não faz o calculo dos rendimentos, e se não deduzem os *centum pro Rectore*, Post. de Manut. Obs. 18. n. 41. et 42. et post Fract. Decis. 278. n. 6. et 7., Clericat. de Pens. Discord. 11. n. 21. Tondut. de Pens. C. 14. a n. 4., Sabell. §. Pensio a n. 4. Vide Barbos. Vot. 108.

§. 85.

No Juizo Petitorio; (e quando o Pensionario não tem posse): eis-aqui a differença e a Providencia que ao Titular dão os DD. com os quaes, e Luc., que transcreve, Clericat. Discord. 11. a n. 26. *ibi* =

“Ad quem spectet probare fructus Beneficii esse,
 “vel non esse sufficientes? Facilis est responsio, quæ
 “colligitur ex Rota, ac DD.; sub generali distinctio-
 “ne: an in reservatione Pensionis, et ejus litteris sit
 “inserta clausula dummodo remaneant centum pro Re-
 “ctore, vel non sit inserta. Primo casu spectat ad
 “Pensionarium probare sufficientiam fructuum Benefi-
 “cii, tam pro solvenda congrua, quam pro Pensione
 “sibi danda: secundo casu, quando scilicet Pensio est
 “pura, et in litteris non habetur clausula dummodo
 “remaneant centum, etc., tunc Pensionarius non te-
 ne-

“netur ad ullam justificationem litterarum; sed ipse
 “Titularis, qui prætendit fructus non esse sufficien-
 “tes, debet id probare.,,

“Est tamen verum, quod cessat necessitas justi-
 “ficandi sufficientiam fructuum Beneficii, quando Ti-
 “tularis se paratum offert eos omnes cedere Pensiona-
 “rio, cum hoc tamen ut sibi solvat congruam alimen-
 “tariam, et satisfaciat aliis oneribus tum publicis,
 “tum privatis eidem Beneficio incumbenibus, ut bene
 “advertit Emin. Card. de Luc. de Pens. Disc. 17. n.
 “15., etc.

Et n. 31. *ibi* =

“Est tamen verum, quod ubi Pensionarius recu-
 “set fructuum exactionem, et nolit probare eorum
 “sufficientiam; quando non sit in possessione exigen-
 “di, ut in præsentī Discordia; et e contra Titularis
 “demonstret eorumdem fructuum tenuitatem; ita ut
 “detracta ejus Congrua alimentaria, et publicis one-
 “ribus Beneficii (Vej. infra C. 16. Sect. 3. Memb. 2.)
 “ac aliis necessariis expensis, parum, vel nihil ex eis
 “supersit; ipsa Pensio vel extincta, vel diminuta re-
 “manebit.,,

§. 86.

Quanto ao 3.º dos casos referidos (80.); diz o
 Card. de Luc. de Benefic. Disc. 90. sub n. 37. “In
 “tertio autem casu Pensionis mere voluntariæ super
 “Beneficio pleno reservatæ de consensu possessoris;
 “cum reputetur in jure odibilis, hinc ultra rigorem
 “circa probationem concludentem veræ, ac effectivæ
 “solutionis in singulis terminis factæ per Titularem;
 “rigorose etiam proceditur in hac materia valoris,
 “non solum, ut ille ita affirmative narratus *per as-*
 “*censum*, perfecte, et concludenter probare debeat;
 “sed etiam constituto de minus vera expressione Pen-
 “sio corruat in totum., (Confira-se o §. 136.)

Nota: Quanta deva ser a Congrua, quando na Bulla falta a dita clausula Dummodo, etc.? Ha quatro opiniões, que refere Clericat. de Pens. Discord. 11. a n. 33.; e passa com a ultima, ut a n. 36. *ibi* = Tertia opinio sustinet eandem "Congruam taxandam esse in Ducatis centum auri de Camera (cada Ducado na nossa moeda são 1750 réis): quarta tandem opinio, quæ "venior videtur, et in praxi servanda, docet, "quantitatem Congruæ pro Parocho pendere a Judicis arbitrio, qui juxta qualitatem ipsius Paro- "chi, et loci, ubi est Parochia, potest vel augere ipsam Congruam etiam supra summam Ducatorum centum auri de Camera, vel eam minuire, secundum regulam prudentis arbitrii., Et n. 38. *ibi* = In taxanda Congrua pro Parocho "non sunt computanda incerta, ut advertit Emin. "Card. de Luc. de Benef. Disc. 10. n. 18.; appellatione tamen incertorum veniunt ea, quæ "nullam certitudinem habent, velut mortuaria, "eleemosynæ, seu oblationes in Baptismis, Matrimoniis, et similibus, quæ in congrua non "computantur, etc. Vej. Luc. Ferrar. Congrua; Van-Esp. de Jur. Eccl. P. 2. Sect. 4. Tit. 3. Cap. 2. et 3.

§. 87.

Ainda mesmo que a Bulla se condicione com a clausula Dummodo, etc. não he o Pensionario obrigado aprovar o valor do Beneficio nestes casos: 1.º, quando o Pensionario está na posse de receber a Pensão, e usa dos remedios possessorios, ainda mesmo que delles use contra o Successor do Beneficio gravado, Post. de Manut. Obs. 40. a n. 41. et 50. Luc. de Benef. Disc.

Disc. 90. n. 42. 43., Barbos. de Pension. Q. 2. a n. 19. et 44. Tondut. de Pens. C. 48. a n. 4. (vej. supra §. 84.).

2.º Quando os providos nos Benefícios por resignação, ou outro modo, não só consentem na Pensão (como he necessario que consintão; mas junctamente asseverão, que aceirão a Pensão nessa quantidade, porque bem certificados reconhecem as forças e rendimentos dos Benefícios, de que se obrigão contribuir essa Pensão; porque neste caso, e por esta confissão fica fundada a intenção do Pensionario para exigir a Pensão independente d'outra prova do valor do redito; e ao Titular incumbe depois na acção negotoria ordinaria a prova do menor rendimento, e desvanecer a propria confissão, Luc. de Pens. ad Ornat. Constit. Innoc. XI C. 6. sub n. 10. (aonde accrescenta, que em quanto pender o Juizo petitorio, deve contribuir a Pensão, sem provavel esperanza de repetir o que interinamente pagar, ainda que por tres Sentenças conformes venha a obter a redução da Pensão), e no Cap. 16. n. 5., et de Benefic. Disc. 90. n. 48.: Conf. Rigant. ad Reg. 55. n. 77. Barb. de Pens. C. 2. n. 17., Roz. de Execut. Litterar Apostol. P. 1. C. 7. n. 161. veja-se Angelis de Confess. L. 2. Q. 51.

Bem entendido que a Confissão do Titular, que quanto a elle produz estes effeitos em favor do seu Pensionario, não prejudica ao Successor do Beneficio, Luc. de Pens. ad Ornat. Constit. Innoc. XI. Cap. 6. sub n. 13. et Cap. 16. n. 6. et Cap. 12. n. 5. Barbos. de Pens. Cap. ou Q. 2. n. 18. et a n. 48.

O mais sobre a justificação do valor e sua forma se vera no Cap. 16. Sect. 3.; e quando nos Capítulos 28. e 29 se tratar da via executiva, e acção possessoria (vide infra §. 125).

CAPITULO XII.

Devem declarar-se as qualidades pessoaes do Impetrante da Pensão; sem confidencia ou interposição de pessoa capaz para a ceder em pessoa incapaz.

§. 88.

JA' vimos no Cap. 7. as pessoas em cujo favor se podem reservar Pensões; e as que para serem capazes de as perceber precisão de Dispensa Pontifica com derogação das Constituições Ecclesiasticas em contrario. He por tan o necessario, que se declare na súplica a qualidade da pessoa futuro Pensionario, para que, sendo incapaz da Pensão se dispensem com ella pelo Papa aquellas Constituições, que o incapacitam, Begnudell. verb. Resignatio a n. 110., Roz. de Execut. Litter. Apostol. C. 7. a n. 1. et a n. 207.: e se para fraudar aquellas Constituições se finge impetrante hum habil para depois ceder a Pensão em incapaz, he nulla, com as declarações, que expõe o Card. de Luc. de Pens. ad ornatum Constit. Innoc. XI. Cap. 9. n. 9. et 10. *ibi* =

“Tertius casus confidentiæ illicitæ, et criminosa, quando scilicet ille, qui cupit Pensionem, non est ejus capax, aut est talis, quod ad ejus favorem Papa facturus non esset reservationem: unde propterea porrigit preces, vel instat Pensionem reservari ad favorem alicujus ejus confidentiarii, qui nondum nomen sit habiturus, ejus vero debeat esse commodum; ut ex gr. verificari potest in illis Beneficiis pinguibus Ordinariæ collationis, super quibus ad hunc effectum capiatur nova Provisio Apostolica
“cum

“cum reservatione Pensionis ad favorem personæ gra-
 “tæ ipsi ordinario; sive ubi idem sequitur ad instan-
 “tiam vel preces Patronorum super Beneficiis de Jure
 “Patronatus; aut ubi agitur de Pensione voluntaria,
 “sine causa Beneficio pleno, quia idem Titularis ad
 “ejus, vel suorum commodum hanc simulatam, ac
 “fiduciariam reservationem procuret, cum similibus:
 “istoque casu intrat quæstio; an locum habeant Cons-
 “titutiones Apostolicæ, illa præsertim Pii IV. super
 “confidentia in Beneficiis; atque probabilius videtur,
 “ut ad effectus pœnales præfatæ constitutiones locum
 “non habeant in Pensionibus, a quibus ad Beneficia,
 “vel e converso in pœnalibus arguere non licet; bene
 “tamen intrat nullitas, et infectio actus, non tam ex
 “dispositione dictarum Constitutionum, quam ex il-
 “larum ratione, seu verius ex deficiente voluntate Pa-
 “pæ., Conf. eund. Luc. de Pens. Disc. 65. et 80.

O mais que aqui póde pertencer se verá quan-
 do se tratar da translação da Pensão Cap. 17.
 Art. 2.: e quanto a resignação do Beneficio a
 cujo Titulo o Resignante foi ordenado, veja-se
 o §. 94.

C A P I T U L O XIII.

*Clausulas frequentes nas Bullas de Pensão,
 e exposição dellas.*

§. 89.

EM todas as Bullas Beneficiaes, e tambem nas de
 Pensão se insere esta clausula = a quibusvis excommu-
 “nicationis suspensionis, et interdicti, et aliis Eccle-
 L “sias-

“siasticis Sententiis Censuris, et poenis, tam a jure,
 “quam ab homine quavis occasione, vel causa latis,
 “si quibus quomodo licet innodatus existit, ad effe-
 “ctum præsentium tantum consequendum absolventes
 “et absolutum fore censes, Ita ex Roz. de Exec-
 cut. Litter. Apostol. P. I. C. 5. n. 155., Tondut.
 de Pens. Cap. 67. n. 11.

§. 90.

Por esta clausula, diz o citado Roza com Pariz de Resign. e Corrad. in Prax. Benefic., que o Papa absolve o Orador das censuras, em quanto necessite da absolvição para ficar habilitado e capacitado para a Graça: porém, que não aproveita aos que insurdecem na excommunhão por causa de heresia, nem aos que falsificão as Letras Apostolicas; nem por esta clausula se dispensa a irregularidade: e por isso, ainda que o impetrante esteja excommungado, sim fica habilitado para a Pensão; mas não assim, estando irregular, Luc. Ferrar. verb. Pensio n. 56. et 57., latissime Tondut. de Pens. Cap. 68., (aonde no n. 20 refere alguns casos em que a dita clausula não produz effeito) e no Cap. 68.; aonde que tambem não dispensa a irregularidade antecedente (bem que a superveniente o não priva da Pensão; vid. infra Cap. 21.): e sobre todos Rigant. a Repr. 66. da Chancellaria; aonde não só comprova e declara tudo isto; mas adverte no n. 11. *ut ibi* =

“Dum igitur excommunicatus per clausulam li-
 “teris Apostolicis adjectam, absolutus, in alio non
 “relevetur, nisi ut Gratia ei elargita, non obstante
 “excommunicatione, sustineatur, hinc est, quod
 “nequeat ipse vigore absolutionis præfatæ fructus Be-
 “neficii, de quo provisus fuit, suos facere, celebra-
 “re, Divinis interesse, ad Sacros Ordines promove-
 “ri,

“ri, ac aliud Beneficium obtinere, nisi de novo abso-
 “lutionem ad hujusmodi effectus obtineat. ,,

Et n. 14. *ibi* =

“Plures tamen hæc Regula casus enumerat, in-
 “quibus non suffragatur excommunicationis absolutio
 “generalis, quæ in literis Apostolicis apponi consue-
 “rit: 1.º non favet iis, qui rei judicatæ non parent.
 “2.º incendiariis; 3.º violatoribus Ecclesiarum: 4.º
 “falsificatoribus, seu falsificari procurantibus literas,
 “et supplicationes Apostolicas. 5.º literis et suppli-
 “cationibus præfatis utentibus, eorumque receptori-
 “bus et fautoribus: 6.º res vetitas in infideles defe-
 “rentibus. 7.º violatoribus Ecclesiasticæ libertatis:
 “8.º auso temerario non obtemperantes Mandatis Apos-
 “tolicis, eorumque officiales in executione suarum
 “commissionum impredientibus, ect., etc.,

§. 91.

A clausula = *cum primum caractere clericali fuerit insignitus* = escrita, ou na Bulla da Pensão, ou no indulto da translação induz condição, para se não dever a Pensão em quanto esta condição não for adimplida; e o Pensionario receber ordem validamente do seu proprio Bispo, e não do de outro Bispo. Tondut. de Pens. Cap. 31. n. 3. e 4. Barbos. Vol. 91. tot.: e bem que Tondut. de Pens. Cap. 50. n. 82., e Gracian. for. Cap. 113., dizem que estando o Pensionario sem receber ordem na posse de perceber a Pensão, esta posse lhe basta para a manutenção; duvido muito attentas as doutrinas de Barbos. supra e no Vol. 5. n. 40.

§. 92.

Tambem se costuma inserir a clausula = *Dummodo ad id Patronorum accedat consensus* = Já vimos no §. 29. a questão: se o Papa pôde impor Pensão em Benefício de Padroado particular independen-

te do consentimento do Padroeiro: Ahi vimos a distincção de Rigancio: se pois na Bulla se insere hum tal clausula, ficamos livres de opiniões; porque ella he condicional, e mostra que a intenção do Papa foi não querer usar do seu poder, nem que a Pensão subsista em Igreja de Padroado, não intervindo o consentimento do Padroeiro: como este consentimento se possa provar está já dito no §. 70. e no §. 71.

§. 93.

A clausula = *si ita est* = (que equivale ás clausulas = *si preces veritate nituntur* = *veris existentibus narratis* = a clausula = *ut asseris* = (que se equipara a clausula = *si ita est* = Rigant. ad Reg. 61. Cancell. a n. 5. 31. et 32.) ellas fazem condicional a Graça da Pensão, ou qualquer outra Rigant. ad Reg. 61. Cancellar, Begnudell. verb. clausula n. 13., Roz. de Executor. Litterar. Apostol. P. 1. Cap. 5. a n. 13., Addentes ad Cardos. in Prax. verb. Pensio pag. 199. no fim: adverte porém o mesmo Roza n. 15. e 16. *ut ibi* =

“cum tamen hæc clausula concipitur ut asseritur, tunc dicunt nostri, quod non sit narrativa Partis, sed Pontificis, et ideo non indiget justificatione, sive unus, sive plures sint Oratores, etc.,

D’outro modo Rigant. a Regra 61. n. 34. et 35. *ibi* =

“De clausula = *constito* = *distinguendum videtur*, quod aut Pontifici narratæ fuerunt qualitates extrinsecæ requirentes informationem facti; et tunc clausula = *si est ita* = aliæque similes efficiunt Gratiã conditionalem, quæ nihil ponit in esse, donec fuerint illæ justificatæ: Aut narrativa versatur circa qualitates intrinsecas, quæ insunt de jure, et sonat potius in instructionem, et monitionem executoris; in his terminis Gratia non redditur conditionalis, sed

“est

“est a principio pura, et solum suspensa quoad executionem; circumstantiæ enim, quæ non important conditionem quoad substantiam Gratiæ, sed tantummodo quoad executionem, non efficiunt, ut illa stet in suspenso, et solum hunc operantur effectum qualitates, et circumstantiæ requirentes facti informationem, et conditionaliter expressæ per Pontificem cum clausulis = constito =, etc. Verificato, etc. Si ita est, etc.; quæ tali casu non important monitionem, sed veram causæ cognitionem exposcunt.,,

§. 94.

Na resignação do Benefício, a cujo Título foi Ordenado o resignante, se deve fazer especifica menção de que a título do Benefício resignado se Ordenou o resignante, Barbos. de J. E. L. 3. C. 15. n. 111.: e como o Trident. Sess. 21. de Reform. Cap. 2., e a Const. 58. de Pio V. prohibem renunciar taes Benefícios nisi aliunde sit, quo invita possit commodè sustentari, et aliter factam resignationem irritam esse decernunt; Barbos. supra Tondut. de Pens. Cap. 58. n. 10. et 11. Roz. de Executor. P. 1. C. 5. n. 25., et C. 15. a n. 4.: por isso, quando se resigna hum tal Benefício, e assim se menciona, (como deve mencionar-se), se costuma inserir na Bulla a clausula, = quod resignans habeat aliunde ex quo vivere possit, et dummodo habeat aliunde =: sobre o que se veja Tondut. de Pens. Cap. 58., Roz. supra C. 7. a n. 104. et P. 2. in Addit. ad Cap. 7. a n. 390. ad 394.

§. 95.

Quando se resigna o Benefício a cujo Título se não Ordenou o resignante, e reserva Pensão, se insere a clausula = *Ne ex cessione tua hujusmodi nimium dispendium patiaris* = E ainda que Van-Esp. de J. E. P. 2. Sect. 3. Tit. 11. C. 8. n. 2. diz com o nosso Barbos. de Pens. in Proem. n. 47. *ut ibi* = Finalis
“ cau-

“causa est alimentorum suppeditatio; quocumque enim
 “jure Papa providet alicui sub reservatione Pensionis,
 “sive ex causa simplicis resignationis sive ex causa
 “cessionis jurium, aut simpliciter Pensionem reser-
 “tam in supplicatione, quam in proemio litterarum
 “inserit clausulam expressivam causæ, hujus alimen-
 “torum, nam in causa cessionis etiam ex concordia,
 “concepitur per hæc verba: ne excessione tua hujus-
 “modi nimium dispendium patiaris; et cum ex natu-
 “ra subjectæ materiæ id referatur ad personam Cleri-
 “ci dimittentis Beneficium, vel jus in eo præ se fert
 “intentionem Papæ eam reservandi in causam alimen-
 “torum, etc., Comtudo o mesmo Van-Esp. n. 3.
 só exculpa aos resignantes realmente pobres; mas não
 aquelles, que aliunde tiverem huma decente sustenta-
 ção, que não podem em sã consciencia receber Pen-
 sões só destinadas para pobres, etc.

§. 96.

Outras vezes se insere a clausula *ut commodius sustentari valeas*, ou outra, *ut decentius sustentari valeas*; e qual seja a differença destas clausulas, o expõe Tondut. de Pensionib. Cap. 58. n. 16. *ibi* =

“Advertendum est, secundum nonnullorum sen-
 “tentiam fieri debere distinctionem inter duas clausu-
 “las, quæ apponuntur in reservatione Pensionis, vi-
 “delicet, ut commodius vivere valeas, et aliam, ut
 “decentius sustentari valeas. Dum enim dicitur, ut
 “commodius vivere valeas, hæc clausula denotat cau-
 “sam impulsivam, et non finalem... quidquid sit de
 “illis clausulis, quando agitur de legato, aut aliis dis-
 “positionibus; tamen in hac materia Pensionis, si
 “adjectæ fuerint in supplicatione, et in literis Apos-
 “tolicis, causam alimentorum continent... Illa igitur
 “clausula, ut decentius ad alimenta refertur: illa vero
 “ut commodius, explicatur, ut decentius quis susten-

“ta-

“tari valeat, quam antea sustentaretur; non autem ut
 “decentius, quam fieri deberet. „ (Aqui também i-
 cahe a justa censura de Van-Esp. supra).

§. 97.

“Vulgaris est etiam clausula, ut Pensio sit libera
 “ab omni decima, quarta, media, et quavis alia fru-
 “ctuum parte, nec non subsidio, etiam charitativo,
 “et quovis alio ordinario, et extraordinario onere quo-
 “modolibet nuncupato, etiam pro Fabrica Basili-
 “cæ....etiam ad supplicationem imperatorum, Re-
 “gum....quomodolibet imponendis; etiamsi in in-
 “positionibus hujusmodi caveatur expresse, quod Pen-
 “sionarii quicumque pro rata Pensionum suarum con-
 “tribuere tenentur, etc. „ Van-Esp. supra n. 8., Ros.
 de Execut. Lit. Apost. P. 1. C. 5. n. 208., Clericat.
 de Pens. Disc. 1. et Disc. 5. n. 7.: porém justamen-
 te advertiu o citado Van-Esp. n. 9. que “Si tamen
 “tanta esset onerum impositio, ut si hæc a solo Ti-
 “tulari ferri deberent, proventus Beneficii nimium di-
 “minuerentur, indubie, non obstante hac clausula,
 “Pensionarius ad partem onerum ferendorum merito
 “vocaretur; vel saltem ob hæc onera diminutio sive
 “moderatio aliqua Pensionis, ut minus durantibus his
 “oneribus peti posset, etc. „: esta talvez a razão por-
 que apezar de taes clausulas, pactos, e convenções,
 ainda em resignações mandou o Alvará de 22. de Ju-
 nho de 1802. que pagando os Titulares as Decimas
 Reaes impostas nas Pensões aos Pensionarios as reba-
 tão nos pagamentos das mesmas Pensões: e cessa ho-
 je toda a disputa sobre Tributos novos e velhos, de-
 qua Clericat. Disc. 5.

Nota: Quanto aos resignantes que reservão
 huma Pensão *inteira*, etc. Elles parecião dignos
 de mais favor, que qualquer outro Pensionario:
 po-

Porém o dito Alvará os comprehendeo, e basta: se elles por esta imprevisita diminuição da Pensão poderão ter regresso ao Benefício, cogitandum relinquo. Se os Pensionarios são obrigados concorrer para a reedificação das Igrejas, e quando? Veja-se Benedict. XIV. Inst. Eccles. 100. n. 13., Balmaced. de Collect. Q. 116., Luc. Ferrar. verb. Pensio a n. 129. ad n. 133.

§. 98.

He tambem frequente em todas as Bullas de Pensão a clausula = Ac volentes, et eadem auctoritate statuentes, quod ille N. vel quicumque alius successor, qui in dictis festivitatis, vel saltim intra 30 dies illarum singulas immediate sequentes pensionem prædictam per eum tunc debitam non persolverit, cum effectu, lapsis diebus eisdem, sententiam excommunicationis incurrat, a qua donec tibi vel eidem procuratori de pensione hujusmodi tunc debita integre satisfactum, aut alias tecum vel cum dicto procuratore super hoc amicabiliter concordatum fuerit, præterquam in mortis articulo constitutus, absolutionis beneficium nequeat obtinere., Continúa porém o mesmo Van-Esp. n. 13., *ut ibi* =

“Notat autem post alios Garcia de Benef. P. 1. Cap. 5. n. 581., poenam excommunicationis non incurri, nisi Pensionario volente, et declarante: Nam ut illis censuris locus sit, requiritur voluntas, et factum ipsius Pensionarii, in cujus favorem latae sunt: quinimo ex stylo, et benigna interpretatione non incurritur excommunicatio, donec declaratoria sit lata per judicem, et Pensionarius ea utatur, intimando illam adversario, seu Parocho, aut podendo cedulones, ut etiam servatur in aliis declaratoriis, tam Auditoris Camerae, quam aliorum judicum. In
“Gal-

“ Gallia hæc clausula, quoad poenam excommunicatio-
 “ nis ob non solutam suo tempore Pensionem habetur
 “ pro clausula meri styli; quin teste Fevret. de Abus.
 “ L. 2. C. 5. n. 29. judicatur abusiva, etc.,

Nota: He na verdade digna de ser lida em
 Barbos. de Pens. P. 1. Q. 8. a grande caramun-
 nha, que elle fez com esta clausula e com a ex-
 communhão contra o seu resignatario da Thesou-
 raria da Collegiada de Guimarães; como a de-
 clinou o resignatario, obtendo em hum recurso;
 e o quanto Barbosa na causa propria declamou
 contra o Juiz Secular que julgou a cassação da
 censura, etc.: quem recorreria hoje a taes fun-
 damentos tendo lido a Deducc. Chronol. 2.^a P.

§. 99.

Tambem nas Bullas de Pensão em favor do Re-
 signante, se insere a clausula de Regresso já trans-
 cripta no §. 56., tractando no §. 57., e ao diante
 no Cap. 31. dos effeitos desta clausula, e da prática
 da sua execução: só aqui não devo omitir o que so-
 bre tal clausula discorre Van-Esp. de Jur. Eccles. P. 2.
 Sect. 3. T. 11. Cap. 9. a n. 16. *ibi* =

“ De hac clausula continente regressum ad Bene-
 “ ficiu resignatum ob defectum solutionis Pensionis
 “ plura habet Flamin. Paris. de Resignat. Benefic. L.
 “ 6. Q. 3., ubi n. 12. advertendum dicit: quia non
 “ sufficit lapsum esse tempus, sed requiritur senten-
 “ tia declaratoria, quæ id declaret, asseritque hinc
 “ alias resolutum in Rota,, quod clausula irritans in
 “ regressu ob non solutionem, non inficit possessionem
 nisi post sententiam.,,

“ Observat etiam n. 17. in Francia non admitti
 regressum ob non solutam Pensionem: notatque Au-

“ctor Analysis in Reg. Cancell. de Public. Resign.
 “n. 212. “quod clausulæ illæ deresolvenda resigna-
 “tione, et revertendo ad Beneficium resignatum ob
 “non solutionem Pensionis, nullæ sunt, et abusivæ,
 “quia sunt species reservationis, sive recursus per De-
 “creta conciliaria generaliter, et indistincte damna-
 “ti.,,

“Id ipsum post aliquos Pragmaticos Gallos asse-
 “rit Fevreius loco citato n. 28., una monens, quod
 “ab executione dictarum clausularum daretur appella-
 “tio, tanquam ab abusu.,,

“Ne tamen detur locus perfidiæ, si resignatarius
 “non solvat, condemnabitur ad solvendam promissam
 “Pensionem; vel in casum non solutionis adjudicabi-
 “tur resignanti regressus ad Beneficium: sive condem-
 “nabitur resignatarius ad solvendum, vel cedendum:
 “judicatumque dicit Brodeus in notis ad Louetium Litt.
 “P. n. 30., quod resignans possit Beneficium etiam
 “post 20. annos a facta resignatione: tametsi nec
 “hæc clausula regressus fuisset in litteris apposita:
 “idque ob datam fidem a resignatario de solvenda
 “Pensione, et facta Beneficii acceptatione sub ea con-
 “ditione.,,

“Neque Belgica Praxis pateretur, quemquam ob
 “retardatam solutionem Pensionis ad Beneficium resig-
 “natum propria auctoritate regredi; aut aliquem ipso
 “jure Beneficio privari; sed coram legitimo iudice ad
 “solutionem Pensionis agendum esset; qui posset Pen-
 “sionarium ad promissam Pensionem, vel ad ceden-
 “dum Beneficio condemnare.,,

Nota: Veja-se Barbos. de Pens. P. I. Q. 9.,
 aonde não duvidando da doutrina de Paris. de
 Resignat., a mostrou supprida pelas tergiversa-
 ções do seu resignatario, que ahí relata.

§. 100.

He tambem costumada a clausula = *quod Pensio annullari, reduci, aut minui non possit* = “Quæ clausula, (ait Flamin. citat. Q. 2. n. 142.) multum prodest: nam, ea non obtenta, de crescentibus fructibus, seu redditibus, et in aliis quibusdam proventibus pensio invalida rederetur, vel saltem ad minorem summam reduceretur: si tamen adeo sint diminuti proventus ut Titulari non sufficiant ad victum, soluta pensione, reductionem peti posse, non obstante indulto, quod reduci non possit, sentit Rebuff. de Pacif. possess. n. 141., quod indubie facilius obtinebit in eo, qui constitutione Pensionis non consentit. Unde et Garzias. P. 1. de Benef. Cap. 5. n. 402. dicit, quod apposita prædicta clausula reductio quidem fieri nequeat sine speciali commissione Papæ; quæ tamen solet dari præsertim successori., Ita Van-Esp. supra n. 20. et 21.: mas quæ para se pertender a redução da Pensão não seja preciso recorrer ao Papa, e basta que o Parocho titular a peça em qualquer juizo competente, se nota em Clericat. de Pens. Discord. 2., et Discord. 11.

§. 101.

He tambem costumada a clausula = *Etiam si super illis fructibus aliæ pensiones, quas, illarumque summas et habere placeat pro expressis, et quæ exprimi possunt in litteris aliis forsân assignatæ existant* = Juncta-se esta clausula (diz Van Esp. supra a n. 4.), porque sem ella seria nulla a segunda Pensão: que este he o estylo da Curia, dever exprimir-se a primeira antecedente Pensão, sob pena de nullidade da segunda (confira-se o Cap. 9.) a mesma clausula, e a necessidade della, tambem expõe Roz. de Executor. Litter. Apostol. P. 1. Cap. 5. n. 209. declarando no n. 210., ut ibi =

“Quare fuit inventa hæc clausula = etiamsi super
 “illius fructibus pensiones aliæ reservatæ existant =,
 “tunc enim quia constat de voluntate Papæ, quod ve-
 “lit Pensionem sustineri; ideo remanet valida... hæc
 “clausula non apponitur substantiæ Gratia, sed tan-
 “tum per ipsam ampliatur Gratia. Ne tamen hæc
 “compilatio nimium excrescens gravet Titularem, ap-
 “ponitur illa alia clausula = dummodo omnes pensio-
 “nes hujusmodi insimul fructuum medietatem * non
 “exceedant = Ex qua alia clausula illa modificationem
 “recipit, et redditur Gratia conditionalis; et ut dixit
 “Lotter hoc modo Papa succurrit et Pensionario, et
 “Titulari; Pensionario quidem ne impugnari poterit
 “validitas; Titulari vero, ne plus debito gravetur,
 “et ne teneatur cum constat de excessu; vel apponit
 “Papa clausulam = Dummodo remaneant centum si Be-
 “neficio est Parochiale, mille, si Episcopalle: vel
 “= Dummodo ista cum aliis = quæ etiam conditiona-
 “lem reddit Gratiam.,,

* Na França, e no Belgio diz o cit. Van-
 Esp. n 6. não se admitte multiplicação de Pen-
 sões, que venhão a exceder a terça parte dos
 fructos do Beneficio.

§. 102.

“Quandoque etiam in litteris, (prosegue Roz.
 “d. C. 5. n. 211.) in quibus reservantur Pensiones,
 “ponitur illa clausula = habita vel non habita posses-
 “sione, quæ operatur, ut Titularis, qui distulit pos-
 “sessionem Beneficii accipere, teneatur ad Pensionis
 “solutionem: fuit enim inventa hæc clausula ad oc-
 “currendum malitiæ eorum, qui differunt malitiose ac-
 “cipere possessionem Beneficii, ne tenerentur ad Pen-
 “sionis solutionem: sed ubi malitia; et fraus cessat,
 “ac nullus adhibetur dolus, quia revera fuit impedi-
 “tus,

“rus, et ideo possessionem adipisci non potuit, clau-
 “sula ista nihil operatur, nam non debet operari ul-
 “tra æquitatem, et finem, ad quem inventa fuit; de-
 “bet tamen constare de diligentibus factis pro habenda
 “possessione. Atque adeo hujusmodi clausulæ per tri-
 “ennium extingui dicunt nostri DD; cum enim lis
 “per triennium duravit, nec possessionem adipisci po-
 “tuit, quia nullus censetur suum jactare; ideo non
 “amplius operatur, ut teneatur solvere pensionem,
 “cum illa ex fructibus debeatur, quos cum non rece-
 “perit, non tenetur; nisi lis sit calumniosa, et titu-
 “laris malitiose litem sustinuit, nam tunc exceditur ul-
 “tra triennium „

A mesma clausula explicação largamente Tondut.
 de Pens. Cap. 13. (mas em substancia diz o mesmo
 que Roza); Conf. Jul. Capon. Tom. 4. Discept.
 253. n. 49., o Card. de Luc. de Pension. Disc. 32.
 n. 6. dizendo.

“Attamen receptum est, ut illa (clausula) ut
 “pote adjecta ad occurrendum fraudibus, et collusio-
 “nibus in præjudicium Pensionarii, discrete ac sano
 “modo intelligenda veniat pro judicis prudenti a-bi-
 “trio, pro uno, vel duobus annis, seu alias pro facti
 “qualitate, et circumstantiis, ex quibus deveniatur ad
 “notitiam, an stet per titolarem, nec ne, adeo ut ces-
 “set ratio suspicionis, cui eadem clausula enixa est,
 “ex cessante motivo rationis vel causæ. „

Na hypothese do Card. de Luc. d. Disc. 32. diz
 elle no n. 8., que ahi cessavão estas doutrinas; já
 porque o resignatario, que se obrigou á Pensão pre-
 vio o impedimento, já conhecido; que em attenção a
 elle convencionára huma Pensão modica; e que po-
 dia recuperar os fructos, etc. Mas não será facil oc-
 correr huma tal hypothese: o citaco Tondut. a n. 26.;
 figura tres outros casos: 1.º, quando hum Terceiro,
 com

com quem era a controversia, percebeo os fructos; e então se o resignatario vence a final, satisfaz com ceder a acção ao Pensionario: 2.º, quando o Titular foi impedido perceber os fructos, mas só temporalmente por causa de guerra, peste, etc.; se elle renunciou estes casos fortuitos; ou se compensou com a fertilidade d'outros annos, não pôde impedir a solução: 3.º, se o impedimento na fruição foi causado por algum Terceiro, que só percebeo parte dos fructos; mas o restante do que percebeo o Titular não he sufficiente para o pagamento da Pensão, o desobriga.

Nota: Desta clausula = *Habita vel non habita possessione* = tractarão tambem Agost. Barbos. de Clausul. Claus. 28., e Begnudell. verb. Clausulæ Apostolicæ n. 39.

§. 103.

A clausula = *Dummodo remaneant centum pro Rectore* = quando a Pensão he imposta em Beneficio Parochial (o que deve narrar-se na supplica, ut §. 73.); sempre se subentende, ainda quando não he expressa na Bulla da Pensão, Clericat de Pens. Discord. 11. n. 6. et 25., Tondut. de Pens. post Tractat. Dec. 32. n. 2., Roz. de Executor. Litter. Apost. P. 1. Cap. 5. n. 103.; porque a competente congrua do Parocho sempre tem a primeira preferencia a toda, e qualquer Pensão, Clericat. Discord. 11. tot.: e isto por mais que o Titular tenha consentido na Pensão (§. 83.): só quanto á necessidade da verificação dos redditos, e quando incumba ao Pensionario, ou ao Titular; quanto ao possessorio e petitorio, ha aquellas differenças já escriptas a §. 81. até 85.: confirão-se mais Begnud. verbo Clausulæ Apostolicæ n. 37., Barbos. de Pens. P. 1. Q. 2. a n. 1., Sabell. §. Pensio

sio n. 4. et 5. ; e melhor a Rota Romana in Mantiss. ad Card. de Luc. Liv. 13. de Jure Patron. Decis. 49. et 50.

§. 104.

Tambem nas letras de Pensão se costuma impor a clausula que huma ametade se pagará em dia de Natal, e outra em dia de S. João Baptista., Van-Esp. de J. E. P. 2. Sect. 3. T. II. C. 8. n. 10 : outras vezes *vice versa*, que o primeiro semestre se pagará em Junho, e o segundo em Dezembro, Clericat. de Pens. Discord. 13.: outras vezes que o primeiro vencimento será em 25. de Março, e o segundo em Dezembro, Clericat. de Pension. Discord. 10, sub n. 4. “Sed quia hæc decisio terminorum fit causa commodioris solutionis; non prohibetur resignans et resignatarius plures terminos etiam ultra duos constituere ad eorum libitum; prout indies praticari videmus, ait Pirrhus Coriadus in Prax. Beneficial. Lib. 5. Cap. 7. n. 18.; notatque prædictam clausulam “in litteris solere apponi, quando termini solutionis “in supplicatione non fuerunt expressi., Ridolfin. infra a n. 104.

§. 105.

A pezar desta distribuição dos tempos, e com tal variedade, com que as Bullas se expedem; a regra geral, e certa he que o anno da Pensão reservada tem princípio do dia da data das Letras Apostolicas, e se completa no mesmo dia do anno seguinte, Tondut. de Pens. Q. 20. n. 1., Clericat. Discord. 10. n. 3., e como declara Ridolfin. in Prax. Cur. Roman., essa divisão dos tempos para os pagamen os *solum fit gratia commodioris solutionis; quia annus computatur a die reservationis illius.* 6

§. 106.

Esta Pensão que assim tem princípio do dia da
da-

data das Letras, fica sendo hum onus real inherente aos fructos, Tondut. supra n. 2. Clericat. Disc. 10. n. 4.: de fórma que, como diz o mesmo Tondut. Cap. 20. a n. 3. “Et ideo Pensionem debere solvi pro rata fructuum, et non pro rata temporis....” “Pensio siquidem est onus fructuum, et per eum, qui fructus percepit, pro rata illorum solvenda est....” “Non est inspiciendum tempus, quo pensio est solvenda, sed annus computandus est a data, et expectatione litterarum Pensionis quoad Pensionarium. Nam si agatur inter possessorem Beneficii, et successorem, divisio fieri debet pro rata fructuum, et non pro rata temporis., Conf. Barbos. Vol. 5. n. 11. et 12; optime et omnino videndus Ridolfin. in Prax. Cur. Roman. P. 2. Cap. 9. a n. 97.

Nota: Se bem que (o que depende da fórma da reserva Pontificia), humas vezes se impõe na Bulla a Pensão para se pagar o quartel anticipado; outras vezes para se pagar posticipado; humas vezes antes, outras depois de percebidos pelo Titular os fructos do Beneficio Tondut. de Pens. C. 20. n. 8., Clericat. Discord. 10. n. 7. E então na morte do Titular he que entrão entre os herdeiros d'elle e o successor no Beneficio quanto ao pagamento da Pensão, aquellas disputas, que tractão Tondut. de Pens. Cap. 20., Clericat. Disc. 10. et 20., Barbos. Vol. 5. a n. 11.; e de que tratarei no Cap. 18. Sect. 2. e no Cap. 28. a §. 240. Ridolfin. supra: as mais clausulas, com que as Bullas de Pensão se costumão formular, se explicarão nos competentes lugares desta Obra.

CAPITULO XIV.

Não pôde o Pensionario exigir a Pensão (nem ainda recebella pagandose-lhe voluntariamente) senão depois de expedidas as Letras sob pena de perdimento, e extincção: bem que as Letras se retrotrahem ao dia da signatura da Graça: nem exigir a Pensão, ainda depois de expedidas as Letras, antes da sua justificação, quando della dependem as premissas da Graça.

§. 107.

NA conformidade da Regra 52. da Chancellaria suscita Rigancio no seu Commentario, e no n. 41. esta questão “An possit tuta conscientia ante literas expeditas exigi Pensio? Cum enim in Supplicatione super reservatione Pensionis apponatur clausula, quod, si literis non expeditis Pensio exigatur, nulla sit illius reservatio, palam fit, quod exigi nequeat etiam in foro conscientiae, et valde suspecta esset talis Pensionis exactio, cum perinde sit, ac si propria auctoritate fieret, quod in re annexa spirituali dici non potest sine vitio simoniae., E infere o mesmo Rigant. no n. 44. *ut ibi* = Si quis ante expeditionem literarum super reservatione Pensionis eam exigere, utique, ut diximus, nulla esset reservatio, nec Pensio amplius exigi posset, etiam post expeditionem literarum propter Decretum ejusdem Pensionis annullativum in supplicatione appositum, etc., Conf. Card. de Luc. de Pens. Discurs. 29. n. 3. et ad Ornat. Constit. Innoc. XI. Cap. 11. n. 2. et 3., Tondut. de Pens. C. 50. n. 1.

§. 108.

Mas, depois de expedidas as letras (não se havendo recebido antes a Pensão), ellas tem retrotracção ao passado para em execução dellas se poderem pedir as Pensões vencidas desde o dia da data anterior á expedição das letras, Card. de Luc. de Pens. Disc. 29 n. 4., et d. Cap. 11. n. 1. De fórma, que devendo as letras expedir-se dentro de nove mezes sob pena de perdimento da Pensão, se dentro delles se expedem, se vencem os pagamentos dos semestres atrasados, tendo as letras retrotracção ao dia da signatura da supplica, Tondut. de Pens. Cap. 37. a n. 1. e 18.

Nota: Bem como (diz o nosso Portug. da Donat. L. 1. C. 4 n. 12.) “Fructus bonorum, “*reddituum Civilium* (vu'go Juros e Tenças) “*quæ in Donatione* (Regia) *continentur*, per- “*tinent ad Donatarium a die datæ*, seu concessio- “*nis ante litterarum expeditionem*; dummodo “*cum effectu litteræ expeditantur*., E ao nosso proposito n. 13. *ibi* = Etiam si litteræ Pensionis “*non præsentarentur*, nisi post duos, vel tres “*annos a tempore assignatæ Pensionis*, nihilomi- “*nus solvi debent integræ pro tempore præteri-* “*ro*., Confirma-se o Cardeal de Luc. de Feud. Disc. 109. a n. 13., et de Alienat. Disc. 1. sub n. 113.

§. 109.

Declara porém o mesmo Rigant. n. 45. et 46., *ut ibi* = Sed si *litteris præfatis jam expeditis*, obtinet “*Pensionarius dispensationem retinendi eandem Pen-* “*sionem in statu conjugali, aut regulari, eamque exi-* “*geret*, non expeditis hujusmodi dispensationis litte- “*ris*,

“ris, Pensio non remanet extincta, quia Decretum
 “super nullitate Pensionis, solum apponitur in illius
 “reservatione, non autem in retentione, eoque proin-
 “de cessante, nullitatis poena ex vi hujus Regulæ non
 “inducitur, etc., Concordão o Card. de Luc. de Pens.
 Disc. 22. n. 29, 30, et 44, et de Pens. ad Ornat.
 Const. Innoc. Cap. II. n. 4, 5, 6, Corrad. in Prax.
 Dispensat. L. I. C. 6. n. 14 De Justis Dispensat.
 Matr. L. I. C. 7. n. 42.

§. 110.

Ainda mesmo expedidas as letras, se por algu-
 ma das clausulas referidas no Cap. 13., e que se re-
 ferirem no Cap. 16., a Graça da Pensão he condicio-
 nal, que dependa de justificação das Premissas, em
 quanto esta se não cumpre; não pôde o Pensionario
 exigir a Pensão. Addentes ad Cardos. in Prax. verb.
 Pensio pag. 199. prope finem. e isto porque “ubí
 “agitur de commodo, et usu Gratiae ex parte impe-
 “trantis, tunc Gratiae ante exequutionem est incom-
 “pleta, et imperfecta Quodque exercitium, et
 “commodum Gratiae sit quid diversum a perfectione
 “Gratiae, ex eo etiam elicitur, quod licet ista per
 “solam signaturam perficiatur, adhuc commodum
 “dari non potest sine literis, diciturque perfecta ea
 “perfectione qua se habet potentia ad actum, etc.,
 E. accrescenta o mesmo Rigant. n. 79, 80, 81, que
 “Semper dicitur Gratia conditionalis quoad substan-
 “tiam illa, quæ non dependet a libera voluntate, et
 “arbitrio exequutoris, sed a judiciali verificatione nar-
 “ratorum coram eo facienda, mediante Processu.
 “Tondut. Resol. Benef. Lib. 2. C. 4. §. 2. n. 9.
 “Non enim dependet ab illius arbitrio, et voluntate
 “facere, vel non facere Gratiam, sed a judicio fe-
 “rendo post judicialem Processum, quo casu Gratia
 “ipsa dicitur conditionalis, non autem exequutio. In-

“terim vero pendente judiciali verificatione, Gratia
 “quoad commodum non dicitur consummata, nullum
 “que jus certum et validum impetranti tribuit; sed
 “stat in suspenso, donec qualitates expressæ verifi-
 “centur. „

Isto mesmo, ainda que não tão fundamentalmen-
 te, resolveo com o commum dos DD. o nosso Osor.
 de Patron Reg. Resol. 63. a n. 7. *ibi* =

“Primo: Quia illa Pensio de novo fuit reserva-
 “ta sub conditione, et clausula, si intra quartam par-
 “tem posset habere locum, et eam non excederet,
 “quod prius dictus Martinus debebat probare, maxi-
 “me parte opponente, cum non esset in possessione
 “illam exigendi. „

“Secundo: Quia indubitat iuris est, quod quan-
 “do Pensio reservatur sub aliquo modo, aut conditio-
 “ne tenetur Pensionarius eam justificare; quamvis
 “agatur contra eum, qui Pensioni consensit, non so-
 “lum in petitorio, sed etiam in possessorio, quando
 “agitur executive, si Pensionarius non est in posses-
 “sione exigendi. „

“Tertio: Quia Titularis, attento jure, non po-
 “test ad solutionem compelli, non justificata prius
 “narrativa, modo, aut conditione, sub qua a prin-
 “cipio facta fuit reservatio; nec literæ prius exequi
 “debent; imo potius supersedendum, donec conditio
 “aut modus justificetur. . . . Vulgare enim est, quod
 “in gratiosis omnia narrata prius verificanda sunt, etc.
 “Alias Gratia non exequitur, et reservatio ante justi-
 “ficationem non habetur pro Gratia Apostolica. „

Ex professo Roz. de Executor, litterar. Apostol.
 P. 1. C. 7. a n. 229. cum sequentib.: Ridolfin. in
 Prax. Cur. Roman. P. 2. C. 9. a n. 108. et a n. 117.

§. III.

Declara porém o mesmo Ridolfin. a n. 109., que

esta regra geral cessa quando não he necessaria prova da narrativa da Graça como; 1.º “quando agitur
 “contra eum, qui Pensionis reservationi consensit,
 “nisi Gratia, ut supra sit conditionalis: 2.º, quando
 “Pensionarius est in quasi possessione exigendi, nisi
 “forte constet de non reservatione Pensionis: 3.º, eo
 “minus, quando Pensionarius est in pacifica posses-
 “sione 30 annorum, quia tunc literæ præsumuntur
 “justificatæ: 4.º, quando ultra consensum adest obli-
 “gatio Cameralis (não se pratica no nosso Reino,
 “sobre o que se veja Moraes de Execut. L. 1. C. 1.
 “a n. 16.), et Gratia est pura; quia tunc nulla justifi-
 “catio requiritur. 5.º, In narrativa juris cessi, quan-
 “do adest clausula, quod Pensio debeat, etiamsi
 “nullum jus cedenti competeret: 6.º, Parte non oppo-
 “nente; tunc enim ea solum sunt justificanda, quo-
 “rum falsitas Gratiam vitaret, vel quorum expressio
 “Papam ad Gratiam concedendam facilius movisset.”

§. 112.

Tambem o mesmo Ridolfi. a n. 111. limita a regra, de qua supra §. 110. “quando quis est in pos-
 “sessione exigendi Pensionem, tunc enim non est
 “opus justificatione, etiamsi gratia sit conditionalis,
 “et eo magis, si quis sit in quasi possessione 30 an-
 “norum, cum hoc temporis spatio clausula dummo-
 “do justificata præsumitur, etc.; veja-se porém mais largamente ao diante o Cap. 16.

CAPITULO XV.

*Graça Perinde valere, ou Sanatoria da Pensão
nulla por qualquer defeito: effeitos desta
Graça Sanataria.*

§. 113.

“AT ubi literæ Apostolicæ fuerunt expeditæ,
“tunc pro Sananda Gratia, quæ aliquo defectu labo-
“ret, opus est Rescripto revalidatorio, quod dicitur
“perinde valere, ut explicant mox relatæ auctorita-
“tes, et præsertim Roz. de Executor. Cap. 6. n. 319.
“e seqq.; Corrad. in Prax Dispensat. L. 8. Cap. 5.
“n. 56. et seqq., qui tamen asserunt magnam esse si-
“militudinem, et connexionem inter reformationem,
“et rescriptum perinde valere: et sicut in illa totus
“tenor supplicationis præinseritur; ita in Gratia pe-
“rinde valere narratur integer tenor Gratiæ prius
“concessæ; quodque sicuti reformatio non datur li-
“teris jam expeditis, ita perinde valere non concedi-
“tur sola supplicatione signata: quamobrem, cum
“exhibetur supplicatio pro Gratia Perinde valere, of-
“ficialis rescribit ad calcem ejusdem supplicationis —
“Doceat de literis —, quibus exhibitis, subditur —
“Docuit —, et tunc supplicatio signatur, ut ex Rot.
“testatur Amayd. de styl. Datar. L. 1. Cap. 14. n.
“11. et 12.; et super hac materia adest decretum Clar.
“mem. Cardinalis Corradi Pro-Datarii San mem. Ale-
“xandri VII. publicatum 16. Januarii 1662., et ver-
“bis sequentibus conceptum.,

“Tertio, si nondum fuerit registrata sup-
“plicatio, super cujus emendatione petitur se-
“cun-

“curda Gratia, quia necessaria non est Gratiæ
 “Perinde valere, reformatio non denegatur, nisi
 “aliter nobis, vel datario pro tempore existenti
 “visum fuerit.,

“Quarto, post completam Bullarum expe-
 “ditionem, nempe illarum plumbationem, et re-
 “gi-trationem, non conceditur reformatio, sed
 “tanummodo Perinde valere, aut novæ Provi-
 “siones, excepto casu alicujus materiæ levis, ve-
 “luti formæ Gratosæ, vel similis, etc., nisi ali-
 “ter nobis, vel eidem datario pro tempore exis-
 “tenti visum fuerit, et tunc quoties debentur
 “hujusmodi reformationes, omittatur in suppli-
 “cationibus reformationum hujusmodi clausula
 “— Dummodo si literæ Apostolicæ jam expe-
 “ditæ fuerint, vigore præsentis Gratiæ non cor-
 “rigantur. —

“Rescriptum hoc Perinde valere fundatur super
 “maxima aequitate, ut ait Lotter. dicto Lib. 2. Q. 54.
 “n. 34.; et debetur ex justitia vigore clausularum pri-
 “mæ Gratiæ ibi — Ita quod literæ, etc. in forma Pe-
 “rinde valere, etc. Amayden. de Styl. Datar. L. 1.
 “Cap. 14. n. 21., Ros. de Executor. P. 1. C. 6. n.
 “328.; et retrahitur ad tempus impetratæ Gratiæ
 “principalis, suscitando spiritum primi re-scripti, ope-
 “raturque ex nunc, prout ex tunc, ac habet oculos
 “retro, perinde ac si ab initio nullus defectus adfuis-
 “set. Rebuff. in Prax. Tit. de Reser. etiam Perinde
 “valere n. 4., Lotter. d. l. 2. Q. 54. n. 59., Cor-
 “rad. in Prax. Benef. L. 8. C. 5. de Justis Dispens.
 “Matrim. L. 3. C. 16. n. 83., Ros. de Execut.
 “dict. Cap. 6. a n. 323., Rot., etc. Operatur enim
 “ac si omnia in primis literis fuissent expressa. Rot.
 “etc., Confessio se Begnudell. verb. Clausulæ Apost-

tolicae n. 51., Tondut. QQ. Beneficial. P. 2. C. 4.
a n. 1. ad 6. *ibi* =

“Rescriptum Perinde valere impetratur, quando
“quis obtinuit a Papa Gratiam, seu provisionem ali-
“cujus Beneficii, quam dubitat aliqua ratione esse va-
“lidam, seu impugnari posse; tunc recurritur ad eun-
“dem Papam ad obtinendam Gratiam ad hoc ut pro-
“visio prima aequè valida sit, ac si primo omnia re-
“quisita intervenissent. Differt a nova provisione quæ
“datur, quando prima Gratia fuisset obtenta ab alio
“quam a Summo Pontifice; sed Perinde valere datur,
“quando ipsemet Papa primam Gratiam concessit.
“Hæc itaque Gratia fulcit priorem concessionem cor-
“ruentem, et moribundæ insufflat spiritum vitæ.,

“Intellig: ut hoc verum sit, quando principalis
“Gratia nondum est collapsa: nam si ipsa nullitatis,
“aut subreptionis vitium haberet, aut cau æ defectum
“pateretur; sane sicut prima, et principalis Gratia
“nulla est; ita et corrueret ista accessoria: quia su-
“blato principali rescripto, tolluntur omnes clausulæ,
“et concessionem accessoriæ. Et ideo necesse est om-
“nes defectus exprimi in hac Gratia, qui intervene-
“runt in prima: alioquin non sanatur per hanc secun-
“dam, nisi quatenus expressi fuerint in ea: ideo in
“hac expressione si adit aliquis defectus obtineri de-
“bet Perinde valere, super alio Perinde valere.,

§. 114.

Para a Sanatoria da Pensão nulla he necessario
novo consentimento do Titular do Beneficio, e isto
pelo Direito, que elle tinha adquirido na nullidade
da Pensão. Se nos Beneficios da Colloção ordinaria
falta o consentimento do Titular; raras vezes se dis-
pensa pelo Pontifice Rigrant. ad Reg. 25. Cancell. §.
2. a n. 76.: e se seguir a primeira opinião, de qua
§. 29. Será preciso o novo consentimento do Padroeiro.

ro. Ha exemplos de Sanatorias de Pensões, dispensando os Papas os consentimentos dos Titulares, exemplos, que refere Rigrant. a Repr. 45. §. 2. a n. 81: porém desde o n. 98. refere muitos outros exemplos, em que as sanatorias se denegarão sem novos consentimentos dos Titulares, que os Papas não quizerão dispensar. Nesta variedade distingue o mesmo Rigrant. n. 102. 103, e 106., *ut ibi* =

“Pluries quoque successivis temporibus actum fuit
 “in Sacra Congregatione Concilii de similibus Pensionum revalidationibus ad eam pro voto a Pontificibus remissis; habitaque fuit præ oculis duorum casuum distinctio. Primus est, quando certo consist, Pensionem fuisse a principio nulliter reservatam, vel postea certo extinctam; et hoc casu censuit, concedendam non esse revalidationem; quia alias non esse sanare ægrotum, sed mortuum resuscitare, et sic non sanare Pensionem, sed gravare Ecclesiam onere novæ Pensionis, tollendo jus libertati Ecclesiæ, ac Titulari certo quæsitum. Præsertim, si nullitas Pensionis fuisset ab eodem Titulari judicialiter acceptata.,

Nota: Aqui se refere o caso, em que creveo Piton. Tom. 4. Discept. 144., e em que os seus escriptos se desattendêrão; caso, qual era. Hum Conde tinha huma Pensão de 500 Escudos sobre os fructos de certo Bispado; e casou antes de impetrar indulto, casamento pelo qual perdeu a Pensão (ut infra Cap. 23.); ainda apezar de ter antes do matrimonio requerido por seu Agente o Indulto, e se persuadir, que estava já concedido quando casou: e por isso a Pensão assim extincta se não sanou: bem que no n. 105. refere huma sanatoria em diverso caso.

§. 115.

“Secundus casus est (continúa Rigant. n. 106.)
 “quando legale aliquod oritur dubium super nullitate
 “Pen-ionis ab initio reservatæ, vel postea extinctæ;
 “et in his terminis cum non militet illa asperitas, quæ
 “consideratur in derogando juri certo Titulari quæsi-
 “to facilius Sacra congregatio respondere solet pro
 “revalidatione Pensionis, vel simpliciter, vel ad cau-
 “tellam.

Nota: Que absolutamente em todo o caso para a Sanatoria he necessario novo consentimen- to do Titular, são applicaveis as doutrinas do Card. de Luc. de Benef. Disc. 48. a n. 7. Pelo contrário Tondut. QQ. Benef. P. 2. C. 4. §. 4. n. 9. et 10. Esta distincção pois deve seguir-se.

§. 116.

Se porém a Pensão (para transferir a qual havia Indulto e Translação de que tratarei no Cap. 17.) foi transferida em pessoa incapaz, já não he tão facil obter a Sanatoria da Translação para que o Transla- tario incapaz a possa reter, Piton. Tom. 1. Discept. 30., Rigant. ad Reg. 45. Cancell. §. 2. a n. 142. *ibi* =

“Cæterum, ubi certo constaret Pensionem fuisse
 “nulliter translatam, vel in laicum, vel in eum, qui
 “incapax est absque Apostolica Dispensatione (vej.
 “supra a §. 62.) illam retinendi; tunc magis rigide
 “procedendum esset in indulgenda Sanatoria, quam
 “procedi solet in sananda Pensione nulliter ab initio
 “reservata; quia, cum translatio ipsa Pensionis sit
 “exorbitans, et odiosa, quippe, quæ prorogat ser-
 “vitutem Ecclesiarum; et Beneficiorum, eamque per-
 “petuat post obitum Pensionarii, quasi per speciem hæ-

“ hæreditariæ Successionis , ut contra hujusmodi Trans-
 “ lationem exclamant Card. de Luc. de Pens. Disc. 31.
 “ n. 11. , Disc. 58. n. 5. , Disc. 66. n. 8. , Tondut.
 “ de Pens. C. 42. n. 23. , etc. , etc. ; non ita facile
 “ admitti debent exempla Sanationum , quia esset mul-
 “ tiplicare odia , quando ex omnium jurium dictamine
 “ ea debent restringi.

Nota : Se o Rei authorisa a Pensão impos-
 ta no Beneficio do seu Padroado ; sustenta Ri-
 gant. supra a n. 162. com bellas razões , que não
 he necessario o seu novo consentimento : nem pa-
 ra se impetrar Indulto de conservar a Pensão ,
 (aliàs authorisada pelo Rei) no estado conjugal :
 veja-se ao diante a §.

§. 117.

“ Verior est opinio quod Gratia Perinde valere
 “ nunquam retrotrahitur in præjudicium Tertii , cui me-
 “ dio tempore jus quæsitum fuit. Cum enim G a i a
 “ principalis sit nulla , ex ea nullum fuit jus quæsitum
 “ primo impetranti , sed bene quæsitum fuit impetran-
 “ ti medio tempore ; quod sane jus , ut ei tollatur ,
 “ necessarium est , quod Papa ei expresse deroget ,
 “ Roz Van-Esp Rebuff. , etc. , Ita Rigant.
 ad Reg. 44. Cancell. a n. 30. “ At vero (continúa
 “ Rigant. a n. 37.) quod diximus Gratiam Perinde
 “ valere operari a data præsentium , nec retrotrahi in
 “ præjudicium juris medio tempore Tertio quæsitum ,
 “ declaratur , ut locum sibi vindicet , quando fuit jus
 “ validum , et perfectum dicto impetranti quæsitum ,
 “ quodque solum censetur implicite præservatum , se-
 “ cus vero si nulliter ipse impetrasset , nam tunc Gra-
 “ tia revalidatoria suffragatur a princípio , Gonza-
 “ les Roza Rot. , etc. ,

§. 118.

“Ex eadem ratione non irrogandi præjudicium
 “Tertio in jure sibi quæsito, emanat altera conclusio,
 “quod necessaria sit mentio litis in Gratia Perinde
 “valere si ea pendente petatur, etiam si agatur super
 “possessorio: et mentio litis facienda est explicite,
 “non sub involucro verborum; quamvis Gratia præ-
 “fata concessa fuerit motu proprio, Rigant. supra a
 “n. 41. Roz. de Executor. P. 1. C. 6. n. 366. §.
 “De lite. = Ainda quando nas letras se vê esta clausu-
 “la = *Et inter aliquos lis, etc.* disputão os DD., se
 esta clausula para supprir aquella reticencia: Huns re-
 fere Rigant. n. 45. pela affirmativa; outros no n. 47.
 pela negativa, e entre elles Roz. supra n. 336.: mas
 desde o n. 48. passa a distinguir entre outra lide an-
 tecedente sobre diversa Questão; ou a lide sobre a
 validade da Graça de que se impetra a Sanatoria; e
 neste caso requer huma especifica narração: e desde o
 n. 52. declara que “Non est necessaria mentio litis in
 “Gratia Perinde valere, quando non cedit in præju-
 “dicium alterius litigantis; quia non est prohibendus
 “aliquis, lite pendente, aliquod jus, seu rem impe-
 “trare; dummodo tamen id fiat sine præjudicio juris
 “alieni, etc.,

§. 119.

Se a primeira Graça do *Perinde valere* he nul-
 la, póde impetrar-se segunda para revalidar o defeito
 da primeira Tondut. assima transcripto no fim do §.
 113., Roz. de Executor. P. 1. C. 6. n. 337.; mas
 a Sanatoria de hum defeito, como stricta, não sup-
 pre outros omissos, Torr. de Pact. Decis. 17. n. 11.
 12. 13. et Decis. 212.: vide ad omnia Roz. de Exec-
 cut. P. 1. Cap. 6. a n. 321. ad 337.

Nota: Sendo nulla a Pensão por qualquer causa, ou extincta, não está no arbitrio do Titular e Pensionario Sanar-lhe a nullidade ou extinctão, Torr. de Pact. futur. Success. L. 1. Cap. 29. n. 49. Barb. de J. E. L. 1. C. 39. n. 2. et L. 3. Cap. 11. n. 31. et 32. Rot. post Torr. supra Decis. 212., optime Salgad. in Labyr. Credit. P. 4. C. 7. a n. 16.

C A P I T U L O XVI.

Execução da Bulla da Pensão, ou da Sanatoria perante o Commissario Delegado: Justificação das Premissas, quando necessaria: Quando ella o não he: Como se deva provar o valor do redito do Beneficio pensionado. Descontos necesarios desse valor, etc.

S E C Ç ã O I.^a

Quando a Bulla de Pensão precisa, ou não de Justificação do valor dos redditos perante o Delegado.

§. 120.

JA' desde o §. 80. até 85. et 87., e desde o §. 103, 110, e 111, debaixo da commun distincção de ser a Bulla clausulada dummodo remanent centum pro Rectore; ou não ser assim clausulada; e debaixo d'outras distincções está mostrado quando incumbe, ou não incumbe ao Pensionario provar o valor do redito do Beneficio pensionado; ou quando ao Titular: nada mais me resta advertir a este respeito.

§. 121.

Se a Pensão he imposta em Beneficio Parochial sem a clausula = *Dummodo remaneant centum pro rectore* = ; mas com a clausula *motu proprio*; neste caso não precisa de justificação Roz. de Execut. litterar. Apostol. P. 1. Cap. 5. n. 205. et 206., Garcia de Benefic. P. 1. Cap. 5. a n. 497. Begnudell. verb. clausula n. 1. Tondut. de Pens. Cap. 14. n. 33.: porém o Card. de Luc. de Benefic. Disc. 90. n. 36.; se inclina a que essa clausula não opera os regulares effeitos, nem quando se trata de Beneficio Parochial, em que sempre se subintende reservada a congrua; nem nos Beneficios, que dependem de huma administração activa, e, ou que por outras circumstancias, tirada a Pensão não fica o necessario para o Titular: porque nestes casos diz o mesmo Luca "*intrare dicitur ratio falsi præsuppositi, seu aliàs deficientis voluntatis Papæ.*",

§. 122.

Por outra parte o mesmo Tondut. d. Cap. 14. a n. 36. adverte, que o mais que opera esta clausula na Bulla da Pensão, he impôr ao Titular do Beneficio a obrigação de provar, que deduzida essa Pensão estabelecida *motu proprio*, não lhe resta o necessario para sua congrua sustentação; mas apesar da clausula lhe fica livre esta prova para fazer diminuir a Pensão excessiva: Assim o segue Roz de Executor. Litter. Apost. P. 1. C. 5. n. 206. Garcia de Benefic. P. 1. C. 5. a n. 502., conf. Idem Roz. P. 1. C. 16. n. 20. et 21., Begnudell. Prax. Clausular. Apostolic. n. 1. §. Non tamen, aonde junctamente e em geral limita em sete casos que refere, os regulares effeitos desta clausula: veja se Rigant. a Regr. 55. a n. 21., aonde faz differença entre o caso de ser dado o Beneficio *motu proprio*

proprio só por súplica de Parte; e neste caso exige justificação.

§. 123.

Ainda que a narrativa com a clausula = *ut asseris* = precisa de justificação (§. 93.); não assim a clausula = *ut asseritur* = *Begnudell.* supra n. 13., Roz. de Executor. Litterar. Apostol. P. 1. C. 5. n. 15.; (adverte porém no n. 16. que "*potest tamen dici de defectu intentionis Papæ, si contrarium constituerit.*",) Conf. Tondut. de Pens. Cap. 14. n. 16. Vid. Augustin. Barbos. Claus. 188.

§. 124.

Quando se renuncia com Pensão o Benefício a cujo Título o resignante se ordenou, se costuma inserir a clausula já referida no §. 94. e 96.; he necessaria justificação desta clausula, e justificação concludente "*Verificatio tamen fieri debet juxta statum, seu qualitatem resignantis, et Patriæ, in qua vitam degit; ita ut plus requiratur in una persona nobili, quam in alia, plus in una Patria quam in alia,*" Roz. de Executor. P. 1. Cap. 5. n. 25. Tondut. de Pension. Cap. 58. a n. 1.: accrescenta o mesmo Roz. P. 1. Cap. 7. n. 204., que esta prova deve ser relativa ao tempo da Graça; conf. Garcia de Benefic. P. 2. Cap. 5. n. 209. "*Cum tamen resignatur Beneficium (de quo hic agitur) cum Pensionis reservatione, quæ aliàs sufficere ad vitæ sustentationem ex ipsa reservatione Pensionis pateret, tunc alia verificatione non erit necessarium.*", Roz. supra n. 206. Garcia d. n. 209. Tondut. de Pens. C. 58. n. 12. Confira-se o §. 94. e 96.: veja-se sobre todo este §. e o 95. e 96., Rigant. a Regr. 24. §. 5. a n. 87.

§. 125.

Já está demonstrado no §. 87., que não incumbe ao Pensionario a prova do valor dos rendos; quando

do o Titular, que consentio na Pensão confessou e asseverou, que estava certificado das forças do Benefício para supportar a Pensão, a que se obrigou, etc. Nada mais he aqui preciso advertir: só sim que se apezar dessa condição a Bulla tiver a clausula = *Dummodo* = esta suffoca as mais; e deve o Pensionario justificar o valor, Rot. in Mantiss. ad Luc. L. 13. Dec. 49. et 50.

§. 126.

Não he necessario justificar o valor do Benefício, quando foi e vem expresso na Bulla, ainda que com a clausula = *forsitan* = Ros. de Execut. litter. Apost. P. 1. C. 7. n. 175.

S E C Ç Ã O 2.ª

Outras circumstancias, que além do valor do Benefício, se devem justificar perante o Executor.

§. 127.

“Narrativa Partis in omnibus litteris Apostolicis
 “potest esse duplicis speciei; vel est fundamentum
 “Gratiæ, seu in qua se fundat Papa ad concedendum;
 “altera, quæ non est fundamentum Gratiæ, seu non
 “est causa finalis, sed tantum impulsiva, sive conco-
 “mitans, ut alii loquuntur. Pro certo tenendum est,
 “quod in gratuitis narrata sunt justificanda, ut Gra-
 “tia suffragetur ei, qui illam impetravit, sive sint
 “expressa in vim modi, sive per modum conditionis,
 “quia narrativa est pars Gratiæ: et propterea omnis
 “narrativa est ante omnia justificanda; remanet enim
 “Gra-

“Gratia nulla, cum narrata non verificantur.” Roz. de Execut. litter. Apostol. P. 1. C. 7. n. 3. 4., e 5.

§. 128.

Consequentemente: como nem em todos os Benefícios se pôde impor Pensão (§. 27. e seguintes); e a qualidade do Benefício, em que a Pensão se impõe, deve narrar-se (ut a §. 70.) he consequente dever provar-se esta qualidade perante o Executor, Rot. post. Tondut. de Pens. Decis. 44. n. 12. Roz. de Executor. Litter. Apost. P. 1. C. 7. n. 95.

§. 129.

Como só em favor de Clerigo se pôde impetrar Pensão, e para se impetrar em favor d’outras pessoas leigas he necessaria revogação de Constituições Apostolicas, ut a §. 55., et a §. 88., he consequente, que na execução se devem justificar as qualidades fundamentais da Graça; ut plene Roz. supra a n. 207.

§. 130.

Como não pôde impetrar-se Pensão sobre Benefício gravado com outra antecedente, sem menção desta, e sob pena de nullidade (ut a §. 76.); ou relatando-se a antecedente, se passa a Bulla com a clausula = *Etiam si super eis fructibus alie Pensiones, etc.* (ut §. 101.); e esta clausula tem a intelligencia exposta no d. §. 101; he consequente que no primeiro caso se justifique perante o executor, que o Benefício não está gravado com outra Pensão; e no segundo; que deduzidas todas as Pensões, ainda restão para o Titular os cem Ducados d’ouro da Camera.

§. 131.

Como se deve narrar o valor do Benefício pensionado (§. 78. e seguintes); se se não verificão as limitações da regra a §. 78. ad 87., et §. 111.; he

regra geral, que este valor deve justificar-se na execução; em quanto se não justifica está suspensa a Graça; e sendo falsa a narrativa do valor, he nulla a mesma Graça, e não se deve julgar conforme, e executada, Roz. de Exequutor. P. I. C. 7. n. 124., Rigant. ad Reg. 45. Cancellar., Sabell. §. Pensio n. 4. et 5.

§. 132.

Esta narrativa do valor e a sua prova se faz por dois modos, ou *negative per non excessum*; ou *affirmative per ascensum*: nestes dois modos ha differença; "*nec ab uno ad alium infertur; nam narrativa valoris facta per non excessum non probatur per probationes de ascensu, nec per testes deponentes per excessum, et vice versa; et quilibet excessus verificatur in expressione, facta negative per non excessum; quod secus est, cum per ascensum facta est narrativa*", Roz. d. Cap. 7. n. 139. e 140.

§. 133.

A mesma narrativa do valor, quanto á sua prova, admite mais, ou menos rigor, conforme a diversidade de casos: ella basta que seja leve, quando o Papa motu proprio confere o Beneficio com Pensão, ainda que com a clausula Dummodo (vej. §. 122): basta tambem prova mais leve, quando o Resignatario reserva para si Pensão, que he das mais favoraveis: he pelo contrario necessaria prova mais rigorosa, e mais concludente, quando a Pensão se impõe em Beneficio pleno consentindo o Titular, max me em favor d'algum seu consanguineo; porque esta Pensão he mais suspeita e a mais odiosa, Card. de Luc. de Pension. ad Ornat. Constit. Innoc. XI. Cap. 12. a n. 5.

Nota : As mais clausulas referidas no Cap. 13. he bem certo devem justificar-se debaixo das declarações ahi expostas.

S E C Ç Ã O 3.^a

Na diversidade dos casos (§. 132. 133.), como se deva julgar provado o valor: Quaes redditos, e emolumentos do Beneficio devão entrar nesse cálculo: Quaes encargos delle se devão excomputar do valor, maxime para subsistir a Pensão nos Bispados ou Parochiaes.

Membro 1.^o

§. 134.

Supposta aquella differença entre a narrativa per non excessum, e a narrativa per ascensum; e deixada para outros casos da sua competencia a prova da negativa per non excessum, que he mais favoravel, ex Roz. de Exequutor. P. 1. Cap. 7. a n. 142.: a narrativa per ascensum ad aliquam summam, diz ao nosso proposito o citado Roz. n. 177. “Quando exponitur affirmative per ascensum ad aliquam summam (quæ expressio ita fieri solet in omnibus resignationibus cum pensione, Amayden. loc. cit., cujus rei assignat rationem, quia cum Concilium Trident. Sess. 25. C. 13. requirat, ut remaneant mille pro Episcopo, et centum pro Rectore; et in dignitatibus, et Canonicatibus dataria non admittat resignationes, nisi concurrant duo; primum, quod resignanti remaneat, unde commode vivere possit, et resignatario tantum obveniat, ut dignitatem cum de-

“core sustinere valeat, et licet detur casus, quo re-
 “signatarius sit dives, adeo ut dignitatem honorifice
 “sustinere valeat non ex Ecclesiæ proventu, sed ex
 “patrimonii redditu; nihilominus dataria cogitat ca-
 “sum, quo Resignatarius decedat Pensionario su-
 “perstite, et dignitas, seu Canonatus esset confe-
 “rendus idoneo, sed pauperi; ideo requirit, ne Pen-
 “sione fructus Dignitatis, sive Canonatus exhaurian-
 “tur, ne videlicet Dataria adstringatur conferre divi-
 “ti minus habili, quam pauperi valde idoneo, et ideo
 “requirit expressionem valoris per ascensum).

§. 135.

Nestes casos prosegue Roz. n. 178. dizendo
 que “Tunc. aliter regula constituenda est, et dicen-
 “dum est, quod valor affirmative narratus concluden-
 “ter sit probandus, quia est fundamentum Gratiae:
 “igitur in probando valore respectu validitatis Pen-
 “sionis reservatæ super Beneficio resignato ad favorem
 “resignantis; tunc in primis valor debet esse certus
 “tempore reservationis Pensionis., Conf. Tondut. de
 Pens. Cap. 14. n. 11. et 12. *ibi* “Isto casu probatio
 “valoris debet esse concludens, quia agitur de pro-
 “bando valore per ascensum affirmative, non autem
 “per non excessum negative.... adeo ut non sufficiat
 “quod testes deponant de valore per famam, nec suf-
 “ficiat confessio valoris per non excessum.,

§. 136.

Se se trata de Pensão imposta em Benefício ple-
 no, que já vimos §. 86. et 133. ser a mais odiosa;
 neste caso deve a prova ser feita com o rigor, que
 exagera o Card. de Luca transcripto no d. §. 86.; e
 que também exige o citado Roza n. 180. e 181.,
ut ibi = Quæ narrativa de vero valore ideo opus est,
 “ut exprimat, quia cum agitur de Pensione, quæ
 “reservatur super fructibus Beneficii pleni, Papa non
 “ha-

“habet plenam certitudinem valoris, et alioquin vult
 “scire valorem punctualem; quapropter consuerit ap-
 “poni in litteris illa clausula ut asseris, quæ facti
 “dubietatem demonstrat in concedente, et conditio-
 “nem importat, et æquivalet, ac si dictum esset, si
 “ita est.... imponit impetranti maiorem ac strictio-
 “rem obligationem plene, et concludenter probandi
 “hujusmodi valorem.,,

§. 137.

“Sequitur etiam clare (continúa Roz. a n. 183),
 “quod cum valor fuerit expressus conditionaliter, de-
 “beat plene, concludenterque probari affirmative con-
 “testando, quod redditus ascendunt ad talem sum-
 “mam, nempe ad expressam: nec, ut diximus, hoc
 “casu valor probari potest per probationem negativam,
 “deducendo illum per non excessum: nec sufficit ex-
 “pressio facta per Titularem in supplicatione; sicut
 “nec probat expressio facta in reservatione Pensio-
 “nis..... valor expressus usque ad obolum verificari
 “necesse est..... Nec in casu attenditur æquitas in
 “remittendo sextam partem sed prævalet rigor.,,

§. 138.

E conclue Roza n. 188., 189., 190. *ut ibi* =
 “Sequitur ex dictis, quod valor pro sustinenda Pen-
 “sione non possit probari per publicam vocem, et
 “famam..... Probationes in hac materia conjungun-
 “tur.... In casu vero, quo testes in hac materia dis-
 “cordent in summa, attenditur minor summa in qua
 “concordent; et cum nullo modo concordant, liqui-
 “datio valoris, fit secundum mediocrem summam.,,
 Conf. Tondut. de Pens. Cap. 14. n. 15., conf. Bar-
 bos. Vot. 126. n. 173.

§. 139.

Se se trata de Pensão imposta em favor do re-
 signante (ainda que menos odiosa), sempre diz o
 mes-

mesmo Roza n. 179. que “ In probando valore respectu validitatis pensionis reservatæ super Beneficio resignato ad favorem resignantis; tunc in primis valor debet esse certus tempore reservationis Pensionis „ Et n. 195. *ibi* = Et cum Pensio est reservata cum expressione certæ summæ in casu resignationis cum clausula non aliàs, vel alia simili quæ conditionem importet, et cum restrictione ad certam summam; tali casu, cum valor expressus per viam conditionis non justificetur, Pensio erit nulla, tanquam subreptitie imposita et reservata: et cum expressio, seu narrativa valoris restrictive ad certam summam ad finem determinandi quantitatem Pensionis proportionata, quæ remanere debet penes ipsum resignantem, qui etiam protestatur se sub illa reservatione resignare, addita etiam clausula et non alias; tunc Pensio sit individua; et si in obolo deficiat valor, in totum Pensio corrui. „ Conf. Lotter. de Re Benefic. L. 1. Q. 41. n. 33., Tondut. de Pens. C. 15. sub n. 6.

§. 140.

Se a Bulla contém a clausula = Dummodo remaneant, etc.; então não só esses cem Ducados devem ser livres de todos os encargos do Beneficio, e as remunhas, que depozerem do valor, devem ter attenção a elles, Roz. de Execut. litter. Apostolicar. P. 1. C. 7. n. 194., *ut ibi* = Cum coram executore agitur pro justificandis litteris, in quibus Pensio fuit reservata cum clausula dummodo remaneant centum pro Rectore: quia etiam illa centum debent remanere libera ab omni onere..... tunc enim testes debent deponere coram executore deductis oneribus positive, nempe ab extra impositis et extrinsecis.... Et debent esse informati de valore bonorum Beneficii et reddituum.,

§. 141.

Mas esse valor mesmo com esses rebates se deve justificar perante o executor com o rigor, que exige o citado Roza n. 198. et 199. *ibi* = Hactenus dicta "eo magis procedunt, quando in litteris fuit apposita "clausula dummodo remaneant centum pro Rectore, "cum Beneficium est curatum; tunc enim sive Beneficium fuerit plenum, quia resignatum, sive vacuum, "omnino debet verificari ab executore, quod dicta "summa remaneat pro Rectori libera ab omni onere "juxta Trident. dispositionem Sess. 24. C. 13., illæ "enim dictio, seu clausula dummodo conditionem importat, et prius justificari debet.... Et plena, et "concludens requiritur tunc justificatio, seu probatio.... in hoc casu non sufficit probatio per famam.... etiam Parte non opponente, etc., Conf. Tondut. de Pens. Cap. 14. n. 12. et 13., Ridolfin. in Prax. Cur. Roman. P. 2. Cap. 9. a n. 117. E isto ainda que o Titular consentisse na Pensão, e nessa quantidade mesma, e se obrigasse pagalla como bem informado das forças do Beneficio; porque intervindo a dita clausula, esta prevalece a todas as mais, e deve o Pensionario necessariamente justificar com todo o rigor, que reduzida a Pensão, ainda restão salvos os centum pro Rectore, Ridolfin. supra n. 119. aonde diz que esse consentimento e essa obrigação ficão nplados com a condição que induz a dita clausula; otime etiam Rot. Roman. in Mantiss. ad Card. de uc. Liv. 13. Decis. 49. et 50.

§. 142.

No rigor da prova do valor do reddito do Beneficio, ainda ha huma differença, qual he: que quando se accusa nulla a Graça pela falsa expressão do valor, são necessarias provas mais rigorosas, e conclusões do que quando se trata de a justificar perante

o executor, Rigant. ad Reg. 65. Cancellar. a n. 64., et a n. 97.; assim distinguindo estes dois casos, discute sobre a especialidade das provas necessarias, ou sufficientes em ambos, e cada hum acaba de comprovar tudo o exposto, *ut ibi* =

“Cæterum, cum verus Beneficii valor, ne dum
 “sit exprimendus, sed etiam justificandus, etiamsi
 “nullus adsit contradictor, aut extrajudicialiter pro-
 “cedatur: hinc videndum, quomodo talis justificatio
 “fieri debeat. Et in hac materia, in qua plurimum
 “judicis arbitrio defertur, duo veniunt constituendi
 “casus. Primus est, quando agitur de justificando va-
 “lore ad effectum exequendi Gratiam principalem
 “provisionis Beneficii per obitum vacantis: secundus,
 “quando agitur de probando valore ad finem annul-
 “landi Gratiam ab altero obtentam, ob non factam ve-
 “ram illius expressionem. In primo casu, in quo va-
 “lor de stylo exprimitur *per non excessum* sufficiunt
 “leviores probationes. Quod locum sibi vindicat etiam
 “contra provisum de eodem Beneficio a Nuntio Apos-
 “tolico, licet e contra provisus a Nuntio teneatur va-
 “lorem, tanquam fundamentum suæ Gratiae conclu-
 “denter probare.,

“Verum, licet in terminis justificandi valorem
 “pro executione Gratiae provisionis Beneficii sufficiant
 “leviores probationes, hæc tamen esse debent in suo
 “genere perfectæ, et conclusivæ, ita ut de valore
 “Beneficii Pontifici narrato reddant certum animum
 “judicis, a cujus arbitrio, ut diximus, probationis re-
 “levantia ut plurimum dependet.,

“Hinc ad effectum præfatum minus idoneos esse
 “Testes, qui non deponunt de certa scientia, sed de
 “auditu, aut Testes, qui non sunt informati, aut ex-
 “trajudicialiter, et sine juramento, sic etiam imper-
 “fecta est de se sola probatio, quæ deducitur ex si-
 “mi-

“ milibus valoris expressionibus priscis temporibus fa-
 “ ctis per antiquos ejusdem Beneficii possessores, cum
 “ valor attendi debeat de tempore Gratiae, aut de tem-
 “ pore illi proximo. Eoque magis suffragari nequit si-
 “ milis expressio valoris per antecessores Beneficiarios
 “ factae, si probetur rerum status immutatus, quod-
 “ que talis immutatio sit publica, ipsique impetranti
 “ innotuerit. Et quamvis non desint DD. existimantes
 “ probari valorem Beneficii ex narrativa facta in ante-
 “ cedentibus provisionibus: eorum tamen sententia lo-
 “ cum sibi vindicare potest, ubi alia concurrant admi-
 “ nacula, quo casu valoris expressio per antecessores
 “ facta multum coadjuvat probationem valoris.,

“ Sic etiam locationes, non probare verum Be-
 “ neficii valorem ob affectationem, quam forte habe-
 “ re possunt conductores erga bona et praedia Benefi-
 “ cii, communiter tradunt Roz., etc. Nisi plures sint,
 “ et factae diversis temporibus, ac diversis Personis;
 “ tunc enim ex iis rite valoris Beneficii probatio erui-
 “ tur; quia locationum multiplicitas tollit praesumptio-
 “ nem affectionis erga illius bona, quae potest consi-
 “ derari in uno vel altero conductore... Prout etiam,
 “ si concurrant cum locationibus alia adminicula, Be-
 “ neficii valor rite probatur.,

“ Probatut tamen Beneficii valor ex confessione
 “ alterius partis venientis ex eadem vacatione, quae-
 “ que in ejus impetratione similem valorem expres-
 “ sit., etc.,

“ Insuper valor est distincte probandus, et non
 “ in confuso... Rursus probatio valoris debet percute-
 “ re tempus praecisum Gratiae. Quod tamen moraliter
 “ est intelligendum, ut scilicet non percutiat tempus
 “ remotum. Hinc licet in casu, de quo agimus, pro-
 “ bandi scilicet valorem ad effectum exequendi Gratiam
 “ principalem Provisionis Beneficii, necessaria non sit

“ probatio per decennium , prout opus est , ubi agitur
 “ de justificando valore in materia objectiva , vel ad
 “ effectum annullandi Pensionem , ut mox dicemus ;
 “ requiritur tamen probatio , quæ sit contemporanea ;
 “ id est , intra eundem annum provisionis Beneficii ,
 “ vel paulo ante . . . non sufficit probare in ipso anno
 “ Provisionis , fructus tanti , et non pluris venditos
 “ fuisse , cum id provenire possit ex illius anni uberta-
 “ te , vel penuria : ideoque probari debet valor per ali-
 “ quot annos uniformes , et saltem per triennium . ,

“ Et fieri debet justificatio valoris secundum com-
 “ munem æstimationem , ut in Regula præscribitur :
 “ unde oritur dubitatio : an sufficiat probatio valoris
 “ juxta taxam in Libris Cameræ descriptam . Et di-
 “ cendum est , quod ubi agitur de Beneficiis consisto-
 “ rialibus , expressio valoris non aliter fieri consuevit ,
 “ quam ad tramites præfatæ Taxæ . Si vero agatur de
 “ Beneficiis non consistorialibus , expressio valoris se-
 “ cundum taxam non admittitur ; quia taxa verum Be-
 “ neficii valorem non evincit . Excusatur tamen a pœ-
 “ na nullitatis Gratia impetrans Beneficium cum ex-
 “ pressionem valoris juxta taxam Cameræ . ,

“ Fuit quoque in terminis valuationis fructuum
 “ alias revocatum in dubium ; an valutatio præfata ,
 “ expleta non juxta pretium consuetum in loco Bene-
 “ ficii , sed secundum perpetuam , et invariabilem ta-
 “ xam Diæcesis , rite subsistat ? Affirmative respondit
 “ Rot Unde impetrans juste credere potuit satis-
 “ fecisse Regulæ per expressionem illius valoris , quæ
 “ secundum communem consuetudinem Civitatis , et
 “ Diœcesis , etiam in aliis Beneficii Provisionibus facta
 “ fuerit , quod sufficit ad evitandam pœnam nullitatis
 “ Gratiæ . ,

“ Demum notandum , quod ubi agitur de subs-
 “ tinenda Gratia Apostolicæ Provisionis Beneficii ,
 “ lau-

“laudabilis penes urbis Tribunalia invaluit stylus to-
 “lerandi excessum valoris in sexta parte (falla do va-
 “lor per non excessum); de quo stylo cæteroquin no-
 “torio testimonium perhibent Lotter... Card. de Luc.
 “Tondut... Roz..., etc.,,

§. 143.

“Secundus casus, de quo supra meminimus, est,
 “ubi agitur de valore justificando in materia objecti-
 “va, quia nempe facta fuit impetratio Beneficii ab
 “altero sub falsa valoris expressione, obtenti: et in
 “hoc casu, cum agitur de materia odiosa, et quæ
 “poenam involvit, requiritur plena, et concludens
 “eiusdem valoris probatio; nec admittitur conjunctio
 “semiplenæ, cum alia semiplena probatione.,

“(Et n. 102.) Eo prorsus modo, quo in casu
 “Pensionis reservatæ sub narrativa certi valoris Bene-
 “ficii, non toleratur istius augmentum in sexta parte,
 “sed valor expressus adeo præcise probandus erit, ut
 “si in obolo deficiat Pensio erit nulla in totum, Garc.
 “de Benef... Roz. de Executor... Lotter. de Re Be-
 “nef... Tondut., etc.,

Nota: Desde o n. 103. prosegue Rigan-
 a disputa a demonstrar, quando na necessidade
 da prova per ascensum se deva regular o valor
 por dez annos precedentes; ou se por 5 antece-
 dentes, e 5 subsequentes, etc. O que omitto,
 porque aqui he desnecessario.

Membro 2.º

Quaes redditos, e emolumentos do Beneficio devão entrar no cálculo do valor, para o fim de que tratamos.

§. 144.

Quando se trata do valor do Beneficio Parochial, em que devem ficar salvos os cem Ducados para o Parocho, diz Roz. de Execut. Litter. Apost. P. 1. Cap. 7. n. 203. “non computantur fructus omnino incerti nullam habentes certitudinem, neque ratione summæ, “neque ratione quotæ seu quantitatis, ut sunt funera- “lia, et omnia ea, quæ ex stola percipiuntur, quia “hæc sunt omnino incerta, et venter non potest de- “pendere a futuro eventu: qui vero non sunt omnino “certi, sed ratione quantitatis, ut sunt decimæ bene “computantur: quod procedit, etiamsi Pensio esset “reservata super incertis; nam cum in clausula dum- “modo non sit facta mentio de incertis, sed solum “de fructibus, et redditibus, ubi agitur de statuenda “congrua non veniunt fructus incerti, ut sunt funera- “lia; oblationes, etc. et similia, quæ sunt omnino “incerta; nisi tales redditus soleant locari quotannis “pro certa pecunia; et cum ponitur Pensio etiam su- “per incertis, intelligitur de incertis, quæ habent “quendam certitudinem, ut sunt decimæ, et alia quæ “solum sunt incerta ratione summæ.,,

Confirção-se o Cardeal de Luc. de Benefic. Disc. 90. a n. 69. ad 73., et de Pensionib. Disc. 91. n. 6. E sobre todos o moderno Rigancio a Reqr. 55. desde o n. 117. até 123. *ibi* =

“Et primo regula generalis sit, quod computari
“de-

“debeant omnia emolumenta certa ab antecessoribus
 “Beneficiatis exigi consueta, quamvis antecessor im-
 “mediatus illa non exegerit, dummodo exigere po-
 “tuerit: emolumenta vero incerta, quæ consistunt in
 “Eleemosynis, Mortuariis, Oblationibus, Missis,
 “Anniversariis, et similibus non aliter computanda
 “sunt in constituendo Beneficii valore; quam si ad cer-
 “titudinem aliquam reduci possint. „

“Similiter Eleemosynæ, quæ Rectori Ecclesiæ
 “a confraternitate dantur, vel pro Missis cantatis,
 “vel pro Missis, et vesperis, quando accedit ad alias
 “Ecclesias, inter fructus Beneficii non numerantur:
 “Rector enim Eleemosynas præfatas recipit, non uti
 “emolumenta Beneficii, sed intuitu laboris, quem præ-
 “stat cantando Missas et Vesperas.

“Quemadmodum, si ex mente fundatoris Paro-
 “chus pro tempore obtinere debeat Capellaniam, quæ
 “adnexum habeat onus celebrandi Missas, illius fru-
 “ctus haud calculandi sunt pro constituendo valore Pa-
 “rochialis; quia Parochus duplicem tali casu repræ-
 “sentat personam, et Parochi, et Capellani; nec fru-
 “ctus Capellanix percipit jure Parochiæ, sed ex alio
 “et diverso Titulo, nempe Capellanix nullam haben-
 “te connexionem cum jure Parochiali. „

“Quod si Capellania cum onere celebrandi Mis-
 “sas sit inseparabiliter adnexa Ecclesiæ Parochiali, il-
 “liusque fructus percipiantur a Parocho, uti Parocho;
 “tunc fructus præfatos computandos esse inter cætera
 Parochiæ emolumenta, dixit Rot., etc. „

Nota: O Cardeal de Luc. no Tract. de Pens.
 ad ornat. Const. Innoc. XI. C. 12., se oppõe
 a esta torrente de DD., e mesmo a huma con-
 forme Decisão Rotal do seu tempo; arguindo
 tudo de erros, e equívocos: elle quer que todos
 es-

esses emolumentos incertos se computem *nos centum pro Rectore*; e ainda mesmo as Oblações costumadas; e tudo o incerto que tem observada regularidade, e que pôde ou calcular-se huns annos por outros, ou dar-se de arrendamento: eu não discuto a sua opinião particular: só sim contra ella, e pela contrária são mais forças as doutrinas de Van Esp. de J. E. P. 2. Sect. 4. T. 3. C. 6. a n. 14., et Luc. Ferrar. verbo Congrua a n. 11. 16. e 17.

§. 145.

Quanto ao rendimento das casas de residencia e passaes: O Cardeal de Luca no Tract. de Benef. Disc. 90. n. 76., firmou como certo, que se não calculava para entrar nos *centum pro Rectore*; o que tambem seguiu Sabell. §. Pensio n. 5.: porém o mesmo Luc. de Pens. ad Ornat. Constit. Innoc. XI. Cap. 12. n. 16., pôs tudo em dúbida, dizendo “super quibus non defacili certa regula dari potest, cum decisio pen-
“deat a singulorum casuum qualitate, et circumstan-
“tiis.,

§. 146.

Quanto ao valor dos redditos dos Canonicatos: o mesmo Card. de Luc. d. Cap. 12. n. 14. faz varias especies de distribuições quotidianas que ahí se podem ver: e como ellas varião nas Cathedraes, nada da sua doutrina se pôde aqui applicar: “De domibus
“autem Canonicalibus locari solitis, non dubitatur ve-
“nire sub valore, quando pertinent ad Canonicatum
“fixe ac invariabiliter: difficultas vero est in illis Do-
“mibus, quæ optantur ratione antianitatis, unde di-
“cuntur membra temporalia, et separabilia juxta dis-
“tinctionem, de qua cæteris relatis Addit. ad Gre-
“gor, etc., Conf. Rigant. ad Reg. 55. Cancell. n.

124. *ibi* = In valore quoque Canonicatus non impu-
 “tantur Pensiones Domorum, quæ non sunt adnexæ
 “Canonicatibus, nec jure Canonix, sed possidentur
 “juxta Canonicorum antianitatem jure optionis; cum
 “ea tantum emolumenta in valore Canonicatus impu-
 “tentur, quæ veniunt jure Canonix, non quæ veniunt
 “ab extra.

Membro 3.º

*Quaes onus, e encargos dos Beneficios se devem re-
 bater no seu reddito liquido.*

§. 147.

O Card. de Luc. de Benefic. Disc. 90. a n. 79^m
 nos firmou que “Quoad tertium requisitum deductio-
 “nis onerum, et expensarum: quoad expensas cultu-
 “ræ, et recollectæ etiam seminis juxta locorum qua-
 “litate; certum est, quod deductio facienda ve-
 “nit... Prout deducenda sunt onera certa, et necessa-
 “ria; non autem incerta, et voluntaria... Inter ne-
 “cessaria reputantur refectio Ecclesiæ, ac domus Epis-
 “copi, seu Rectoris, oleum pro lampadibus, hostiæ,
 “cerei, paramenta, Cathedriticum, expensæ visita-
 “tionis, salarium unius, vel plurium Clericorum pro
 “qualitate Ecclesiæ servitii, quatenus præstari sit so-
 “litum; nec non contributiones pro Seminario, vel
 “fabrica Ecclesiæ... Voluntaria vero dicuntur, quæ
 “fiunt pro maiori ornamento, et decore, vel pro
 “maiori ipsius Titularis commoditate, ejusque labore
 “levando, vel minuendo, inter quæ computari solet
 “impensa coadjutoris, quando iste pro qualitate Ec-
 “clesiæ, ac servitii non sit præcise necessarius. „ Con-
 frão-se Tondut. de Pens. Cap. 14. n. 22. et 23.,
 Roz.

Roz. de Executor. P. 1. C. 6. a n. 191., Rot. Roman. in Mantiss. ad Card. de Luc. Liv. 13. de Jur. Patron. Decis. 58, 59., 60., 61.

§. 148.

Porém o celebre Curialista Rigancio sôbre a Regra 55. da Chancellaria desde o n. 110. até o n. 114., faz huma differença entre o caso em que se impetra hum Beneficio, como vago por não ter o Provido nelle narrado o verdadeiro valor na fôrma da dita Regra; e entre os mais casos: no primeiro assenta, e com huma moderna decisão, que para sustentar a primeira Graça, e a sua validade, contra a impetra por aquelle fundamento de se não haver exprimido o verdadeiro valor; se excomputão aquelles encargos, ainda pela boa fé do provido no Beneficio, mas não se excomputão nos mais casos, em que se avalia o reddito do Beneficio para outros fins: concluindo no n. 114. que “*Et hæc opinio conformis est stylo datariæ, quæ in constituendo valore Beneficii nunquam admittit onerum detractiõem.*”

CAPITULO XVII.

Translação da Pensão: Sua origem: Quanto ás pessoas, em favor das quaes se possa transferir: Quanto ás fórmulas, Solemnidades, e clausulas que póde admittir: Quanto á quantidade: Quanto ao Direito essencial da Pensão, ou só da commodidade: Effeitos da Translação.

Prenações.

§. 149.

NULLA mentio in jure de translatione Pensionum; nec personalium, nec realium; in terris obedientiæ passim usu receptæ.

“Silentii hujus ratio est, quod quando conditi sunt Canones, quibus constat jus Canonicum, Pensiones erant alimentariæ, quarum natura, et conditio est, ut cum Pensionario expirent; deinde factæ sunt remuneratoriæ, et velut Beneficia in Commendam data, quorum resignatio permissa est initio in favorem familiarium; postea quorumlibet.,”

Assim Gibert. Corp. J. C. T. 3. Tit. 9. Sect. 7. Reg. 33. pag. 103: “Hanc Pensionis translationem esse odiosissimam fatentur omnes; cum nec sit de jure, nec de ipsius Pensionis natura; quinimo contra naturam: quandoquidem Pensio reservetur ad tempus, et sic extinguatur morte Pensionarii. Translatio vero cum sit obligatio eandem solvendi de una ad aliam personam operatur perpetuitatem Pensionis post mortem Pensionarii; atque ita servitutem Beneficiis impositam quodammodo perpetuam efficit: præsertim, quia qui habent potestatem transferendi

R

pos.

“possunt eam transferre non modo in unam personam, sed in plures.,” Ita Van-Esp. de J. E. P. 2. Sect. 3. Tit. 11. Cap. 9. n. 6.: conf. Clericat. de Pens. Disc. 8. n. 12. Jul. Capon. Disc. 253. a n. 35. Luc. de Pens. Disc. 31. n. 11. Tond. C. 42. n. 23.

Nota: O mesmo Van-Esp. desde o n. 7. refere varios Papas que, oppostos a taes Translações, ou não as concedião, ou só muito difficilmente: accrescenta no n. 9. que se não admittem na França, e no Belgio.

§. 150.

A Translação da Pensão, communmente se define = Mutatio obligationis (passivæ nimirum) Pensionem solvendi de una Persona ad aliam, auctoritate Papæ facta., Van-Esp. supra n. 4., conf. Clericat. de Pension. Discord. Paris. de Resign. L. 6. Q. 4. n. 4. a faculdade de transferir a Pensão, quanto á pessoa do Translatario, quanto á fórma da Translação; quanto á quantidade, etc. tudo depende do Indulto Apostolico, que tudo deve regular Torr. de Pact. futur. succession. Liv. 3. Cap. 8. a n. 8.: este Indulto deve observar-se estritamente; tudo o que se excede he nullo, e a Pensão fica no dominio e posse do transferente, Torr. supra a n. 4. et 28.

SECÇÃO I.^a

Quanto ás pessoas, ás quaes a Pensão se possa transferir.

§. 151.

Não pôde transferir-se a Pensão ex vi do Indulto;

to; 1.º, a favor de Corporação de Mão morta, Monacell. Formul. Prat. Leg. For. Eccles. Tom. 2. T. 14. Tom. 7. a n. 4.; menos que não haja indulto especial, Luc. de Pension. Disc. 66.

§. 152.

Não póde transferir-se 2.º, a favor de pessoa incapaz, que não seja Clerigo, ao menos com a prima tonsura, Clericat. de Pens. Discord. 8. n. 18., Ferrar. verb. Pensio n. 87. Tond. de Pens. Cap. 31., Sabell. §. Pensio n. 1.: o citado Tonduto firma esta regra geral "Facultatem transferendi Pensionem intelligendam esse de Translatione facienda in personas capaces; et ideo necesse est, ut Translatarius sit Clericus tempore translationis., Mas o mesmo Tond. a n. 3. limita "Imo sufficit, quod post Translationem Clericus factus fuerit, si in facultate conferendi appositum fuerit illa clausula, postquam Clericali caracere fuerit insignitus, maxime si dictum fuerit ex nunc prout ex tunc; interim tamen, dum conditio impleta fuerit, Pensio non debetur: sed hoc intelligitur, ut procedat, quando Clericatus legitime et recte collatus fuerit: et ideo, qui a non proprio Episcopo Clericatum obtinuit, non est capax ut in eum transferatur Pensio, quia est inhabilis, etc., Conf. Monacell. Formul. Leg. Tom. 2. T. 14. n. 3, aonde declara "quamvis Clericus sit minor quatuordecim annorum, dummodo sit maius septennio., Veja-se Torr. de Pact. L. 3. C. 8. n. 38.

§. 153.

Esta capacidade dos Clerigos de Prima Tonsura (ou d'Ordens Menores e Sacras) para receberem Translações de Pensões, Tondut. de Pens. Cap. 31. a n. 6., Clericat. de Pens. Discord. 8. n. 8.: bem que o mesmo Clericat. n. 9. declara com Amayden. de Styl. Datar. "Hanc habilitatem sufficere pro habenda Pen-

“sione reservata ab Episcopo tantum; si autem a Pa-
 “pa reservetur Pensio Clerico illegitimo, esse neces-
 “sariam ipsius Papæ Dispensationem.,,

§. 154.

Amplia-se 2.º, ainda que o Clerigo Translatario seja filho illegitimo do Pensionario transferente, Monacell. supra n. 9. Tondut. de Pens. Cap. 31. n. 16., Barbos. ad Concil. Sess. 25. Cap. 15. n. 35.: mas esta ampliação se declara (a) que o Pai não pôde transferir no filho illegitimo a Pensão imposta no Beneficio, que o Pai obtem, ou obteve, Tondut. n. 17.; (b); ou se o Pai resignou o seu Beneficio com Pensão, e com o Indulto de a transferir, não pôde transferilla no filho illegitimo, Tond. n. 24.; (c); nem pôde transferir-se em illegitimo a Pensão, que se costuma assignar em Titulo de Beneficio (como nos casos figurados pelos DD. referidos no §. 19.) Tondut. n. 23.... Não assim, se o Pai tem faculdade de transferir Pensão imposta em Beneficio de diversa Igreja, vej. Tondut. n. 19.

§. 155.

Como porém pessoas leigas, e *in quocumque statu*, aliás incapazes de perceberem Pensões, se podem capacitar com Dispensa Apo tolica, ut a §. 63.: da mesma forma pôde, e costuma a Curia dispensar, concedendo Indulto para que nessas pessoas se possam transferir as Pensões. Porém as Translações são muito odiosas (§. 149): se o Pensionario sem expresso Indulto transfere a Pensão em pessoa incapaz, não he facil obter depois na Curia Romana hum *Perinde valere*, ou *Sanatoria* da Translação, Piton. Tom. 1. Discept. 30. Rigant. ad Reg. 45. Cancell. §. 2. a n. 142.; isto he, se o Titular o contradisser, ex DD. supra (confira-se o exposto a §. 114.)

S E C Ç Ã O 2.^a*Formulas, Solemnidades, e Clausulas da Translação.*

§. 156.

Pelo que respeita á fôrma da Translação: esta depende do Indulto: ou 1.^o, se concede ao Pensionario a Faculdade de transferir a Pensão perante pessoa constituida em Dignidade: ou 2.^o, perante hum Notario e testemunhas; ou 3.^o, por acto de última vontade, Tondut. de Pens. C. 28., Clericat. de Pens. Disc. 8. a n. 14.; ou 4.^o, *immediate coram Papa* na fôrma que expõem Luc. de Pens. in Summ. n. 70.; ou 5.^o por huma Cedula particular na fôrma, que prescreve o mesmo Luc. de Pens. Disc. 70.: humas vezes se obtem esta Faculdade de transferir logo, e juntamente na Bulla da Pensão; outras vezes, quando, faltando na Bulla da Pensão esta Faculdade, se impetra depois por nova Graça, Van-Esp. de Jur. Eccles. P. 2. Sect. 3. T. 11. C. 9. n. 5.: e tambem ha Ordens e pessoas, que sem Indulto especial, tem o geral Privilegio de transferirem as suas Pensões, Pariz. de Resign. L. 6. Q. 4. quaes os que refere Tondut. de Pens. Cap. 28. a n. 29. Monacell. Form. Prat. Tom. 2. T. 14. Form. 7. n. 2.

§. 157.

Quando a Bulla diz, que a Translação se faça perante pessoa constituida em Dignidade; por estas palavras se entendem, ou o Ordinario, ou algum Conego da Cathedral, ou outra qualquer pessoa constituida em Dignidade á eleição do Pensionario; e isto conforme a clausula consuetudinaria do Indulto, apud. Fer-

Ferrar. verb. Pensio n. 84. *ibi* = ut quicumque loci
 “Ordinarius, vel Canonicus Metropolitanæ, vel al-
 “terius Cathedralis Ecclesiæ, vel alia persona in Di-
 “gnitate Ecclesiastica constituta a Te quomodocumque
 “eligendus, vel eligenda., Conf. Monacell. Formul.
 Prat. For. Eccles. Tom. 2. T. 14. Formul. 7. n. 1.,
 Tondut. de Pens. C. 28. n. 30.: mas não pôde trans-
 ferir-se perante os Conegos das Collegiadas, Garcia
 de Benef. P. 1. C. 5. n. 244. e 245.

§. 158.

O Pensionario, que obteve o Indulto, deve pre-
 zentar o original, ou ao menos huma cópia authenti-
 ca ao executor, que elege: este deve le-lo, e pronun-
 ciar-se Juiz executor, mencionando que o lêra. D’ou-
 tro modo se procede nullamente: basta porém apre-
 zentar-lhe o Indulto da Translação da Pensão, sem
 que seja necessario apresentar-lhe as letras da reserva,
 Gracian. For. Cap. 551. n. 23., e 24. Torr. de Pact.
 futur. Success. L. 3. C. 8. a n. 8. ad 14. Ferrar. su-
 pra n. 85.

§. 159.

Quizerão alguns DD. ser preciso, que este exe-
 cutor pronuncie, que cassa, e extingue a primeira
 Pensão; e que cassada assim e extincta, a transfira
 Solemne e expressamente de novo pela Authoridade
 Pontificia ao Translatario: porém judiciosamente dis-
 correo o Card. de Luc. de Pension. Disc. 58. sub n.
 6., *ut ibi* =

“Quo vero ad secundum punctum: quamvis con-
 “sueta formalitas sit ista, quod scilicet prius de con-
 “sensu possessoris pensionis quassetur antiqua, et de-
 “inde per Delegatum fiat reservatio novæ; attamen
 “ista est formalitas verborum, quæ non attenditur,
 “sed potius attendenda est substantia veritatis; eo
 “enim ipso, quod de Consensu primi Pensionarii in-
 “vim

“ vim Indulti Delegatus novam facit reservationem ad
 “ favorem Translatarii ab ipso primo Pensionario vo-
 “ liti, implicite, ac per necessarium antecedens subin-
 “ telligitur cassatio, dum nova creatio sequi non po-
 “ test sine corruptione antiquæ; atque sufficit. quod
 “ ita certificetur persona, per cuius mortem naturalem
 “ vel Civilem pensio cessare debeat. Fortius vero ubi
 “ accedit clausula, omni modo meliori.,,

O mesmo Luc. de Pens. in Summ. a n. 66. Rocc.
 Selectar. Tom. 2. Cap. 192. a n. 8. ad 14 Monacell.
 Formul. Pract. Legal. For. Eccles Tom. 2. Tit. 14.
 Formul. 7. aonde, depois de ter dado a Formula da
 Translação perante a pessoa constituida em Dignida-
 de, glossando as palavras da mesma Formula, diz
 no n. 6. *ut ibi* =

“ *Cassavit et extinxit*: Hic est notandum, quod
 “ si executor, vel per incuriam propriam, vel nota-
 “ rii in actu Translationis non procederet per viam
 “ cassationis antiquæ, et reservationis novæ Pensionis;
 “ adhuc Translatio esset valida, quoties Transferens
 “ declaravit, se velle transferre ad formam Indulti:
 “ nam tunc virtualiter censetur antiquior Pensio extin-
 “ cta, et alia de novo reservata ad formam Indulti.
 “ Ut enim Translatio Pensionis sit valida sufficit ex-
 “ hibere facultatem transferendi habita relatione ad re-
 “ reservationem illius, et quod sit facta ad favorem per-
 “ sonæ capacis coram persona in Dignitate Ecclesias-
 “ tica constituta; forma autem servanda cassationis,
 “ et novæ reservationis, non est conditionalis, sed
 “ modalis, quæ si non observetur, vitiatur, sed non
 “ vitiat; cum per liberum consensum præstitum coram
 “ executore, notario, et testibus, et admissum cen-
 “ seatur per æquipollens inducta perfecta Translatio;
 “ præsertim accedente clausula omni meliori modo, ut
 “ cla-

“clare, ac magistraliter Lotter. de Re Benefic. L. 1.

“Q. 40. a n. 45. ad 50.

§. 160.

Se o Indulto concede, que a Pensão se possa transferir perante hum Notario e Testemunhas; então não he necessario, que se lhe prezente o Indulto, Torr. supra n. 15.: porém parece, que o Notario deve transferir o Indulto na Escripura da Translação da Pensão, como sente Clericat. Discord. 8. n. 15.; o que he mais curial e legal, ainda para satisfazer a Ord. L. 3. T. 60.; e em semelhante caso a praxe, de qua Peg. Tom. 2. ad Ord. pag. 266. n. 10.

§. 161.

Em ambos estes casos, o Pensionario, que tem Indulto para transferir a Pensão, póde transferilla por Procurador especial, Torr. de Pact. futur. Success. L. 3. C. 8. n. 34., Garcia de Benef. P. 1. C. 5. n. 246., Monacell. supra n. 8., Tondut. de Pens. C. 29., Jul. Capon. Discept. 253. n. 30.: e isto ainda que o Indulto fosse concebido nestas palavras = Tibi concedimus, = vel per te eligendas = Garcia, Monacell., et Tondut. supra “Hoc tamen intellige, dummodo persona, seu personæ, in quam, vel quas est Pensio “per Procuratorem transferenda, sit certa, seu certæ; “nam alias Procurator hunc actum explere non potest; Monacell. supr. sub n. 8., Tondut. de Pens. C. 29. sub n. 6. Ferrar. verb. Pensio n. 88. *ibi* = “Facultas transferendi Pensionem potest exerceri etiam “per Procuratorem Indultarii; dummodo persona, in “quam est transferenda, sit certa, et nominata ab “Indultario.,,

§. 162.

O Procurador assim constituido para a Translação póde ser revogado *re integra*, com tanto que a revogação se intine ao mesmo Procurador, e ao desti-

tinado Translatario, Tondut. de Pension. Cap. 29. n. 15. Conf. ea quæ Silv. ad Ord. L. 3. T. 26. in pr. a n. 37.: presume-se revogado este mandato, ou quando o mesmo Pensionario passa a fazer effectiva Translação por si antes de executado aquelle mandato, ainda que esta Translação seja em si nulla; ou quando o Transferente antes da execução do mandato recebeu por muitos annos a Pensão: veja-se Tondut. de Pens. C. 29. a n. 17.

§. 163.

Se no Indulto se concede a faculdade de transferir a Pensão por acto de última vontade, se pôde transferir, ainda em artigo de morte, e ainda mesmo á força de persuasões, e suggestões do Translatario, Lotter. de Re Benefic. L. 1. Q. 40. a n. 55., Torr. de Pact. fut. Success. L. 3. C. 8. n. 39., Tondut. de Pens. C. 28. a n. 13.: (sed in contrarium vide bene dubitantes Luc. de Pens. ad ornat. Constit. Cap. 15. a n. 6., vide etiam Sabell. §. Pensio n. 18., Paul. Zacch. QQ. Medico-legal. post Tract. Consil. 31., et Decis. 92. et 95. tot.) Sem que nesta Translação tenha lugar a Regra 29. da Chancellaria = De Infirmis resignantibus = Tondut. supra, Luc. de Pension. Disc. 56. Clericat. de Pens. Discord. 8. n. 17. He porém necessario que o Testador elle mesmo, e no acto de última vontade transfira em pessoa certa; e não basta commetter a Translação por sua morte a outra pessoa, Tondut. de Pens. C. 30.: e quando a Translação em última vontade seja revogavel, tomando a natureza do acto, em que assim se faz? Vid. Cald. de Nomin. Q. 10. a n. 41., Tondut. de Pens. Cap. 23. a n. 8. Salgad. in Labyr. Credit. P. 2. Cap. 4. a n. 117.

§. 164.

Não he necessario, que em algum dos referidos

casos o Translatario esteja presente á Translação; mas basta que o aceite, ainda mesmo depois da morte do Transferente, Torr. de Pact. L. 3. C. 8. a n. 35. conf. Tondut. de Pens. Cap. 28. n. 9., et Cap. 30. in fin.

§. 165.

Tambem obtido o Indulto, que faculta a Translação da Pensão, não he necessario, que nesta Translação intervenha novo consentimento do Titular do Beneficio, que hade ficar contribuindo a Pensão ao Translatario; porque a Pensão transferida não he nova, mas huma continuacão da antiga, seja ou não o Translatario mais novo, e mais duravel com a sua vida a Pensão; e porque tal prejuizo se considera, como eventual, Rigant. ad Reg. 45. Cancell. §. 2. a n. 58.: e pelas mesmas razões, ainda que o Beneficio seja do Real Padroado; huma vez constituida nelle a Pensão com Placito Regio, fica transferivel, independente d'outro e novo Regio Placito, Rigant. supra a n. 161, Luc. de Pension. Disc. 58. n. 4., optime Rocc. Selectar. Tom. 2. Cap. 192. a n. 16.

§. 166.

Não póde porém conceder-se novo Indulto ao Translatario para transferir em outro a Pensão já nelle transferida; sem que intervenha novo consentimento do Titular; porque assim o prohibe a Constituição 144. de Urbano VIII., Rigant. ad Reg. 2. Cancell. §. 2. n. 64., vej. Torr. de Pact. post Tractat. Decis. 36. Nem ainda póde conceder-se Indulto para transferir a primeira Pensão, quando o Titular, que nella consentio, logo convencionou, que o Pensionario a não poderia transferir, nem para esse fim impetrar Indulto; porque o Papa não revoga tal convensão, Luc. Ferrar. verb. Pensio n. 95., Card. de Luc.

Luc. de Pens. ad ornat. Constitut. Cap. 15. n. 24.,
idem Luc. de Pensionib. Disc. 68. n. 12. et 20.

§. 167.

Em fim a Translação he em si susceptivel validamente da condição = *Non aliter, nec alio modo* = Jul. Capon. Discept. 253. n. 24.: porém não admitte as condições = si transferens moreretur ex infirmitate præsenti = vel cum pacto illam exigendi quoad viveret =; si enim ita fieret Translatio esset nulla, Monacell. Formul. Pract. Leg. T. 14. Form. 7. n. 4. Tom. 2. Garcia de Benef. P. 1. Cap. 5. n. 54. et 55. Lotter. de Re Benefic. P. 1. Q. 40. n. 19. et 20. Luc. de Pens. Disc. 64. n. 2. Adverte porém o mesmo Luc. a n. 3. ad 6., *ut ibi.* =

“Solumque in isto casu cadere potest Quæstio;
“an ista conditio vitiet, vel potius vitietur, ad effectum, ut conditione vitiata, valida et pura remaneat
“Translatio; vel ad effectum, ut invalida ipsa Translatio;
“vel ad effectum, ut invalida ipsa Translatio-
“one existente, non abdicetur jus a transferente, per
“nes quem Pensio remaneat, ac si Translatio facta
“non esset, ex conclusione, de qua supra Disc. 51.,
“ut actus factus ad favorem alterius conditionem implicitam habeat, quatenus effectum sortiatur, sin
“minus non abdicet jus a faciente ex defectu intentionis,
“et in quo videtur decisio pendere a facti circumstantiis,
“malam; vel respective bonam fidem, justamque credulitatem,
“seu excusationem inducentibus, nec ne, cum ex hoc resultet,
“an intret dicta conclusio, vel potius ejus limitatio.

“Verum in casu, de quo agitur; respondi pro
“meo judicio ex parte Pensionarii timendum non esse,
“utpote extra casum conclusionis procedentis,
“ubi actus dici possit conditionalis; utpote conceptus
“per clausulas, seu verba taxativa, et alias exclu-

“cludentia animum faciendi; adeo ut casus mortis
 “percutiat substantiam dispositionis, atque actus per-
 “fectio pendeat a purificatione dictæ conditionis, quæ
 “fuerunt causa finalis ac præcisa, sine qua non: secus
 “autem, si mors respiciat potius causam impulsivam,
 “seu motivum id faciendi, juxta hodie satis vulga-
 “rem ac receptam distinctionem, quam habemus in
 “materia donationis factæ cum mentione mortis; ubi
 “enim respicit solum causam impulsivam, seu moti-
 “vum faciendi, tunc planum est non facere actum
 “conditionalem.,,

Em menos palavras, mas mais energicas, Gibert.
 Corp. Jur. Canon. Tom. 3. Tit. 9. Sect. 8. Reg. 2.
 §. 9. *ibi* =

“9.º Tranferenti Pensionem in alium in casu
 “mortis, non licet sibi reservare regressum, posito,
 “quod convalescat, nec etiam jure, nec usu sibi re-
 “servatur; quia ipsa Translatione acceptatæ, a su-
 “periore extinguatur Pensio antiqua, atque Transfe-
 “rentis percibus, et attenta ipsius Translatarii sup-
 “plicatione nova creatur, Lotter. L. 1. Q. 40. n. 18.
 “et 19. E contra regressus tacitus et expressus locum
 “habet in favorem Resignantis metu mortis, et con-
 “valescentis.,,

§. 168.

Bem que: “Non prohibetur Translatarius, nullo
 “accedente pacto ex gratitudine pati ut Transferens
 “potiatur Pensione., Monacell. supra sub n. 4. Gar-
 cia supra n. 52. Sem que se possa presumir a Pensão
 Confidencial, e Simoniaca, maxime concorrendo, cir-
 cunstancias exclusivas da confidencia, e simulação;
 Luc. de Pension. Disc. 65. n. 6. et 7.

S E C Ç Ã O 3.ª

Que quantidade de Pensão se póde transferir, etc.

§. 169.

“Ex Bulla Urbani VIII. (diz Torr. de Pact. futur. Success. L. 3. C. 8. a n. 16. ad 22.) non potest fieri translatio ultra medietatem fructuum Beneficii ita et taliter, ut non sustineatur, nisi medietas eorum pro Titulari remaneat.... Si autem facultatem habens transferendi excedat eandem facultatem, Pensio translata non annullatur in totum, sed solum in excessu... Quod tamen limitatur, ut non habeat locum contradicente Transferente; quando enim ille contradicit, nec contentus est reductione, Pensio non reducitur, sed annullatur in totum, etc., Conf. Monacell. Formular. Legal. For. Eccles. Tom. 2. Tit. 14. Formul. 7. n. 7. *ibi* = Translatio Pensionis ab habente Indultum, fieri non potest, nisi pro medietate.... Unde si Indultarius Pensionem, seu Pensiones transferret ultra medietatem, Translatio non esset nulla sed solum remaneret vitiata in excessu; quia cum sit materia dividua utile per inutile non vitiatur Lotter... Tondut... Card. de Luc., etc., Luc. Ferrar. verbo Pensio n. 81. et 82.

§. 170.

Não póde porém transferir-se a Pensão reservada em distribuições quotidianas sem huma expressa faculdade no Indulto, Luc. de Pens. in summ. n. 72. De fórma que sendo a Pensão reservada não só sôbre a Prebenda, mas sôbre as distribuições quotidianas, distingue o Card. de Luc. de Pensionib. Discurs. 61. n. 6. et 7. *ut ibi* =

“Di-

“Dicebam, quod cum ista Pensio reservata es-
 “set, tam super præbenda, et fructibus, quam super
 “distributionibus; hinc ubi quoad istas, ut pote pri-
 “vilegiatas, atque speciali nota dignas Indultum non
 “suffragaretur, adhuc tamen Translatio sustineri de-
 “beret super præbenda, et fructibus, super quibus
 “nulla cadebat quæstio; quodque propterea concedi
 “debuisset immissio ita restricta ad præbendam, et
 “fructus cum distributionum exceptionatione; quamvis
 “fructus non ascenderent ad summam translatae Pensio-
 “nis proportionatam, dum receptum est, quod Pen-
 “sio materiam dividuam continet, in qua tanta est
 “utilitas in toto respectu totius, quanta in parte res-
 “pectu partis; ideoque utile per inutile non vitiatur,
 “sed sustinetur in parte, etc., Confirção-se e veção-se
 Garcia de Benef. P. 1. Cap. 5. a n. 206. Torr. de Pact.
 futur. Succession. Liv. 3. Cap. 8. n. 28. e 29.

S E C Ç Ã O 4.^a

*Em que casos he nulla a Translação: effeitos
consequentes da sua nullidade.*

§. 171.

He nulla a Translação da Pensão 1.º, se não se
 conforma estritamente com a formalidade prescripta
 no Indulto (§. 150.): He nulla 2.º, se a Pensão se
 transfere em leigo, ou qualquer outra pessoa, que
 não seja Clerigo, sem expressa Dispensa da incapa-
 cidade do Translatario (a §. 151.) He nulla 3.º,
 quando excessiva da ametade no caso em que o Trans-
 ferente a argua nulla no todo (§. 169. 170) He
 nulla 4.º, quando feita com os pactos reprovados, e
 como fica declarado (§. 167. 168). He nulla 5.º,
 quan-

quando confidencial, isto he, quando se impõe em favor de hum capaz para a dar a hum incapaz, Luc. de Pens. Disc. 66.: He nulla 6.º, quando com o pacto expresso de ficar o Transferente gozando a Pensão em quanto vivo (§. 167., et adde Luc. de Pens. ad Ornat. Constit. C. 9. a n. 12.): He nulla 7.º, quando a Pensão transferida estava já extincta, Tondut. de Pens. C. 32. n. 12.: he nulla 8.º, quando a faculdade de transferir foi limitada a outra certa e diversa pessoa, Tondut. de Pens. C. 32. n. 12.

Já vimos (§. 155.) que não he facil obter-se Sanatoria de huma Translação nulla sem novo consentimento do Titular.

§. 172.

Exceptuados o 5.º 6.º e 7.º casos; nos mais parece que procede a regra geral = Per translationem invalidam non remanet consumpta facultas transferendi = Monacell. Formul. Pract. Leg. For. Eccles. Tom. 2. T. 14. Form. 7. n. 7. in fin; conf. Garc. de Benef. P. 1. Cap. 5. n. 249. = Non servata ad unguem forma data in Facultate transferendi annullatur omnino Translatio, et remanet Pensio apud Transferentem = Torr. de Pact. L. 3. C. 8. n. 5. et 6. = Per Translationem invalidam non remanet consumpta facultas transferendi = Luc. Ferrar. verb. Pensio n. 83. = Pensio non abdicatur a Transferente, donec fuerit quæsita irrevocabiliter Translatario = Tondut. de Pens. Cap. 32. n. 19. No 5.º e 6.º casos discorre o Card. de Luc. de Pens. ad Ornat. Constit. Innoc. XI. C. 9. a n. 12. o mesmo que havia discorrido no lugar já transcripto lebaixo do §. 170.; e diz que será raro o caso em que se verifiquem taes condições.

§. 173.

Ainda resta huma dúvida, qual he: se o Bispo, que pela promoção ao Bispado, não só perde as Pensões mas se desvanece o Indulto, que tinha para as transferir, ex Addit. ad Luc. Ferrar. verb. Pensio n. 1. póde transferillas depois de ser Bispo? O mesmo Adicionador no n. 2. e 3. decide esta Questão com a distincção *ut ibi* =

“Quod si in Indulto dictum sit “Decernentes
“prædicta omnia et singula præsentis litteras, etc.
“nec non quæ in præmissis facta sunt, aut fieri con-
“tingerit, etc., nec etiam per promotionem ad Eccle-
“siam Cathedralem, etiam Metropolitanam, aut trans-
“lationem, vel aliam status, et personæ vestræ muta-
“tionem”, intelligitur Papa fecisse potestatem In-
“dultario transferendi Pensiones non obstante promo-
“tione ad Episcopatum.,,

“Quod si promotio Indultario ad Episcopatum,
“in decreto consistoriali dictum sit. “Pensionibus annuas
“quoad viveres obtinere, et retinere, et percipere,
“et de illis disponere libere et licite valeres.,, Præva-
“luit opinio quod his verbis tributa intelligatur facul-
“tas retinendi, non item transferendi Pensiones.,,

§. 174.

Não cessão porém as Pensões, nem o Indulto de Translação pela promoção aos Bispados só Titulares Ferrar. supra n. 67. Luc. de Pension. Disc. 43. n. 3. Disc. 58. n. 11., Disc. 75. n. 2.

S E C Ç Ã O 5.ª

O que de huma Translação vdlida he consequente em favor do Translatario.

§. 175.

A Pensão, assim validamente transferida, não he nova Pensão, mas huma continuação da antiga sem differença; e pela Translação só se varia a pessoa e a vida do Transferente para a do Translatario: em consequencia he regra geral, que todas as exempções dos encargos, todos os favores concedidos á Pensão reservada passão para o Translatario com o mesmo Direito e privilegios, que competião ao Transferente, e com todas as obrigações e fianças do Titular, Monacell. Formul. Pract. For. Eccles. Tom. 2. T. 14. Formul. 7. n. 15., Tondut. de Pens. C. 30. a n. 32. Torr. de Pact. futur. Success. L. 3. C. 8. a n. 23; Jul. Capon. Tom. 4. Discept. 253. a n. 25. Salgad. in Labyr. Credit. P. 4. Cap. 8. a n. 41. Barbos. de Pens. P. 1. Q. 2. a n. 62.

§. 176.

Por outra consequencia da Regra, o Privilegio da via executiva, que competia ao Pensionario (de que tratarei no C. 28.) compete ao Translatario, Garc. de Benef. P. 1. C. 5. n. 470. Torr. supra n. 26., Capon. n. 26., Barbos. n. 67. et 68., Posth. de Manut. Obs. 55. n. 157. Tondut. de Pens. C. 28. a n. 1. Luc. de Pension. ad Ornat. Constit. Innoc. XI. Cap. 15. n. 17. Adverte o citado Barbos. n. 69, que o Titular não póde prevenir esta via executiva competente ao Translatario anticipando a acção de nullidade da Translação; porque tal prevenção industriosa

não pôde suffocar a via executiva competente ao Translatario.

§. 177.

Mas a posse do Transferente não passa ao Translatario; nem este fundado na posse daquelle, e sem posse propria pôde uzar dos remedios possessorios contra o Titular, que lhe nega a Pensão, Barbos. supra n. 69., Garcia de Benef. P. 1. C. 5. n. 470., Torr. de Pact. L. 3. C. 8. n. 27. Luc. de Pension. Disc. 61. n. 2., Post. de Manut. Obs. 55. a n. 155.: Todos estes e outros DD. fazem differença entre a via executiva competente ao Translatario, independente de posse; e o remedio da manutenção, que sem posse propria lhe não compete; porque neste caso a posse do Transferente se não transfere ao Translatario, Luc. de Pens. ad Ornat. Constit. Cap. 15. n. 17. Conf. Retes. de Interdict. P. 2. §. 17. apud Meerman. in Thesaur. Tom. 7. pag. 510. Post. de Man. Obs. 56. n. 12.

§. 178.

Tambem em consequencia da mesma Regra (§. 175.); tendo preferencia o primeiro Pensionario em concurso d'outros Pensionarios, que tenham Pensões no mesmo Beneficio, ex Luc. de Pension. ad ornat. Const. Cap. 18.; o Translatario goza do mesmo Privilegio regulado pela prioridade da Pensão do Transferente, Luc. d. C. 15. a n. 16., aonde refere outros mais favores juridicos, que competindo ao Pensionario, se transmitem ao Translatario.

§. 179.

Porém se o Pensionario, que tinha Indulto para transferir a Pensão, a hypotheca a algum credor para satisfação de dívida; a Pensão depois de transferida passa para o Translatario affecta ao onus da hypotheca.

porheca, veja-se largamente Salgad. in Labyr. Credit. P. 4. C. 8. tot.

§. 180.

Se a Pensão na forma precisa do Indulto foi transferida com a condição = *Ex tunc cum fuerit Clericali caractere insignitus* =; pôde o Transferente receber a Pensão até o dia da iniciação da Ordem; sem que o Translatario possa nem ainda pedir o ingresso na posse. E se no meio tempo morre o Transferente antes de iniciado com Ordem o Translatario, a Pensão se extingue, e não renasce, ainda que depois receba Ordens., Barbos. Vol. 91. a n. 12. Gibert. Corp. Jur. Can. Tom. 3. pag. 104. Col. 2. §. 8.

S E C Ç Ã O 6.^a

Divisão da Pensão decursa entre o Transferente, e Translatario.

§. 181.

Tondut. de Pension. Cap. 27. a n. 2. decide, *ut ibi* = Unde infertur, quod facta Translatione, divisio fructuum Pensionis inter Transferentem, et Translatarium non debet fieri juxta formam L. Divortio ff. solut. matr. L. Defuncta ff. de Usufr.; quia dictæ leges, nec non resolution Caccialup.... et Gigant.... Loquuntur in actu necessario, videlicet, quando Pensio extinguatur per mortem Pensionarii: nos autem versamur in actu voluntario; inter quos fieri debet differentia: nam Transferens nulla facta reservatione ratæ Pensionis, censetur illam donasse; quod non ita est in eo, qui desinit fructus percipere propter mortem supervenientem; tunc enim nullus intervenit actus Transferentis; sicut etiam in

“terminis L. Divortio: licet enim per mortem actio
 “extinguatur, nullus tamen intervenit actus ex parte
 “morientis: idcirco in Translatione integer terminus
 “sequens Translationem spectat ad Translatarium, si
 “Transferens nihil sibi reservavit, atque ita decisum
 “fuit per Rotam, etc.,

E ainda que o mesmo Tondut. no n. 10. refere
 opinião contrária; elle no n. 14. sustenta a primeira,
 com bellas razões confutadas as contrárias; e tambem
 no seu Tract. de Benefic. P. 1. C. 22. n. 5., aonde
 com muitos DD. e Decisões, segue o mesmo, *ut ibi* =

“Rota vero Romana post varias super hac Quæs-
 “tione deliberationes, tandem hac distinctione du-
 “bium terminavit; quod aut Pensio per actum volun-
 “tarium, veluti per Translationem cessavit; aut per
 “actum necessarium, veluti per obitum Pensionarii.
 “Primo casu, quia is, qui cedit, seu transfert Pen-
 “sionem, nihil sibi reservasse censetur, ideo tota Pen-
 “sio ad cessionarium, seu Translatarium pertinet. Se-
 “cundo vero casu pro rata temporis ad hæredes Pen-
 “sionarii transit.,

Confira-se Antonell. de Temp. Leg. L. 1. C. 47.
 n. 12. Sabell. §. Pensio n. 14.

S E C Ç Ã O 7.ª

*Translação da Pensão, não quanto ao seu Di-
 reito essencial; mas, e como cessão, só
 quanto á sua commodidade.*

§. 182.

Propõe Torr. de Pact. futur. Success. L. 3. C. 8.
 n. 40. esta Questão, e a decide assim “Sciendum est,
 “Pen-

“ Pensionum commoditatem, esse in nostro commer-
 “ cio, sicut quælibet alia res mere temporalis; et per
 “ consequens, posse cedi, alienari, donari, aut alio
 “ quocumque modo obligari, et in alium transferri,
 “ sine ullo Sedis Apostolicæ Beneplacito, Lotter. de
 “ Re Benef. L. 1. Q. 42. a n. 23., Garcia de Benef.
 “ P. 1. C. 5. n. 29., Salgad. in Labyr. Creditor.
 “ P. 1. Cap. 43. n. 47., Olea de Cess. jur. T. 3.
 “ Q. 1. n. 12. Barbos. de Jur. Eccles. Lib. 3. C. 11.
 “ n. 20., etc. Sequestrari potest pro debito, Luc. de
 “ Pens. Disc. 68. n. 26. Imo, et fructus Beneficii, et
 “ eorum commoditas hypothecantur et alienantur lici-
 “ te ad vitam Beneficiati, Abb., etc. „

“ Pensionarius autem cedens commoditatem Pen-
 “ sionis retinet in se Titulum, et ejus morte, non ces-
 “ sionarii, expirat Pensio; imo nec transfert jus exi-
 “ gendi Pensionem, in hoc enim consistit ipsa Pensio,
 “ quæ non potest auctoritate propria, et sine Papa in
 “ alium transferri; sed solum cedit, et dat facultatem
 “ exigendi fructus Pensionis, tanquam ad se pertinen-
 “ tes, Gabr. Cons. 162. n. 8. L. 2., Tondut Quæst.
 “ Benefic. L. 1. C. 35., Lotter. de Re Benefic. C. 43.
 “ n. 46., etc. „

Confirmação-se Rigantio á Regra 45. da Chancellaria §. 2. n. 32. e 33., aonde com Fagnan., o Card. de Luc., Tondut., Rocc. Selectar., Garcia de Benefic., Lotter. de Re Beneficiar., Piring. in Jus Canon., Vintrigl. in Prax., Piton. e varias decisões da Rota, segue o mesmo, *ut ibi* =

“ Quemadmodum commoditas percipiendi Pensio-
 “ nem, quæ nihil spirituale, vel spiritualitati adne-
 “ xum habet, libere cedi, transferri, et alienari potest
 “ absque consensu Titularis, et sine Apostolico bene-
 “ placito, ad differentiam cessionis, seu alienationis
 “ ipsius Pensionis, quæ saltem spirituali est adnexa,
 “ quæ-

“quæque citra labem Simoniae absque Pontificis auctoritate alienari non potest.,,

§, 183.

Adverte porém Luc. Ferrar. verb. Pensio n. 101. que “Dato etiam, quod vendere fructus Pensionis, “retento adhuc Titulo, non sit simonia; tamen hæc “venditio non potest ad totam vitam et pro longo “tempore fieri sine Beneplacito Apostolico, cum de “de stylo Curiae, qui facit legem, et vigore Constitutionis S. Pi. incip. Ex proximo, non possit Pensio “vendi, aut redimi sine auctoritate Papæ, et sit contra Extrav. Ambitosæ de Reb. Eccles. non alien., “cujus vigore fructus Pensionis non posse vendi vel “locari ultra triennium defendunt Navarr.... Less.... “Garcia.... Ventrigl; et alii. Unde tenentes fructus “Pensionis, et commoditatem posse vendi, intelligenti sunt, et admittendi solum per triennium, et non “ultra secundum dicta per Garciam, et Ventrigliam “Loc. cit.,,

Assim também com os mesmos, e outros DD. Pacion. de Locat. Cap. 14. §. 5. n. 5. e 6.; porém o mesmo Pacion. a n. 7. declara essas doutrinas, ou as declina, *ut ibi* =

“Verum licet Beneficiatus non possit locare fructus Beneficii, nec Pensionarius fructus Pensionis Ecclesiasticæ, ultra triennium, potest tamen uterque “se personaliter obligare ad dandam commoditatem “percipiendi fructus ultra triennium.... Hæc est cautella ut valeat iste contractus.... Et licet, quod locari etiam valeat jus ipsum percipiendi Pensionem, “aui posse videatur ex traditis C. 4. n. 10., ubi “fuit dictum juxta magis communem opinionem, quod “locatio juris percipiendi non sit alienatio, et ultra “ibi citatos in proposito, quod commoditas percipiendi Pensionem libere cedi possit, tradunt Salgad. in La-

“Labyr. Cred. P. 1. C. 43. n. 8. et 23. Gregor.
 “Dec. 440., etc. Tamen cautius erit procedere per
 iam dictæ obligationis personalis, vel constructio-
 “nis Procuratoris irrevocabilis ad exigendam Pensio-
 “nem, prout tradit Lotter. de Re Benef. L. 1. Q. 4.
 “n. 19.; vel quatenus locetur commoditas ipsa, vel
 “jus percipiendi Pensionem expresse cavere, quod do-
 “minium non transeat in conductorem.... Imo, et
 “in ipsismet rebus, quæ consistunt in solo jure per-
 “cipiendi, prout est Pensio, fit distinctio inter jus
 “formale, et jus causale, quod nuncupamus commo-
 “ditatem; et istud potest transferri etiam in laicum
 “absque Beneplacito, ut bene distinguit Lotter. de
 “Benef. L. 1. Q. 42. n. 15. et 22. Rot., etc.,

§. 184.

Para se vir no conhecimento, se se transferio o
 Direito essencial, ou só a commodidade, se devem
 ponderar as clausulas da cessão (ainda no caso, em
 que o Pensionario tem Indulto para transferir por hu-
 ma simples Cedula), Luc. de Pension. Disc. 70. a n.
 6. ad 6., et de Pens. ad ornat. Constit. Innoc. XI.
 Cap. 14. a n. 10.: E em dúvida, sendo morto o Pen-
 sionario que por Indulto transferio a Pensão, se deve
 decidir em favor do Titular, Luc. d. Disc. 70. n. 8.
 9. 10.; e sendo vivo o Translatario, ou Pensionario,
 se deve em dúvida julgar, que só cedeo a commo-
 didade, e não o Direito essencial da Pensão, ex tradi-
 tis per Oleam de Cess. jur. T. 3. Q. 1. n. 12.

Nota: Vejo a Constituição de Benedicto XIV.
 datada em 1741., transcripta em Rigrant. a Repr.
 45. pag. 383., Tom. 3. em que se prohibem as
 cessões do commodo de exigir os fructos e red-
 ditos dos Benefícios, te lãõ, cu não terhão o
 onus de residencia, e toda outra especie d'aliena-
 ção

ção sobpena de nullidade, excommunhão, etc.: Porém noto 1.º, que repetidas vezes falla dos Benefícios Ecclesiasticos; e já vimos no C. 4., que as Pensões, que não são constituidas a Titulo de Beneficio, não são Benefícios, nem se comprehendem na sua nomenclatura, e ainda menos no que he odioso. 2.º, as mesmas razões da dita Constituição só são adaptaveis aos proprios Benefícios. 3.º Ella mesma, ainda quanto aos redditos dos Benefícios, só prohibe as vendas, cessões, e alienações vitalicias, ou *ad longum tempus* (que em sentido juridico são dez annos e cessa ainda mais a doutrina de Ferrar. transcripto (§. 183.); e nem ainda nos Benefícios propriamente taes, prohibe as cessões, e alienações das commodidades por tempo até nove annos. 4.º, Quando por identidade de razão (que nas Pensões se não póde dar) se ampliasse as alienações e cessões das nossas Pensões, só ficarião prohibidas as *ad longum tempus*.

§. 185.

Sendo pois permittidas, nos termos que ficão expostas, as cessões e alienações das commodidades das Pensões; restão ainda aqui a decidir duas Questões: 1.ª, a que propõe, e decide com os DD. Torr. de Pact. futur. Success. L. 3. C. 8. n. 79. et 80., *ut ibi* =

“An qui cessit jus exigendi Pensionem possit
 “eam in alium transferre, vel extinguere? Breviter
 “cum distinctione respondeo: aut Pensionarius simpliciter consignavit suo creditori fructus, et commoditatem Pensionis, ut ex ea satisfaceret; et hoc casu
 “extinguere potest; aut ultra simplicem assignationem
 “constituit cessionarium Procuratorem irrevocabilem
 ad

“ad exigendam Pensionem; et tunc non valet ullo pacto
 “extinguere, aut in alium transferre; quia hoc casu
 “retinet purum titulum, qui est omnino inefficax, ut
 “in puncto (quidquid dicat Fagnan. in Cap. Ad
 “audientiam n. 96. de Rescript.) examinato articulo
 “probant Salgad. in Labyr. Cred. P. I. C. 43. per-
 “tot.; cujus doctrinam sequitur, et canonisat Rot...
 “Loter., etc.

E ainda que o Card. de Luc. de Pens. Discurs.
 68. com os mesmos Lotter., Salgad., Tond., e outros
 siga a mesma distincção no caso em que cesse a frau-
 de entre o Pensionario e o Titular; comtudo Carolos
 Antonio de Luca no seu Specileg. de Cess. Jur. et
 Act. Q. 9. n. 2. e 3. deliberou *ut ibi* =

“An Pensionarius cedens commoditatem Pensio-
 ‘nis possit deinde illam extinguere seu remittere?
 ‘Lotter.... Salgad.... volunt non posse Pensionarium
 ‘extinguere in præjudicium Creditorum, et judicavit
 ‘Rot. etc. Verius cæterum est, et in praxi receptum,
 ‘Pensionem sinè Licentia Apostolica posse extingui
 ‘in præjudicium Creditorum, et cessionarii, et Pro-
 ‘curatoris perpetui Amayden. de Styl. Datar. C. 27.
 n. 14. cum distinctione, ut si velit cassare gratuito,
 potest coram Notario, et testibus: Si recepto pre-
 tio, opus est recurrere ad Datariam; et tunc Credi-
 tores vel Cessionarii Pensionis sæpé recurrunt ad Da-
 tariam ad impediendam Pensionis extinctionem. *
 Dependet enim a voluntate Datarii, an velit, quod
 extinctio approbetur per Papam, an non; quia cum
 Cessio fuerit facta inter ipsas Partes, non tenetur il-
 lis succurrere nisi ex quadam æquitate, Tondut.
 de Pension. Cap. 21. n. 28., Card. de Luc. de Pen-
 sionib. Disc. 68. „

Quid

* Quid , se os Credores ou Cessionarios o ignorarem, e se não oppõem na Dataria? Será por ventura da intenção do Datario , ou do Papa prejudicállos em hum Direito , que lhe não he presente, e que ignorão? Lá está a Regra 18 da Chancellaria = *De non tollendo jus quasi-tum* = que commentou Rigancio: Por outra parte: Qual será o Pensionario , que depois de cedida a commodidade da Pensão , cessão valida por Direito; se proponha extingui-la sem espirito de fraudar seus Credores ou Cessionarios? Esta fraude sempre se deve detestar ex Card. de Luc. de Pens. Disc. 68. n. 18.: O Tractadista Tondut. Cap. 21. an. 25. tractou a mesma Questão: Elle faz a distincção entre a extincção graciosa; e a onerosa por preço: Sente que na graciosa não póde deixar de intervir fraude: Não confuta Salgado , e Oleo , em quanto permitem a acção Revocatoria ao Credor fraudado; mas por fim afferra-se ao estilo da Curia attestado no n. 27. e 28. , d'onde o plagiou o transcripto Carolos Anton. de Luc.

§. 186.

2.^a Questão : Se o Pensionario , que cedeo a Commodidade da Pensão , a perde por culpa propria, como casando-se; passando á Milicia, etc.; quaes recursos restão ao Credor Cessionario da Commodidade? O mesmo Carolos Anton. de Luc. d. Q. 9. n. 6. et 7. (com o Card. de Luc. de Pens. Disc. 69.) discorre assim.

“ Si post quam Pensionarius commoditatem alteri
 “ ni cesserit , matrimonium contrahit , seu habitum
 “ Clericalem dimittat , aut delictum committat capi-
 “ tale , ob quod Capite plexus sit , pensio extin-
 “ tur;

“tur; attamen inquirendum est; an Cessionarius actio-
 “nem habeat de evictione Cedentem? Videtur negan-
 “dum, si matrimonium contrahat; quia juxta natu-
 “ram Pensionis est, ut per matrimonium extinguatur,
 “vel per dimissionem habitus, vel per mortem: quan-
 “dó evictio sequitur ex natura sua, tunc illa non præ-
 “tatur. Margil. de Evict. q. 118., etc.

“Oppositum suadet ex eo, quod etsi non
 “præstetur evictio, ubi ex morte naturali cedentis,
 “vel alio casu non culposo, extinctio, vel devolutio
 “sequitur, nam dicitur evictio oriens ex natura rei:
 “bené tamen præstatur ubi extinctio, vel alter casus
 “Cessionis provenit culpa, et facto cedentis, quam-
 “vis ad casum non directé ordinato ... Ita Cardin:
 “de Luc. de Pens. Disc. 69., ubi ita defendisse ait
 “pro Cessionario commoditatis Pensionis contra hæ-
 “reditatem Cedentis, qui ob delicta patrata capite
 “plexus fuerat Certius, quando cedens promisit
 “non fecisse, nec in futurum facere ut non cesset
 “commoditas Pensionis, nisi per obitum ipsius Ce-
 “dentis.,,

Nota: Na cessão da commodidade da Pen-
 são, em que se não póde ceder, nem se suben-
 tende cedido o Direito essencial da Pensão (ut
 a §. 182.): só se póde verificar huma propria
Assignação, e não *cessão* de todo o Direito
 competente ao Cedente, e de toda a acção di-
 recta e util; e fica aqui applicavel o muito que
 magistralmente discorreo Stryk. us. mod. Pand.
 L. 18. Tit. 4. a §. 14., 24., 26., 43., 50.;
 para ter o Cessionario indubitavel regresso con-
 tra os bens do Cedente; sem necessidade de re-
 correr aos abstractos fundamentos dos dous Lu-
 cas.

Se se impetra a Extincção da Pensão por pacto com o Titular , ou o Pensionario lha cede gratuitamente ; se esta extincção prejudica ao Credor , a quem a Commodidade e Pensão estava hypothecada , se verá no fim do Cap. 24.

P A R T E III.

Extincção da Pensão.

C A P I T U L O XVII.

*Extincção da Pensão por morte do Pensionario:
Divisão da Pensão entre os Herdeiros d'elle,
e do Titular.*

S E C Ç Ã O I.ª

Extincção por morte.

§. 187.

HE sem dúvida , que a Pensão se extingue por morte do Pensionario , ainda que tivesse transferido a outro a simples commodidade della ; bem como se extingue pela morte do Translatario , Luc. de Pension. ad ornat. Const. Innoc. XI. Cap. 13. n. 5.

§. 188.

Se porém condemnado á morte Civil o Pensionario com sequestro e perda dos bens , se extingue totalmente a Pensão , e fica livre della o Beneficio ? disputa largamente o Card. de Luc. de Pens. Disc 49 , e defende que sim : Ampliando ao caso , em que o assim condemnado em contumacia , passado o anno , obtem restituição de Graça , e não de Justiça ; porque a restituição por Graça não faz reviviscar a Pensão

em prejuizo do Titular, que tinha Direito adquirido á extincção (o que se confirma com as doutrinas de Peg. Tom. 1. a Ord. pag. 97. n. 13.): Não assim, sendo a restituição de Justiça, veja-se Luc. de Pens. ad ornat. Constit. Cap. 13. n. 5. Confira-se Salgad. de Reg. Protect. P. 4. C. 9. n. 178.; concorda Tondut. de Pens. Cap. 74. n. 21., aonde tambem distingue, que o restituído por Graça não recupera a Pensão extincta pela morte Civil.

Nota: “Sed quidquid sit de præmissis;
 “Pensiones Eclesiasticas illius, qui ad vitam con-
 “demnatus est ad triremes, non vacare dicit Mo-
 “denus Amayden. de Styl. Datar. Cap. 16. §. 6.
 “n. 20., dicens, quid quid sit de Beneficiis,
 “non vacare Pensiones illius, qui ad vitam con-
 “demnatus est ad triremes: Et ita sæpius signa-
 “turam rescripsisse., Ita Tondut. de Pens. Cap.
 25. n. 33.: An Confiscatis bonis Clerici, Pensio
 etiam sit confiscata? Vide Tondut de Pens. Cap.
 25.

S E C Ç Ã O 2.ª

*Divisão da Pensão, ou rateio entre os Herdeiros
 do Pensionario, e o Titular.*

§. 189.

Neste Artigo ha aquella variedade de opiniões, que refere Begnudell. Verb. Pensio n. 17. *ibi* =

“Quæres ulterius; an Pensiones debeantur hæ-
 “redibus Pensionarii pro rata temporis? vel potius
 “pro rata fructuum perceptorum? Garcia... tenet de-
 “beri pro rata temporis, quo vixit Pensionarius...
 „Sed

“Sed Rota tenet deberi pro rata fructuum secuta...
 “Ita ut si omnes fructus tempore Pensionarii percepti
 “fuerint, tota Pensio debeat heredibus illius; si ve-
 “ró tantum pars fructuum ante Pensionarii mortem
 “fuit percepta, pars Pensionis dumtaxat debetur hæ-
 “redibus Pensionarii; quamvis enim solutio regulari-
 “ter solcat destinari in duobus terminis, id fit tantum
 “gratia commodioris exactionis, et quod attendi de-
 “beat ratio temporis: Quare, si ante mortem Pensio-
 “narii fructus fuerint percepti, hæredibus illius pen-
 “sio debetur, quamvis nondum advenerit dies Pen-
 “sionis exigendæ. Est autem integra fructuum col-
 “lectio, quæ fit in anno incipiendo a die reservatæ
 “Pensionis usque ad eundem diem anni sequentis. Si
 “vero fructus percipiuntur dictum, tunc Pensio est sol-
 “venda pro rata temporis: Si veró fructus tempore
 “mortis Pensionarii nondum fuerint percepti, sed pen-
 “dent; tunc Successor ad nihil tenetur, sed Pensio
 “ad ipsum pertinet.,,

Clericat. de Pensionib. Discord. 20. an. 6. refe-
 re quatro opiniões: 1.^a que equiparada a Pensão a ali-
 mentos, que se vence anticipadamente; basta que
 o Pensionario morra depois de principiado o anno
 (contado do dia da data da Graça) para vencer e
 transmitir a seus herdeiros a Pensão de todo o anno;
 citando por esta opinião Rebuff; Garcia, e outros.

2.^a Questão: A Pensão se vence pelo Pensiona-
 rio por ametade, se chegou a viver até o S João des-
 se anno; e que a transmite a seus herdeiros: Esta
 opinião segue também o nosso Valasc. de Partit. Cap.
 36. n. 21.

3.^a Questão: Que contado o anno do dia da da-
 ta da Graça, e sendo, como ordinariamente costumava-
 ser, a Pensão em dinheiro; esta como fructus civilis
 se vence pro rata temporis entre os herdeiros do Pen-
 sio-

sionario, e Titular; citando Noalis, Tondut., e outros: Esta opinião, que Clericat. diz provavel, tambem a refere o nosso Valasc. de Partit. Cap. 36. n. 19., e a segue Guerreir. Tr. 2. L. 2. C. 7. n. 33.

4.^a "Solvendam esse Pensionem hæredibus Pensionarii defuncti pro rata fructuum a Titulari perceptorum Pensionario vivente; adeo ut, si ipse Pensionarius obierit ante collectionem fructuum nihil transmittat ad suos hæredes; e ratione, quia Pensio est pars fructuum Ecclesiæ, et hi ab Ecclesiasticis non acquiruntur, nisi sint collecti, id est a solo separati; et in horreo reconditi. Hanc opinionem esse omnino servandam voluit Monald... Gig... Gratian. Garcia... Marecot... Antonell... Noalis... Card. de Luc... etc., Itá Clericat. n. 14., 15., 16.

Destas opiniões a 1.^a e 2.^a. São totalmente reprovaveis, Clericat. n. 17. A 3.^a diz Clericat. "Sequendam tanquam magis æquam,, : A 4.^a diz Clericat. "amplectendam veluti magis veram., Passa no n. 18. reprovav os fundamentos da 1.^a e 2.^a destas opiniões. Quanto á 3.^a diz que "Censetur innixa maiori æquitate : Cum enim Pensio per Papam sit reservata in pecunia sapit naturam fructuum Civilium, et hi maturantur, et lucrantur de die in diem, Noal. de Transmiss. Cas. 71. n. 3. Luc. de Pension. Disc. 28. n. 6. Ergo æquum est, ut moriente Pensionario, ejus hæredes consequantur Pensionem pro rata temporis a die reservationis usque ad diem mortis illius.,

E quanto á 4.^a opinião : Diz Clericat. n. 20. "Quarta nihilominus opinio de jure reputatur verior, quia Pensio, etsi reservata in pecunia; tamen est pars fructuum Beneficii; et sicut hi non debentur hæredibus Beneficiarii; nisi ante ejus obitum fuerint recollecti, et in horreo positi; ita neque Pensio solven-

“ven est hæredibus Pensionarii, si iste mortuus sit ante fructuum collectionem; non attenta quavis æquitate, cum in solutione Pensionum judicandum sit de rigore Juris: etc.” E ao seu proposito, depois destas ponderações, conclue Clericat. n. 23. 24. e 25., dizendo o racional arbitrio de composição que fez entre os herdeiros do Pensionario, e Titular: e finalmente vem a concordar com Luc. de Pens. Disc. 24. 25. e 28.

CAPITULO XIX.

Extingue-se, ou perde-se a Pensão, se se exige antes de passadas as Letras.

§. 190.

JÁ disse no Cap. 14., que a Pensão se perde e se extingue se se exige e recebe antes de expedidas as Letras: Porém entra aqui a difficil Questão: *Si Pensionarius promotus sit ad Episcopatum cum Dispensatione super retentione Pensionis (§. 173.) eam exigit ante expeditas Litteras ejusdem retentionis: Utrum ex tali exactione Dispensatio remaneat invalida, et Pensio extinguatur?* Esta Questão disputa Clericat. de Pens. Discord. 7., expondo pela negativa sete fundamentos desde o n. 16. até 28.; desde o n. 29. mostra pela affirmativa oito razões; e desde o n. 43. sustenta *in utroque foro* esta opinião affirmativa com muitos e graves DD., e o segue Rigant. ad Reg. 1. §. 7. n. 63. et ad Reg. 52. n. 47. É ainda que depois se passadas as Letras não revivisce a Pensão extincta, Rigant. ad Reg. 52. n. 44. (V. o Cap. 23 no fim; e o Cap. 9. §.)

CAPITULO XX.

Extingue-se a Pensão imposta em Beneficio pleno, se se não mostra realmente paga pelo Titular em quanto vivo, e todos os annos ao Pensionario, maxime se era proximo Consanguineo.

§. 191.

ENtre as mais clausulas com que se formalizão as Bullas de Pensão imposta em Beneficio pleno, clausulas que largamente analysou o Card. de Luc. de Pension. ad ornat. Constitut. Innoc. XI. Cap. 8.; huma dellas, ex Clericat. Discord. 14. n. 6. he esta “Volumus autem, quod si dictus N. Titularis, et Beneficii possessor in ejus vita, et quamdiu dictum Beneficium obtinuerit, hanc Pensionem vere et realiter non solverit cum effectu, dicta reservario sit nulla ipso jure,, Sem semelhante Clausula transcreve Barbosa. Vot. 5. n. 1., e Tondut. de Pens. C. 3. n. 5.

§. 192.

Pelo odiosissimo de semelhantes Pensões impostas pelos Titulares nos Beneficios plenos em favor de proximos Consanguineos, ou íntimos amigos; pela presumpção da simulação e fraude em prejuízo dos Successores no Beneficio, pela força e energia das palavras da dita Clausula; se assentou na Curia Romana, e nas muitas Decisões, que refere o citado Barbosa. an. 30.; que para essa prova da Solução da Pensão em todos os semestres, em todos os annos da vida do Titular, nem bastão Confissões, nem quitações do Pensionario: mas he necessário, que cada huma de todas essas Soluções se prove por Escriptura publica em que o Notario e testemunhas vejam e atestem

a effectiva numeração e recepção dos pagamentos, D'outro modo ficando a Pensão ipso jure extincta: não pôde o Pensionario proceder contra o Successor do Beneficio sem desempenhar esta rigorosa prova: Vejaão-se Agostinh. Barbos. Vot. 5. tot, o Cardeal de Luc. Pens. ad ornat. Constit. Innoc. XI. Cap. 8. an. 6. Clericat. de Pension. Disc. 14. an. 3. Tondut. de Pens. Cap. 3. n. 8. Torr. de Pact. futur. Success. L. 3. Cap. 8. an. 60., os quaes e outros DD. amplião, que o exposto procede ainda mesmo, que o Successor do Beneficio na sua impetra narrasse estar elle gravado com Pensão; porque por tal narrativa não foi visto approvalla; só a confessa como imposta, mas não como válida, etc.

§. 160.

Porém este rigor se entende quando o Pensionario procede contra o Successor no Beneficio; quando porém contra o mesmo, que em seu favor impoz a Pensão; cessando aqui as razões intrinsecas da dita Clausula; pôde o Pensionario proceder contra elle com qualquer prova da posse, sem que o Titular mesmo, que impoz, e consentio a Pensão possa objectar tal defeito, e a propria torpeza Tondut. de Pens. Cap. 3. an. 6. Rot. Roman. in Mantiss. ad Card. de Luc. Liv. 13. Decis. 78. an. 2.^o *ibi* =

“Objectum siquidem officere non valet in præ-
 “senti hypothesi; quia quæstio non incidit inter Pen-
 “sionarium, et Successorem Titularis, qui consensum
 “præstitit reservationi; nam tunc juxta auctoritates
 “pro objecto allegatas, nisi ex publicis Instrumentis
 “constaret de actuali integra numeratione pecuniarum
 “debitarum pro terminis decursis, decretum irritans
 “appositum in Litteris Apostolicis operaretur Pensio-
 “nis revolutionem; sed vertitur inter Propatruum Ti-
 “tularem consentientem, et Pronepotem, quo casu,

“ex quo decretum præfatum qualificat Gratiam res-
 “pectu Successoris, ac Beneficii, ut in individuo res-
 “pondit Rot... non relevatur idem Titularis à solu-
 “tione, et si nullos terminos persolverit; nam cessan-
 “te ratione prohibendi, quæ, ut dixi, indemnitàtem
 “dumtaxat Successoris respicit, consequens est, ut de-
 “ficiat ipsamet prohibitio, etc.

“Rationem verò prohibendi fuisse tantum inde-
 “mnitàtem Beneficii ac Successoris in illo, triplici ar-
 “gumento suadetur; et primo quidem, quia cum Pen-
 “siones istæ Beneficio pleno ut plurimum reservari so-
 “leant favore sanguine conjunctorum, nec non ami-
 “corum; ideo ad eradicandas fraudes, et collusiones
 “quæ de facili committi possent, juxta stylum Ro-
 “manæ Curiae adjici semper in Litteris Apostolicis con-
 “suevit memoratum decretum annullativum ad hoc,
 “ut Pensio verè realiter, et cum effectu persolvatur
 “Gonzal... Tondut... Card. de Luc... Undè æquum
 “non est, quod decretum illud opituletur Titulari re-
 “servationi consentienti, vel quia ob non factas præ-
 “stitutis temporibus solutiones, oritur præsumptio si-
 “mulationis usque a principio, et elicitur animus sup-
 “plantandi Successores, et sic Ille impugnando ex
 “hoc capite Pensionem videtur fateri propriam tur-
 “pitudinem, et aperam simulationem, quæ ubi habet
 “admistam fraudem, in jure non toleratur, neque po-
 “test allegari a Simulante, etc.

“Vel etiam, quia si à Pensionario urgeri nequi-
 “ret ad promissam Pensionis solutionem, sequeretur,
 “quod ab ejusdem arbitrio absolute penderet validi-
 “tas, vel invaliditas reservationis, quod neutiquam est
 “permittendum, etc.

“Secundo, quia licet virtute dicti decreti requi-
 “rantur effectivæ solutiones factæ à Titulari consen-
 “tiente reservationi ex insinuato motivo obviandi frau-

“dibus, quibus persæpè materia hæc obnoxia esse re-
 “peritur; nihilominus sola confessio de recepto, alio-
 “quin insufficiens ad gravandum Successorem prodest
 “Pensionario agenti contra eundem Titularem, quod
 “apprimè ostendit vim decreti irritantis Titulari, con-
 “ditionem implere debenti, ac recusanti non suffraga-
 “ri, illudque esse appositum in gratiam Successoris in
 “gratiam Successoris in Beneficio, cui Pontifex con-
 “sulere intellexit, etc.

“Tertio, demum ex eo quia recensitum decretum
 “appositum in Litteris Apostolicis non simpliciter
 “disponit, et annullat Pensionem, si Titularis non sol-
 “vit, sed resolvitur in modum Limitatum; ita ut quam-
 “diu Titularis vixerit, et Rectoriam retinuerit, con-
 “ditio existat in statu valido, et ob eam gravetur, ut
 “in puncto dixit Rot... proptereaque, ne jus exin-
 “de Pensionario quæsitum efficiatur inutile, actionem
 “sibi competentem poterit semper experiri: Quod si
 “contrarium dicendum esset et hujusmodi jus Titula-
 “ri vivente non esset exercibile, etiam in illius vi-
 “ta contra Pontificis mentem Pensio extinguì posset,
 “etc.,,

§. 194.

Aquelle rigor das provas da Solução em toda a
 vida do Titular, que no seu Beneficio pleno impoz,
 e consentio a Pensão (§. 191. , 192.), o moderou o
 Card. de Luc. do Pens. ad ornat. Const. Innoc. XI.
 Cap. 8. n. 12. 13. 14. dizendo “Super ista vero pro-
 “batione solutionis veræ et effectivæ, quamvis D D.,
 “loquendo pro frequenti usu, ac pro maiori, ac tu-
 “riori cautella, præsupponant illam sequi debere per
 “publicum Instrumentum, quod contineat veram, et
 “effectivam numerationem pecuniæ coram Notario,
 “et testibus, nihilominus non videtur ista proba-
 “tionis forma precise, et taxative desiderata, sed se-
 “qui

“ qui potest etiam per depositionem testium , aliasque
 “ species probationis , quæ concludens , est perfecta di-
 “ ci valeat.

“ Rigor item istius decreti adjicij soliti super con-
 “ cludenti probatione veræ , et effectivæ , et integræ
 “ solutionis omnium terminorum , adeo extensus est ,
 “ ut capiat etiam illos terminos , qui maturant de tem-
 “ pore in quo Titularis Pensionis debitor nullos per-
 “ cepit fructus , ex quibus hanc solutionem facere de-
 “ bet, etc.,.

Nota : No mesmo Card. de Luc. de Pen-
 sion Disc. 6. 7. 8. 9. 84. 90. , se verão varias
 hypotheses , em que o mesmo Cardeal por outras
 provas , e adminiculos urgentes defendeo satisfei-
 ta a Clausula referida em favor dos Pensionarios
 contra os Successores nos Beneficios apezar das
 objecções destes e de não haverem aquellas rigo-
 rosas provas por Escripturas , etc. Confirma-se tam-
 bem Tondut. de Pensio. Cap. 50. an. 5.2.

C A P I T U L O XXI.

*Quando se extingue a Pensão por Crimes , ou Irre-
 gularidades dos Pensionarios.*

§. 195.

“ **N** On alia in jure leguntur crimina , quibus perda-
 “ tur Pensio Beneficiaria , quam ista. 1.º Hæresis , Cap.
 “ 9. de Hæret. . . 2.º Sacrilegium in Cardinalis perso-
 “ nam quoquo modo commissum , C. 5. de Pæn. in
 “ 6.º . . . 3.º Sacrilegium in personam Episcopi quo-
 “ quo modo commissum , Clement. 1. de Pæn . . . 4.º

Obs-

“Obstinata in concubinato perseverantia, Cap. 14.
 “Sess. 25. de Reformat.... Ex relatis sub hac Regu-
 “la casibus, primus et quartus solos respiciunt Cleri-
 “cos; cæteri tam Laicos quam Clericos., Assim Gi-
 bert Corp. Jur. Canon. Tom. 3. de Benefic. Tit. 9.
 Sec. 7. Rég. 32. pag. (mihi) 103.

§. 196.

O Cardeal de Luc. de Pénson in summ. n. 64.
 diz mais amplamente “Per ea vero crimina Pensio
 “Ecclesiastica amittitur, per quæ resultat vacatio Be-
 “neficiorum, quorum jure in proposito illa regulan-
 “tur; ideoque si crimen aptum non est ad Beneficio-
 “rum amissionem, multo minus ad illam Pensionum.
 “In Beneficio autem ea solum crimina hunc effectum
 “ipso jure causant, in quibus ita expresse in-jure sta-
 “tutum; puta ob Simoniam, Sacrilegium, Stuprum
 “Monialis, falsificationem Litterarum Apostolicarum,
 “hæresim, assassinium, et similia; de quibus in Benefi-
 “ciorum sede; secus autem pro aliis, in quibus id sta-
 “tutum non sit, quamvis de homicidio voluntario aga-
 “tur, vel simili delicto inducent quidem justum moti-
 “vum, ut Judex in pœnam hanc privationem decerne-
 “re valeat.,

Nota: Estes e outros casos, em que o Be-
 neficio se perde ipso jure, se podem ver em Luc.
 Ferrar. Verb. Beneficium Art. 7. an. 32., Osor.
 de Patron. Reg. Resol. 38. an. 27. “Plures ta-
 “men sunt casus in quibus ob diversa delicta quis
 “non est ipso jure privatus sed venit privan-
 “dus per sententiam; prout est homicida, pu-
 “blicus Concubinaris, Sacrilegus, Incendarius
 “perjurus, banitus, et alii, etc. Osor. supra
 “n. 66.,

Quan.

§. 197.

Quanto aos Pensionarios incursos em Irregularidade : Eis-aqui o que diz e prova Luc. Ferrar. verb. Pensio. n. 57. "Irregularis, quod sit incapax obtinendæ, et retinendæ Pensionis, tenent Barbos. . . Ugo-
lin. Zerol. Sayr. Avil. ab eo citati, Ven. rigl. Tom.
"2. Annot. 11. §. 2. n. 20. At quod Irregularitas
"non causset amissionem Pensionis, tenet expresse Card.
"de Luc. de Pens. Disc. 47. n. 11. dicens, quod ne-
"que homicidium voluntarium, vel aliud crimen quam-
"cumvis majoris Irregularitatis inducivum, hujusmo-
"di effectum producit, citans ad id Rotam in Perus.
"Penson., etc. Et de facto Fagnan. L. 1. Decret. in
"Cap. Ad audientiam 31. de Rescript. n. 134 refert
"Sacram Congregationem Concilii die 11. Junii 1577.,
"et iterum de mente Sanctisimi die 8 Augusti eodem
"anno respondisse, quod Clericus homicida volunta-
"rius, ejusque Socius obtinere, et obtentas retinere
"potest Pensiones absque Dispensatione, non obstan-
"te Cap. 7. Sess. 14 Concil. Trident., et sic tenent
"Leuren. in For. Benefic. P. 3. Q. 640., etc.,

Do Bannido, e condemnado a morte Civil,
já vimos a §. 188.

CAPITULO XXII.

*Extinção da Pensão, que excede 60 Duca-
dos, se o Pensionario não usa
de Habito, e Tonsura.*

§. 198.

Foi determinado na Constituição de Sixto V., que principia *Pastoralis*, a 92.^a datada em 31 de Janeiro

ro de 1589, que todo o Pensionario, que em qualidade de Clerigo percebe Pensão excessiva de 60 Ducados d'ouro da Camera, não uza de Tonsura e Habito Clerical, a sua Pensão, ipso facto sem outra declaração se annulla, e se extingue, Clericat. de Pension. Discord. 8. n. 18., transcrevendo no n. 21. huma Decisão da Rota concebida nestes termos “Justitia Sententiæ contra Pensionarium emanatæ visa fuit
 “satis clara; quia cum Franciscus de Mello ab anno
 “1602. postea usque ad annum 1612. incesserit in
 “habitu sæculari, dimissa ac deserta Clericali Tonsura, Pensio ipso jure remansit extincta, absque alia
 “citatione, aut Judicis decreto juxta dispositionem
 “Constitutionis Sixti. V., (aqui se referem outras muitas Decisões conformes, e continúa esta.) “Incessus autem Francisci in sæculari habitu probatur ex
 “testibus, qui deponunt eum in militaribus Classibus
 “pallio, et ense præcinctum inservisse absque declaratione habitus Clericalis, etc.: Unde sequitur juste
 “per sententiam fuisse pronuntiatum Dominum Archiepiscopum non teneri amplius ad solutionem directæ Pensionis jam extinctæ.”

Confirra-se o Card. de Luc. de Pens. Disc. 48. n. 7. Leuren. de For. Beneficial. P. 3. Q. 742., Ferrar. verb. Pensio n. 72., e o nosso Barbos. de Jur. Ecclesiast. L. 3. C. 11. n. 49., aonde declara, *ut ibi* =

“Requiritur tamen, quod spatio tanti temporis
 “in habitu sæculari incesserit, ut communi opinione
 “reputaretur Laicus.”

O mesmo Barbos. de Jur. Eccles. L. 1. Cap. 40., tratando desde o n. 28. da dita Constituição, declara no n. 32., *ut ibi* =

“Multis tamen modis præfatæ Sixti. V. Constitutiones restringuntur earumque pænæ locum non
 “ha-

“habent, ut in sequentibus Limitationibus. Primo in
 “Clerico, qui semel habitum dimisit; is enim propter
 “unam habitus dimissionem non debet beneficio pri-
 “vari; quia in eisdem Constitutionibus, requiritur.
 “Ut tantum perseveret, quod publice pro laico exis-
 “timetur, etc. „

Nora : Outras Limitações se podem ver no
 mesmo Barbos. d. C. 40. à n. 33. ad 38.

C A P I T U L O XXIII.

Extingue-se a Pensão pelo Episcopado, Profissão Religiosa, Matrimonio, Milicia Secular, Officio de Escrivão; e se o Pensionario, passando a esses Estados, se não prevenir antes com Indulto para continuar em perceber a Pensão. Como deva prevenir-se?

§. 199.

Pelo Episcopado se perde e extingue a Pensão, e ainda mesmo a Faculdade, que o Bispo tinha de transferir a Pensão, nos termos que ficão declarados nos §§. 173. e 174. Conf. Barbos. de Jur. Eccles. L. 3. C. 11. n. 38. Tondut. de Pens. Cap. 73.: Pela Profissão Religiosa também se extingue a Pensão que o Regular havia obtido antes da Profissão. Barbos. supra n. 39. Luc. Ferrar. verb. Pensio n. 63.: Pela morte do Titular que consentio na Pensão imposta pelo Bispo Ridolfin. in Prax. Cur. Roman. P. 2. C. 9. n. 168.

§. 200.

Perde-se e extingue-se a Pensão, obtida em es-

tado Clerical, pelo matrimonio, que depois contrahê o Pensionario ou case com virgem ou viuva, Tondut. de Pens. C. 75. à n. 4. Rigant. ad Reg. 58. Cancell. àn. 1. Luc. de Pensionib. in Summ. àn. 51. Amplia-se 1.º, ainda que o matrimonio só seja contrahido por palavras de presente, sem copula, ou consummação subsequente, Tondut. n. 12., et 13.: Amplia-se 2.º ainda que a conjuge depois do matrimonio rato, eleja a vida religiosa no bimestre, Tondut. n. 16. Amplia-se 3.º ainda que o matrimonio seja nullo. Mas aqui ha huma distincção: Se o matrimonio he nullo, ou porque contrahido sem as solemnidades do Concilio, ou porque contrahido com impedimento Derimente, etc. então perde a Pensão só pelo mesmo facto de contrahir o matrimonio: se foi nullo *ex defectu consensus*, então não a perde; v. Tond. d. C. 75. Rigant. ad Reg. 58. Cancell. àn. 44.: Quid pendente a demanda sobre a validade do matrimonio, defendendo o Pensionario mesmo a nullidade? Vid. Tondut. supra à n. 36. Rigant. n. 46.: Se o matrimonio he contrahido por violencia, por medo, ou por hum fatuo Vid. Tond. Cap. 76.; et ad omnia in hoc §. Vid. Luc. de Pens. in summ. àn. 51. Riddolfin. in Prax. Cur. Roman. P. 2. C. 9. àn. 143., Sabell. §. Pensio n. 20.

§. 201.

Pela Milicia Secular: O Pensionario, que tendo obtido a Pensão em qualidade de Clerigo minorista, se alista soldado, e jura Bandeira; he visto renunciar também o Estado Clerical, e a Pensão, que nesse, e para esse Estado se lhe concedeo, Tondut. de Pens. C. 78.: E isto, ainda que não chegasse a entrar em Batalha; e ainda independente de ser admoestado, que dimitta a Milicia, se quer conservar a Pensão, Luc. de Pens. Disc. 46. à n. 8., Rocc. Selectar. Cap.

191. àn. 5. Piton. Discept. Eccles. 144. n. 17., Rigant. ad Reg. 45. Cancell. §. 2. n. 109. De forma, que, ainda que o Pensionario antes de accusado deixe a Milicia, não recupera a Pensão, que perdeu *ipso jure* pela Milicia, nem torna a reviviscer, Ciarlin. Controv. For. 36. àn. 41. Borbos. de Jur. Eccles. L. 3. C. 11. Subn. 5. Luc. Ferrar. verb. Pension. 59. Torr. de Pact. fut. Success. Dec. 17. àn. 4^o; a menos que os Clerigos (como ha pouco experimentamos) se não proponhão a defeza da Patria, do Reino, da Religião, Luc. de Pension Disc. 46. àn. 13.: Veja-se Barbos. de Jur. Eccles. L. 3. C. 14. àn. 31., aonde declara o exposto neste §.

§. 202.

Se a Pensão se extingue pelo Officio de Escrivão dos Processos civis, e crimes, disputa largamente o Cardeal de Luc. de Pens. Disc. 47.; e apesar das Decisões contrarias, vem a assentar, que a Pensão se não perde pelo exercicio deste Officio. Porém em contrario se vê decidido na Rota Romana post Torr. de Pact. Decis. 212., que sendo Escrivão de Crimes, ainda que per accidens não tenha escrito nelles, perde a Pensão.

§. 203.

Nos casos pois, em que pelo Episcopado, Profissão Religiosa, Matrimonio, e Milicia Secular se perde *ipso jure* a Pensão; o Pensionario, que permuta a mudança de estado, póde impetrar Breve Apostolico para nesse, ou qualquer estado perceber a Pensão; mas deve impetrallo antes que effectivamente passe a diverso estado. Não o cumprindo assim e não se premunindo antes perde a Pensão; e impetrando depois o Breve, he necessario que narre, e relate a precedente extincção, para se lhe conceder, como de

de novo a Pensão; e nos termos, que expõem o Card. de Luc. de Pens. in summ. an. 60. *ibi* =

“Nisi tamen super his omnibus occurratur per
 “Dispensationem Apostolicam, quam Pensionarius re-
 “integra, et antequam amissioni per dictum statum
 “incompatibilem locus fiat, potius, tanquam præser-
 “vativum remedium, per quod occurratur futuro da-
 “mino; ne incuratur, quam per remedium curativum
 “post illud incursum, cum tunc verum onus impo-
 “nere dicatur, novæque reservationis speciem recol-
 “at. ideoque specialem exigit mentionem. Atque si
 “plura sunt impedimenta, super omnibus Dispensa-
 “tio obtinenda est; neque obtenta super uno prodest
 “pro alio, quamvis identitas, ac maioritas rationis
 “accedat.,

Confirma-se mais largamente, e em hypotheses
 particulares o mesmo Luc. de Pens. Disc. 43. an. 5.,
 Discurs. 45. n. 7. Discurs. 75. n. 11.

§. 204.

Sim diz o mesmo Luc. de Pens. in summ. n. 69.
 que “Hujusmodi Dispensatio novum non producit
 “onus; ideoque desideranda non sunt ea, quæ in no-
 “vi oneris, vel Pensionis reservatione necessaria sunt,
 “minasque cessant priores cautiones, ac pacta, cum
 “eadem sit, atque continuet Pensio; ita præservata
 “per obstaculi præventivam remotionem ab ea extin-
 “ctione, quæ alias sequi debuisset., Pois, e como per
 se patet, se entende, quando antes da mudança do
 estado Clerical, e na existencia delle, se impetra pre-
 venivamente novo Breve, para depois perceber a Pen-
 são *in quocumque statu*, ou em tal, ou tal estado:
 Quando porém o Pensionário sem essa prevenção pas-
 sa a diverso estado, e assim exincta ipso jure a Pen-
 são, a impetra depois; ella he como nova; dependen-
 te

te de novo consentimento do Titular , maxime tendõ este protestado a extincção : E sem esse novo consentimento se não concede *Sanatoria* , ou *Perinde valere* Rigant. ad Reg. 45. Cancell. §. 2. n. 102. 103. 104. et 108. (confira-se o Cap. 15.)

§. 205.

Só sim ha aqui huma specialidade : Que supposto a Pensão se não possa exigir *nisi Litteris expeditis* , e se extingue exigindo-se antes (Cap. 19.) ; se esta Dispensa (à §. 203.) se impetra em tempo habilit antes da mudança do estado , e antes de extincta a Pensão ; neste caso diz Rigant. ad Regul. 52. Cancell. n. 45. §. 46. *ut ibi* =

“ Sed si Litteris præfatis jam expedito , obtine-
 “ ret Pensionarius Dispensationem retinendi eandem
 “ Pensionem in statu Conjugali , aut Regulari , eamque
 “ exigeret , non expeditis hujusmodi Dispensationis
 “ Litteris , Pensio non remanet extincta ; quia Decre-
 “ tum super nullitate Pensionis solum apponitur in il-
 “ lius Reservatione , non autem in retentione , eo que
 “ proinde cessant , nullitatis pæna ex vi hujus Regulæ
 “ non inducitur , etc.

§. 206.

Deve em fim aqui notar-se , que esta Dispensa para obter a antecedente Pensão Clerical , depois no estado do matrimonio , só se entende do primeiro , e não do segundo “ nisi talis adsit clausularum , ac ver-
 “ borum amplitudo , quod etiam capiat plura matrimo-
 “ nia , eorumque reiterationem , ” Foudut. de Pens. Cap. 78. n. 38. §. 39. Luc. de Pens. Disc. 45. n. 4. §. 5. Se a Dispensa para perceber a Pensão em certa qualidade de Milícia , se estende a outra , Vid. Luc. de Pens. Disc. 46. : A regra geral he , que toda a Dispensa deve receber interpretação restrictiva , e não ex-
 ten-

tensiva Vid. Luc. de Pension. Cap. 43. § mas confira-se Barbos. Vot. Decisiv. 58.

C A P I T U L O XXIV.

Extingue-se a Pensão pela remissão, renuncia e sessão gratuita em favor do Titular; mas não por compra, ou preço. Quid vero por Transacção entre o Pensionario e o Titular?

§. 207.

“**S** Ciendum est, etiam esse in facultate Pensionarii
 “ sine Licentia Apostolica cassare, remittere, extinguere,
 “ re, et diminuire Pensionem, ex quo talis extinctio
 “ est ad favorem Ecclesiæ, et per eam Beneficia ad
 “ pristinum libertatis statum reducuntur; etiam si fiat
 “ per viam transactionis; dummodo tamen non inter-
 “ veniat pretium, aut pecunia, quia hoc casu saperet
 “ simoniam et sine licentia Apostolica minime per-
 “ mitteretur. In hujusmodi autem diminutione, et ex-
 “ tinctione fieri non potest aliquod pactum, per quod,
 “ vel ob non solutionem residui, vel ex alia causa re-
 “ viviscat Pensio diminuta, aut extincta, etc., Con-
 “ firmão-se Rocc. Selectar. Cap. 49. an. 101.) Assim,
 “ Torr. de Pacto futur. Success. L. 3. C. 8. an. 47.
 “ Quid se o Pensionario tem Creditores, a que em con-
 “ sequência prejudica? V. Rocc. select. C. 49. an. 82.
 “ Salgad. in Labyr. P. 1. C. 43. Tondut. de Benef. P.
 “ 1. C. 35.

§. 208.

Benedict. XIV. pela Bula = In sublimi = datada
 em 1741., transcripta em Riganzio à Regra 45. da
 Chancelleria §. Subn. 182., prohibio o que della sac-
 cou

cou Rigant. à d. Regr. 45. §. 2. Subn. 34. Notá
(a) *ut ibi* =

“Maximum, qui irrepserat abusum resignandi
“Beneficia ad favorem cum reservatione Pensionis, et
“cum arcano, et clandestino pacto eam cassandi, et
“extinguendi, certa conventa pecuniæ quantitate, pos-
“teaque obtinendi signari à Pontifice supplicationem
“pro cassatione, atque extinctione ejusdem Pensionis
“per anticipatas solutiones facienda, præcedenti reti-
“cita conventionè, Pastoralì sollicitudine tollere, et
“penitus abolere cupiens Smùs D. N. Benedictus XIV.
“Constitutione edita.... pactum hujusmodi, veluti
“simoniacam Labem redolens, improbavit, et Gra-
“tiam Cassationis, seu extinctionis Pensionis per an-
“ticipatas solutiones, nulla facta de præcedenti pacto
“mentionè, à Pontifice reportatam, tanquam sobrepti-
“tiam, ab dolosa calliditate obtentam, nullam, irri-
“tam, et inanem declaravit, nonnullis præscriptis pæ-
“nis contra Resignantem, et Resignatarium. Omnes
“eidem Cassationes, et extinctiones Pensionum, etiam
“vigore Supplicationis manu Pontificis signatas, quas
“in posterum intra sex menses a die captæ possessionis
“Beneficii per Resignatarium computandos fieri con-
“tingerit, etiam si nullum præcedens pactum interve-
“nisse inter partes probari possit, tanquam per su-
“breptionem, et fraudes obtentas, revocavit, et abo-
“levit, decernendo insuper, quod sub laudata Con-
“stitutione comprehendantur Cessiones omnes, seu
“translationes in ipsum Resignatarium, aut in aliam
“Personam, commodi, seu utilitatis percipiendi fru-
“ctus Pensionum hujusmodi; nec non alias quascum-
“que Cessiones, Translationes, Resignationes, Ex-
“tinctiones, Abolitiones, quovis modo, titulò, no-
“mine, colore, et auctoritate per anticipatas solutio-
“nes, seu repræsentata pecunia factas intra dictum
“tem-

“tempus sex mensium, et etiam ultra id temporis spatium, dummodo reprobum illud, et detestabile pactum præcessisse constiterit.,,

§. 209.

Quanto á Transacção sobre a Pensão entre o Pensionario, e Titular: Eis-aqui o discurso de Urceol. de Transact. Q. 25. desde o n. 19. até o n. 15.

“Transactio facta super Pensione constituta, seu reservata per aliquem ex causa resignationis beneficii, non tenet, non accedente Apostolica auctoritate; quia alias esset in facultate Partium hoc modo super Beneficiis quandam servitutem et onus imponere, et constituere, quæ caderet sub prohibita alienatione, Tondut. de Pens. c. 24. n. 20. de Luc. de Pension. Disc. 11. n. 7. Rot. apud Post. de Manut. 278. etc.,,

“Aliter vero concludendum esset, si Transactio facta fuisset super Pensionis diminutione, reductione, et extinctione; quo casu, cum actus diceretur Licitus, et validus; utpote diminuens onus, et concernens potius Ecclesiæ favorem, et utilitatem, tunc licitum esset per concordiam facere talem reductionem, etiam absque Beneplacito Apostolico, dummodo gratis fieret, non autem interveniente pecunia, vel alia re temporali; idem Luc. de Pens. Disc. 11. n. 9. et 10... Et in specie reductionis ex causa litis super nullitate Pensionis, eadem Rot... Et propterea sæpius judicatum fuit etiam in solvenda Pensione, ubi lis judicialis, vel extrajudicialis controversia adfuisse super valuatione monetæ, quæ postea per concordiam composita fuisset in certa uniformi, ac invariabili quantitate monetæ regionis solvenda, tunc transactio sustinetur, etc.,,

“Illud vero notandum est, compositio facta de solvenda minori Pensione, cum Rectore ratione pau-

“pertatis non transit ad successorem : Secus vero si
 “facta fuisset , quia esset nimis onerosa Beneficio , non
 “valenti tantum Pensionem supportare , ob cujus gra-
 “vamen Rectore agere posset contra Pensionarium ad
 “illius reductionem ; et fortius si jam esset lis super
 “prætensa reductione introducta , hoc enim casu , quia
 “Beneficium est minus gravatum , et istud gravamen
 “transit cum ipso Beneficio ; proinde hac de *Causa*
 “facta cum Rectore transigente non extinguitur per il-
 “lius mortem , sed transit ad Successorem. ,

Conf. Valeron. de Transact. Tit. 3. Q. 3. an.
 51. , limitando no n. 54. com Garcia e outros “Ut
 “non possit transactione nec alio modo Pensio remitti
 “ti sine auctoritate superioris , quando quis ad Titu-
 “lum ejus esset ad sacros ordines promotus ; quia do-
 “nec Beneficium Ecclesiasticum , unde vivat adeptus
 “sit , non potest Pensionem remittere , Conf. Rigant.
 ad Reg. 24. §. 5. n. 159.

§. 210.

Exceptuados estes casos , procede a Regra , de
 qua Salgad. in Labyr. Credit. P. 4. Cap. 6. n. 47. *ibi* =

“Quando Pensio a Papa concessa fuit , si ex ali-
 “quo defectu sit nulliter constituta , vel ex post facto
 “nulla reddatur , et resolvatur ex defectu conditionis
 “appositæ , sub qua ipsa Gratia fuit expedita , ita ut
 “consolidetur cum titulo Beneficii , et legitime extincta
 “sit ; quamvis inter Pensionarium et Titularem fiat con-
 “cordatum de solvenda , et exigenda Pensione , et con-
 “tinuent , perseverent , et consentiant in executione
 “concordati inter eos initi , nullo modo revalidatur
 “Pensio semel extincta ex defectu novæ Gratia , quæ
 “ad id præcise requiritur Auctoritate Apostolica ; cum
 “renovatio , et convalidatio hæc non pendeat a solâ
 “voluntate , et consensu Partium , sed simul , et prin-
 “cipaliter à Papa , Confirma-se Torr. de Pact. futur.

Suc-

Succession. Liv. 3. Cap. 8. an. 51. digno de ser visto.

C A P I T U L O XXV.

Quando se extingue a Pensão, se o Pensionario adquire o Beneficio pensionado se dimittindo-o depois, renasce a antiga Pensão.

§. 211.

Esta Questão . depois de huma grande discussão, resolve Salgad. de Labyr. Credit. P. 4. C. 6. n. 48. et 49. com esta distincção, *ut ibi* =

“Quando Pensionarius per assecutionem Beneficii, “super quo habet Pensionem reservatam, extinguitur “Pensio, quia legitime, et irrevocabiliter de Titulo “ipsius Beneficii fuit provisus; et quamvis postmodum “illud voluntarie dimittat, seu renuntiet, nullo modo “reviviscit Pensio semel legitime extincta.”

“Quando Pensionarius adquisivit Beneficium sua “Pensione gravatum, non perfecte, sed revocabiliter, “et aliquo modo potest evinci, et ab eo avelli, nun- “quam consideratur extinctio Pensionis, sed semper “durat, et perseverat, et potest juste eam exigere “a novo possessore ejusdem Beneficii, etc.” Confir- se Sabell. §. Pensio Sub. n. 20. verb. Quod Pensio ex- tinguitur, etc.

CAPITULO XXVI.

Extingue-se a Pensão reservada ao Resignante quando elle usa do Regresso ao Beneficio resignado, e obtem: Quid, se pôde usar do regresso pedinda a Pensão decursa?

§. 212.

JÁ desde o §. 55., e 99. tratei do regresso competente ao Resignante se o Resignatario lhe não satisfaz a Pensão reservada: Se pois o Resignante por meio do regresso obtem reversão ao seu Beneficio; não só se extingue pela *Confusão* a Pensão, que elle havia reservado; mas toda, e qualquer outra, que no meio tempo tivesse o Resignatario imposto no mesmo Beneficio, Tondut. de Pens. Cap. 45. a n. 28., Cap. 52. an. 27., Barbos. Vot. 126. n. 157., Torr.^o de Pact. futur. Success. L. 3. C. 8. a n. 68. ad 74.

Nota: Se o que intentou regresso ao Beneficio resignado se prejudica para não poder já-mais pedir as Pensões decursas? Se o que recebeo as Pensões se prejudica para não poder já-mais intentar o regresso? Vejam-se largamente Tondut. de Pension. P. 1. Q. 10. tot.

P A R T E IV.

Acções activas e passivas entre o Pensionario e Titular.

C A P I T U L O XXVII.

Procedimento executivo, ou monitorio com comminação de excommunhão competente ao Pensionario contra o Titular mesmo, que consentio na Pensão, sua pratica: Quaes excepções aqui se admittem ao Titular, etc.

§. 213.

SE as Premissas da Bulla da Pensão não precisão de Justificação, como nos referidos desde o §. 80. até 85. §. 87. 103. 110. 111. e desde o §. 121.; ou se primeiro se tem justificado na forma do Cap. 16., neste supposto, independente d'outra Justificação, e só com a Sentença do Executor que julgou a Bulla conforme, e exequivel, se fundamenta este Monitorio e Executivo: Se porém só com a Bulla se procede contra o Titular que consentio na Pensão, e sem a previa justificação das Premissas (quando esta he precisa) então; ou o Titular não impugna o procedimento, ou o impugna: *Si prius*; procede o Monitorio: *Si secundum*; deve o Pensionario justificar primeiro as Premissas, Garcia de Benef. P. 1. C. 5. an. 142. Tondut. de Pension. C. 50. n. 4., maxime se o Pensionario não está na posse, Garcia supra, Salgad. de Reg. Prot.

Prot. P. 3. C. 3. a n. 33., et maxime quando o Titular ao tempo, em que consentio na Pensão, não declarou, que consentia na quantidade della, como bem informado das forças e redditos do Beneficio: Veja-se Tondut. de Pension. ad Ornat. Constit. Innoc. XI. Cap. 16.

§. 214.

A formula e a praxe deste Monitorio a expozirão Garc. de Benefic. P. 1. Cap. 5. an. 532., Salgad. supra a n. 33. Barbos. de Pension. Q. 7. a n. 1. *ibi* =

“In quolibet debito petendo, cui via executiva
 “competit, debet Advocatus cavere *ne* verbis ad viam
 “ordinariam spectantibus, puta, damnandi quoquo
 “modo utatur, sed ad executivam proprie pertinenti-
 “bus, hoc est, compellendi, solvendi... Unde pra-
 “xis, et stylus Romanæ Curiae ubique terrarum com-
 “muni calculo observatus obtinuit, ut cum Judeo execu-
 “tor deputatus in Litteris Apostolicis Pensionis, pro-
 “cedere vult contra recusantem eam solvere; monito-
 “rium expediat cum clausula justificativa, ut scilicet
 “solvat intra tot dies, aut infra illos compareat ad
 “allegandam legitimam exceptionem; quo termino
 “transacto, si nihil alleget, vel exceptiones producat
 “illius qualitatibus, quæ executionem retardare non pos-
 “sunt; tunc Judex executor declarat eum excommuni-
 “catus: De qua praxi, et stylo etiam in tota His-
 “pania vigente testantur Garcia... Salgad... Nec te-
 “netur in ferenda hujusmodi Sententia excommunica-
 “tionis servare formam Decreti Concil. Trident. Sess.
 “23. de Reform. C. 3. cum facultas illi data in Lit-
 “teris Apostolicis excommunicandi morosum in solu-
 “tione pensionis, non censeatur data in subsidium,
 “ut refert decisum Nicol. Garc. d. c. 5. n. 587,
 “etc.

“Post

“Post cujus excommunicationis declarationem,
 “si Pars alleget exceptionem Legitimam, illa non
 “potest impedire effectum Censuræ jam productum
 “tempore habili, in quo nihil fuit oppositum, quod
 “illum possit reprimere. „

Eis-aqui tãobem a forma do Monitorio e sua
 Praxe que nos deixou escripto Begnudell. verb. Pensio
 n. 57. et 58. *ibi* =

“Primo præsentantur coram Executore Litteræ ori-
 “ginalis Pensionis tam gratiosæ, quam executoriæ,
 “aut processus fulminatus, in quo ipsæ Litteræ sunt
 “insertæ; quibus præsentatis, Pensionarius petit dari
 “mandatum, seu monitorium in forma contra posses-
 “sorem Beneficii Pensione gravati, pro tot ducatis sibi
 “debitis ex terminis Pensionis decursis, quos Judex ju-
 “bet solvi, et in eo insertis Litteris præsentatis, aut
 “processu fulminato, mandat Possessori Beneficii qua-
 “tenus in terminum aliquot dierum sub excommunica-
 “tione, aliisque ecclesiasticis Sententiis, Censuris,
 “et poenis etiam in Litteris Reservationis Pensionis
 “expressis solvat Pensionario tot ducatos, sibi de-
 “bitos, ex terminis Pensionis decursis, et infra eun-
 “dem terminum doceat de solutione, et partitione;
 “alioquin dicto termino elapso compareat ad videndum,
 “et audiendum, se incidisse, et incurrisse in excom-
 “municationem, aliasque Sententias, censuras, et pœ-
 “nas prædictas declarari, seu illas in eum poni, ac
 “ad omnes, et singulos actus necessarios, et oppor-
 “tunos usque ad sententiam, et expensarum taxatio-
 “nem, et sententiarum, ac pœnarum prædictarum
 “aggravationem, et reaggravationem, brachii que secu-
 “laris invocationem procedi; aut ad ostendendam
 “solutionem, quietationem, vel rationem legitimam,
 “quare præmissa fieri non debeant, ad quæ omnia
 “citatur, etc. cum comminatione, seu certificatione,
 “quod

“quod sive comparuerit , sive non , ad prædicta , et
 “alia ; quæ justitia suadebit , ejus absentia , seu con-
 “tumacia non obstante , procedet , etc. , ,

“Hoc mandato intimato Possessori Beneficii , et
 “in termino reproducto , Pensionarius accusat contuma-
 “ciam citati , et non comparentis , quam Judex habet
 “pro accusata ; et si citatus consensit reservationi Pen-
 “sionis , potest illam , sine alia verificatione , nisi re-
 “servatio esset conditionalis , dare contra citatum senten-
 “tiam declaratoriam excommunicationis , qua declaret ,
 “eum incurrisse in excommunicationem aliasque censu-
 “ras et poenas in Litteris reservationis expressas ob non
 “solutionem , etc. et condemnare eum in expensis. , ,

Tondut. de Pension. Cap. 49. n. 16. , quando se
 trata contra o proprio Titular , que consentio na Pen-
 sãõ , citando Garcia P. 1. Cap. 5. an. 532. , segue a
 forma do mesmo Garcia qual a do nosso Barbos. aci-
 ma transcripto ; e continúa Tondut. dando outras for-
 mulas , que coincidindo em parte com as de Begnudell. ,
 varião em outros accidentes :

Nota : Todos estes Formulistas dos Moni-
 torios ; ora supõem sentenciadas as Premissas
 da Bulla ; ora independentes de Justificação ; ora
 dependentes della no mesmo Processo executivo ,
 etc. Rarissimo será o caso em que não dependão
 de Justificação : Será pois mais Curial justificar
 antes de tudo as Premissas perante o Executor ,
 sentencear-se a Bulla conforme , (para o que não
 he necessaria citação do Titular , que consentio
 na Pensão ;) extrahir-se do Processo huma Sen-
 tença com o transumpto da Bulla , etc. : Com
 esta Sentença sim se póde intentar o Monitorio
 executivo com essas comminações , que se notão
 nesses Formularios , e com essa ordem de proce-
 di-

dimentos, etc. Se se prepostera esta ordem, sacrificase o Pensionario a que o Titular se oppo- nha no termo assignado com Embargos, e com tal infelicidade, que a final se recebe a Appella- ção em ambos os effeitos, Luc. de Pension. ad ornat. Constit. Cap. 16. a n. 1. ad 5., S Igad. de Reg. Protect. P. 3. Cap. 3. a n. 23.; o que se evita justificando-se primeiro tudo o que he necessario justificar-se para ser exequivel a Bul- la.

Esta Sentença assim formalizada fica tendo successiva execução por todos os pagamentos ven- cidos e futuros. Tondut. de Pens. Cap. 49. n. 24., e conduzem as geraes doutrinas de Arouc. na L. 39. ff. de Leg. n. 20. Moraes de Execut. L. 3. C. 8. n. 8.

Já vimos no §. 176., que a mesma via exe- cutiva (entendo, que depois de assim preparada) competente ao Pensionario, compete ao Trans- latario da Pensão.

S E C Ç Ã O I.ª

Quando, e quaes Excepções se admittem nesta via Executiva ao Titular, com, ou sem suspensão da Execução e da Excommunhão: Progressos da mesma via Executiva.

§. 215.

“Sed tota Quæstio est (diz Barbos. de Pension. “Q. 7. an. 5. ad 15.) de exceptionibus infra termi- “num oppositis, an obstant executioni? In qua dis- “tinguendum est inter exceptiones intrinsecas nullita-
Aa “tis,

“tis, seu subreptionis Pensionis, quæ ex ventre, et
 “contextu Bullarum, vel in continente probantur; et
 “inter illas, quæ ab extrinseco sunt probandæ, et re-
 “quirunt altiorem indaginem. In primo casu certum
 “est, quod nullitas opposita facit cessare executionem
 “juxta ea, quæ resolvit Gabr. Pereir. de Man. Reg.
 “Tom. I. C. 9. n. 16. et n. 27., etc. evidens, et
 “notoria nullitas dicitur illa, quæ constat ex actis,
 “etc.”

“Cessat etiam executio, quando probatio nulli-
 “tatis, seu subreptionis allegatæ offertur in continen-
 “ti; atque tunc dicitur facta in continenti, cum quis
 “habet Instrumentum præ manibus, illudque offert,
 “et ostendit sine aliqua dilatione: Nulla enim est actio
 “adeo privilegiata, etiamsi sit executiva, et posses-
 “soria, quæ si contra eam opponatur exceptio rele-
 “vans; et in continenti probetur non suspendat ejus
 “effectum... Et ideo consulerem Judici Executori in
 “Lusitania procedenti, ut si Pars vigore Monitorii
 “citata comparuerit, et intra terminum Exceptiones
 “produxerit, si relevantes fuerint, et admittendæ de-
 “cem assignet dies intra quos si perfecte Pars eas pro-
 “baverit, tenetur in executione suspendere: Idem quo-
 “que in Hispania (v. infra §. 227.)

“In secundo vero casu, quando scilicet exceptio-
 “nes hujusmodi ab extrinseco sunt probandæ, et non
 “in continenti; ac proinde requirunt altiorem indagi-
 “nem, tunc potest dictus Judex Executor eas ordina-
 “rio remittere, ad quem spectat prima Instantia, ad
 “hoc ut de illis plenarie cognoscat, etc.

“Remissa in hoc eventu dictarum Exceptionum
 “causa ipsi Ordinario, illaque coram eo pendente,
 “non ob id tenetur Executor in executione superse-
 “dere nec Ordinarius illi potest inhibere, aut aliquod
 “mo-

“modo impedire potestatem, quam habet exequendi,
“etc.,,

“In jure enim contans est conclusio, quod executionem non impedit nullitas extrinseca, nec illa,
“cujus probatio requiritur altiore indagine.... Et
“hujusmodi possessorium executivum abhorret exceptiones
“requerentes altiore indagine, etc.,,

“Si vero cognoscat Judex exceptiones per calumniam oppositas fuisse, ut executio retardaretur malitiose (prout tales præsuntur, quando ab extrinsecò sunt probandæ, et non ex ventre, et contextu Bullarum, nec probatio offertur in continenti, ut in nostro casu) tunc non debet eas remittere, nec Ordinarii judicio discutiendas remittere, sed tenetur omnino rejicere.,,

Na mesma distincção e especificação de casos coincidem, Salgad. de Reg. Protect. P. 3. C. 3. a n. 23. et a n. 51., Roz. de Executor. Litterar. Apostol. P. 1. C. 15. n. 36. et 37., Garcia de Benefic. P. 1. Capitulo n. 544., Osorio de Patron. Reg. Resol. 17. a n. 1., et Resol. 63. n. 15. et 16.

* Em quanto Barbosa aqui authoriza ao Executor para elle mesmo rejeitar os Embargos que lhe parecerem calumniosos, sem os remetter ao Ordinário, (ou, tratando-se de Padroado de Coroa, ao Capellão mór) he impraticavel neste Reino; porque ou de o Executor conhecer dos Embargos, ou de não os remetter ao Ordinário, compete Recurso á Coroa, como prova e refere julgado Osor. de Patron. Reg. Resol. 17. a n. 5.: Só sim, e conforme a distincção de Barbosa pô-

de conhecer delles , quando provados incontinenti , para suspender a Execução.

Excepções especiaes que aqui se podem oppôr.

§. 216.

Primeira : Que a Graça não foi justificada (se devendo-o ser, o não foi anteriormente:) Begnudell. verb. Pensio m. 56.; optime Salgad. de Reg. Prov. P. 3. C. 3. an. 69., aonde, quando a Graça foi condicional = Dummodo remaneant centum pro Rectore , etc. ou quando contem outras qualidades , e condições , que primeiro se devão verificar.

§. 217.

Segunda Quando se oppõe Solução ; Gig. de Pens. Q. ult. Begnudell. verb. Pensio n. 50., com tanto porém que se prove logo com quitação conforme o Assento, na Coll. 3.ª a Ord. L. 3.ª T. 87. : Se se pedem Pensões de muitos annos ; basta mostrar quitações dos ultimos tres annos , para se presumirem satisfeitas nos antecedentes aos tres ultimos, ex L. Quicumque Cod. de Apoch. L. 10. Gig. de Pens. Q. 81. Clericat. de Pens. Discord. 14. an. 2. (Isto quando se trata contra o Titular que consentio na Pensão, ou Successor ; não tendo sido imposta em Beneficio pleno.) Se porém bastão Quitações de tres ultimos semestres , para se presumirem satisfeitos os antecedentes he mais dubitavel : Gig. supra e Menoch. de Præsumpt. l. 39. n. 11. et 13. se persuadirão , que bastavão Quitações dos tres ultimos semestres ; Porém Tondut. de Pens. C. 3. n. 30. exige Quitações de tres annos , ou seis semestres , e esta opinião segue Clericat. supra n. 4.

No-

Nota : Admittida a opinião do transcripto Barbosa que concede dez dias ao Titular para provar suas excepções; nelles se poderá provar tambem por testemunhas a Solução da Pensão, não excedendo cada semestre a quantia da Ord. L. 3. Tit. 59 : E quaes requisitos devão concorrer para pelas tres Quitações dos tres precdentes annos se deverem julgar satisfeitas as Pensões dos annos atrazados; vejão-se Silv. ad Ord. L. 3. Tit. 25. in pr. a n. 89., Harprectr. Vol. 3. Disp. 64. de Solutione conjecturata a n. 192. ad 225. ubi ex profess. Guerreir. Tr. 4. L. 2. C. 10. a n. 101.

§. 218.

Terceira: Quando se oppõe compensação, com tanto que não dependa de provas d'alta indagação; Begnudell. verb. Pensio n. 52.; como quando se não justifica logo com Documentos, que por si provem a dívida compensada ex Silv. ad Ord. L. 3. T. 87. §. 1. n. 14.: E ainda que se não admite aqui compensação quando a Pensão he reservada para alimentos do Pensionario, entende-se quanto aos futuros, mas não quanto aos preteritos; porque estes admittem Compensação, com tanto que a dívida compensada seja liquida, Tondur. de Pension. Cap. 51. a n. 11.: Estas mesmas distincções faz ex professo Bersan. de Compensat. Cap. 2. Q. 7. à n. 9. et Q. 8.

Nota : Admittida a Praxe do transcripto Barbosa se poderá nos dez dias provar por testemunhas a dívida Compensada; com tanto, que se verifiquem os requisitos da Ord. L. 4. T. 78.

§. 219.

Quarta: Supposto que alguns DD. rejeitão a excepção da Extincção da Pensão fundada na Profissão Religiosa do Pensionario; e isto porque (dizem elles) esta Excepção depende d'alta indagação; possibilidade de se ter prevenido o Religioso com Dispensa para continuar a percepção da Pensão nesse estado, Salgad. de Reg. Protect P. 3 C. 3. n. 77. Tondut de Pens. C. 51. an. 5. Garcia de Benef. P. 1. C. 5. an. 548.: Com tudo esta Conclusão procede, quando o Religioso, depois de o ser, estava na posse de exigir a Pensão, tendo-lhe sido possível no meio tempo obter Dispensação, como bem declara Garcia supra n. 553.: E o mais he, que se o Pensionario Religioso mostrar Dispensação, mas ainda não justificada, esta Excepção suspende a execução, Garcia supra n. 557. 558. 559. Confira-se Begnud verb. Pensão. 59. Vot. Et pone, Salgad. supra n. 78. et 79.

§. 220.

Quinta: O mesmo procede, quando o Pensionario contrahio matrimonio, e por isso perdeu a Pensão; porque se se lhe oppõe a Excepção da Extincção provada logo com Certidão do seu casamento, suspende a execução; a menos que o Pensionario depois de casado não tivesse posse de receber a Pensão nesse estado, e por tempo consideravel, em que lhe fosse possível obter Dispensa. Este caso conforme fraterniza com o antecedente no sentimento dos citados Garcia, Begnudello, e Salgado: Mas e mais terminantemente a Rot. in Mantiss. ad Card. de Luc. Liv. 13. Decis. 74. e 75. aonde se denegou a manutenção a hum Pensionario depois de casado, apesar de qualquer posse, só porque não mostrou hum Indulto claro, e indu-

dubitavel: Veja-se o Card. de Luc. de Pens. Disc. 45. n. 2. e 3.

§. 221.

Sexta : Se na Execução se oppõe a Excepção da nullidade desta Pensão , por se não fazer menção d'outra antecedente, com que estava gravado o Beneficio, e esta Excepção se prova logo *incontinenti* com a Bulla da antecedente Pensão , suspende a execução, como contra Garcia supra a n. 560. , sustentão Salgad. de Reg. Prot. P. 3. C. 3. à. n. 52. ad 60. , Begnudell. supra n. 60. Vot. Nisi Titularis Conf. Card. de Luc. de Pens. Disc. 4. n. 5. : Veja-se a Rot. in Mantiss. ad Luc. L. 13. Decis. 54. 55. 56.

§. 222.

Setima : Se a Pensão foi concedida para o estado Ecclesiastico, com a condição = cum primum caractere Clericali fuerit insignitus = ; condição , que primeiro se deve justificar, antes de perceber a Pensão (§. 91.) : Neste caso, ou o Pensionario não tem posse de receber a Pensão no estado Secular ; ou a tem : Se não tem posse, e uza do remedio Executivo, de que estou tratando , he repellido em quanto se não habilita Clerigo , Tondut. de Pens. C. 50, n. 83. et 84. : Se tem posse de exigir a Pensão no estado Secular , o mesmo Tondut. C. 52. n. 21. lhe concede o remedio possessorio da manutenção ; Porém Barbos. Vot. 191. junta as doutrinas do Vot. 5. n. 40. , lhe denega ainda esse remedio , e não menos Clericat. de Benef. Discord. 11. : Veja-se o Aresto apud Peg. Tom. 7. For. C. 226. Sub n. 107.

§. 223.

Oitava : Se o Pensionario procede por Monitório com Censuras contra o Titular , e este no termo que

que se lhe assigna, allega e prova a sua total pobreza, e impossibilidade, não se deve proceder contra elle com Censuras, Tondut. de Pens. Cap. 52. a n. 24.

Nota: Esta resolução se encontra com a commum de que o Titular não goza do Beneficio do Cap. Oduardus de Solut; ou do beneficio, chamado da *Competencia*, quando he executado por Pensão imposta no Beneficio; e ou deve dimittillo, ou pagar a Pensão, sem que possa neste caso pedir alimento, Tondut. de Pens. C. 21. a n. 5. ad 10., Antonell. de Jurib. Clericor. L. 1. P. 2. C. 15. n. 12. Clericat. de Benefic. Discord. 54. n. 33. (quidquid involvant Begnudell. verb. Pensio n. 38. Jul. Capon. Discept. 253. n. 10.): Esta, que parece collizão, só póde conciliar-se; dizendo-se que a pobreza do Titular, e a impossibilidade o excusa da comminada excommunhão; mas não o excusa de dimittir o Beneficio, ou o redito delle ao Pensionario para se pagar da Pensão: Se o Titular tem outros Credores, lá se avenha com elles em Concurso o Pensionario: Veja-se sobre esta Nota Barbos de Pens. P. 2. Q. 16.

§. 224.

Nona: Já vimos (Cap. 24.), que a Pensão se extingue pela remissão gratuita do Pensionario no todo, ou em parte. Se pois della consta por Instrumento público, e se oppõe por Excepção nesta via executiva, a suspende; não assim, se depende d'alta indagação, Tondut. de Pens. Cap. 51. a n. 8., Posth. de Manut. Observ. 64. a n. 6. Rot. in Mantiss. ad Card. de Luc. Liv. 13. Decis. 67.: E isto ainda que a Cassação da Pensão, de que consta, seja susceptivel

vel d' alguma dúvida , e ainda que a extinctão , ou cessão da Pensão se fizesse por Procurador sem excesso do mandato optime Rot. supra ; Conf. Tondut. de Pens. Cap. 56. n. 16.

§. 225.

Decima: Supposto que a demanda preventiva da parte do Titular sobre a nullidade da Pensão não obsta a esta via executiva , que póde proseguir , em quanto se não decide a Ordinaria sobre a validade da Pensão , Barbos. de Pens. Q. 2. n. 9. et n. 69. Begnuedell. verbo Pensio n. 33. , Salgad. de Reg. Pro ect. P. 3. C. a n. 41. Com tudo ; se o Titular nessa acção ordinaria obtem primeira Sentença favoravel , que fira a validade da Pensão , póde a todo o tempo oppor esta Excepção na via executiva , ou na primeira , ou em outra , que se reiterar pela mesma Pensão Tondut. de Pens. C. 54. n. 13. , Redolphin. in Prax. Cur. Rom. P. 2. Cap. 9. n. 190.

§. 226.

Undecima , e geralmente "Executioni Litterarum Apostolicarum Locus non erit , nec etiam Clausula = Sine retardatione = aut = sine præjudicio Legitimæ executionis = effectuum suum operabitur , quoties ex ventre Litterarum constat , et apparet ex ejus inspectione vitium , seu nullitas Pensionis , seu aliqua alia exceptio , quæ hanc impediat executionem illarum , , Salgad. de Reg. Prot. P. 3. C. 3. n. 26. : E ainda que o mesmo Salgad. n. 29. Limita "Nisi adsit quasi possessio exigendi Pensionem ; quia tunc non obstant , quod exceptio oriatur ex ventre Bullæ , effectus dictæ Clausulæ = Sine retardatione = non expeditur , , Com tudo Salgad. no n. 30. , declara esta Limitação , *ut ibi* = "Nisi ipsa possessio esset turbida , et non clara , vel Pensio soluta fuisset per compul-

“pulsionem, et metu censurarum; ut tunc non constituit eum in quasi possessione, etc.,

§. 227.

Tambem e geralmente diz o mesmo Salgad. n. 36. “Si citatus comparens allegaverit contra executionem aliquam Legitimam exceptionem, velut solutionis, remissionis Pensionis, aut redemptionis factæ Auctoritate Papæ, vel similem aliam notoriam, seu evidentem, quæ in continentu posset probari, nec longiori indagine indigeret; et tunc debet Judex brevem terminum ei assignare, cum sit incontinenti probanda, non decem dies quæ in Hispania conceduntur Executatis, sed maiorem vel minorem prout Judex arbitrabitur. Gig. de Pens. q. fin., etc.,

§. 228.

Duodecima: “Atque ita judicandum erit de exceptione à citato opposita; nempe se non possidere Beneficium, super quo Pensio reservata est, quia hæc, ut Legitima admittenda est, etc., Em fim em todos os casos, em que a Pensão se extingue, pôde excepçionar-se a extincção, provando-se incontinente.

§. 229.

Pelo contrario: Todas as mais Excepções, que dependem de alta indagação se abandonão desta via executiva para a Ordinaria (§. 215.); como nos exemplos, que figurou Salgad. de Reg. Prot. P. 3. C. 3. n. 52. “Quando nullitas versatur circa extinctionem Gratiae Pensionis; videlicet, quando Pensio fuerit reservata ex causa resignationis, aut cessionis juris, et litis, et disputatur de titulo, et Juribus Resignantis, vel de validitate concordiae, quæ non impediunt, sed reservantur judicio ordinario,, Conf. Garcia de Be-

Benef. P. 1. C. 5. n. 546. , declarando no n. 547. que "*quando excentio requirat altiore indagine*" relinq

§. 230.

Rejeitadas assim as excepções , ou remettidas á via ordinaria , deve advertir-se com Garcia de Benef. P. 1. C. 5. a n. 575. que antes de se declarar incursão o Titular (por não ter satisfeito a Pensão , rejeitados os Embargos , ou terem sido remettidos ao Ordinario sem suspensão) se faz preciso que as Letras se lhe intinem , com a pena de excommunhão ; que o Pensionario assim o requeira ; que proceda Declaratoria do Juiz tambem intimada , ou por Editaes , etc. : A formalidade dessa Sentença Declaratoria a dá Tondut. de Pension. Cap. 49. n. 18. , e a forma da sua execução à n. 33. , *ut ibi* =

"Lata deinde hac Sententia Declaratoria , et Litteris desuper expeditis affiguntur Cedulones , quibus dictus debitor excommunicatus declaratur in Locis consuetis : Deinde iste excommunicatus expectatur per decem dies quibus elapsis , si adhuc persistat in costumacia , proceditur contra ipsum ad invocationem Brachii Sæcularis cum termino decem dierum ad videndum interdicti : Quarto ad videndum Brachium Sæculare decerni. Singuli isti termini sunt ad primam , vel etiam per totam cum intervallo ab uno ad alium a Singulorum publicatione. Decernuntur ultimo Loco Litteræ super invocatione Brachii Sæcularis ad hoc ut debitor cogatur per detentionem bonorum , etc. prout diffusius explicat Vestr. in Prax. Cur. Roman. L. 8. C. ult. n. 19. et. 20. ,

Nota : Se se não proceder com todas estas formalidades , e se passar a desembainhar a espada da Igreja contra o Titular , será facil obter

por meio de hum recurso á Coroa , como em cãusa propria , e contra si vio Agostinho Barbosa , e elle attesta no Tract. de Pens. P. 1. Q. 7. n. 18. , e muito mais nos presentes tempos depois de se ver o Discurso da Deducc. Chronolog. na P. 2. e na Petição de Recurso à §. 37. ; Lido o qual será hum infallivel não obterem os Titulares Protecção Real contra estas Excommunhões sobre temporalidades taes.

§. 231.

O effeito desta excommunhão juridica e justamente fulminada , he não lucrar o Titular fructos alguns do Beneficio , nem se lhe deverem prestar delle alimentos Barbos. de Pens. P. 2. Q. 13. Mas pagando as Pensões vencidas , e as custas , obtem absolvição das Censuras , Peg. Tom. 3. à Ord. pag. 267. n. 806. , Pereir. de Man. Reg. C. 61. n. 18. (Edicção de Leão.)

Já disse no fim do §. 214. , que esta via executiva competente pelas Pensões Ecclesiasticas tem trato successivo : Mas esta via executiva não compete aos herdeiros do Pensionario ; nem ao Pensionario contra os herdeiros do Titular , que a ficou devendo : Vid infra §. 240. et. 241.

CAPITULO XXVIII.

Procedimento Executivo por Monitorio contra o Successor no Beneficio , que não consentio na Pensão : Quando a elle , ou aos herdeiros do Antecessor, incumbe o todo ou parte da Pensão vencida em vida deste.

§. 232.

“SI vero agatur contra successorem in Beneficio debet similiter obtineri Monitorium , et vivificandus est Clericatus , valor fructuum , possessio Beneficii per Reum conventum , et quod primus ille , qui consensit , illud idem Beneficium possedit ; et eidem Successori debent Litteræ originales , aut sumptum ex Registro intimari , maxime Parte opponente,, Ita Tondut. de Pens. Cap. 49. n. 19 Conf. Bagnud. verb. Pensio n. 59. Salgad. de Reg. Protec. P. 3. C. 3. n. 34. Vot. Sivero = Garcia de Benefic. P. 1. C. 5. n. 539. et 540. *ibi* = Si vero Titularis , contra quem agitur , non consentit reservationi Pensionis , sed est Successor , aut reservatio est conditionalis , debet Pensionarius eorum Executore ostendere , et probare se esse in quasi possessione exigendi dictam Pensionem , ut relevetur ab onere justificandi Litteras reservatorias ; alioquin tenetur illas justificare , et verificare earum narrativam aut conditionem juxta supra dicta , etc., : A mesma via executiva compete ao Translatario da Pensão contra o Successor no Beneficio , justificando primeiro a sua Translação , quando precise de Justificação, Tondut. de Pension. Cap. 28. à n. 6.

§. 233.

Este Successor , que não consentio na Pensão , sendo assim demandado executivamente , e com comminação de excommunhão , deve com mais razão ser admittido com suas Excepções no termo assignado , Begnud. verb. Pensio n. 59. Elle a fortiori pôde oppôr todas as Excepções dinumeradas no Cap. 27. Se a Bulla da Pensão não estava justificada em tempo do Antecessor , não pôde ser demandado executivamente sem que se justifique antes do procedimento executivo contra elle Barbos. de Pens. Q. 2. n. 18. , a menos , que não houvesse posse de perceber a Pensão do Antecessor ; porque esta posse transcende passivamente ao Successor no Beneficio , Barbos. d. Q. 1. a n. 44.

§. 234.

Só sim , e no caso de ter o Pensionario posse de exigir a Pensão do Antecessor , ha aqui em favor dos Successores estas especialidades : Huma ; que , se a Pensão foi imposta em Beneficio pleno com consentimento do Titular antecessor ; não pôde o Pensionario affectar posse contra o Successor , sem desempenho das escrupulosas provas , que o Direito em tal caso exige , e ficão referidas à §. 192. , a que accrescento Barbos. de Pens. P. 1. Q. 2. n. 70. et 71. , aonde conclue , que não se provando neste caso a posse com aquelles requisitos , não pôde dizer , que tem posse contra o Successor no Beneficio imo em falta daquella prova ficou extincta a Pensão (Cap. 20.)

§. 235.

Outra : Que o Successor só pôde ser demandado pela Pensão tendo percebido fructos do Beneficio , Barbos. de Pens. P. 1. Q. 2. a n. 48. E aqui já enão varias dúvidas sobre quem em alguns casos re-
ca-

cahe a Pensão vencida , se nos herdeiros do Antecessor , se no Successor? Casos , e dúvidas , que passo a discutir: Devo separar 1.º o caso em que o Pensionario vivo pede ao Successor no Beneficio as Pensões decursas do tempo do Antecessor : 2.º o caso , em que o Pensionario vivo pede ao Successor a Pensão do anno , em que morreo o Antecessor: 3.º o caso em que os Herdeiros do Pensionario morto pedem o todo ou parte da Pensão ao Titular , e como se deva fazer o rateio.

§. 236.

Quanto ao primeiro caso: Supposto que os fructos do Beneficio são affectos com hypotheca á prestação annua da Pensão , Tondut. de Pens. Cap. 20. a n. 20.; e por isso alguns DD. firmão, que o Pensionario póde demandar pelos vencimentos atrazados ao Successor no Beneficio; salvo a este o regresso contra os herdeiros do Antecessor “*Illud verum est ut non simpliciter Successor teneatur solvere, sed dumtaxat, quando constat Pensionarium fecisse debitas diligentias contra Prædecessorem, qui fructus percepit, et ejus hæredes, et sic in subsidium,*” Tondut. supra n. 11. , conf. in Similib. Peg. Tom. 3. For. C. 28. n. 675. Stryk. vol. 10. Disp. 16. C. 4. n. 112. Barbs. Thesaur. Loc. comm. Liv. 3. Cap. 32. ax. 7. , Salgad. in Labyr. Cred. P. 3. Cap. 11. n. 59. et 60. Luc. de Pension. Disc. 19. n. 5. et 14. et Disc. 31. n. 8. et 9.

§. 205.

De forma que , como continúa o mesmo Tondut. n. 12. “*Et ideo non suffragantur diligentiae factae contra Procuratorem Antecessoris, sicuti nec diligentiae pro terminis præteritis, quorum solutio postea facta fuerit; quia per talem solutionem extincta fuit omnis diligentia, ita ut non possit suffragari pro aliis di-* ver-

“versis terminis,, E como accrescenta Clericat. de Pension. Discord. 4 a n. 9. “Probatio diligentiarum
 “contra Antecessorem debet esse plena, quia materia
 “est rigo osa, et contra bonam fidem, quod Succes-
 “sor teneatur pro Pensionibus decursis tempore Antec-
 “cessoris.... Non suffragari diligentias factas con-
 “tra Procuratorem Antecessoris; et prædictæ diligen-
 “tiæ debent esse judiciales, et continuatæ (adde Bagn.
 “Decis. 5. n. 10. Lotter. de Re Benef. L. 1. Q. 39.
 “a n. 140.) : Et si ex ipsius Pensionarii negligentia
 “in exigendo Titularis factus sit non solvendo, sine
 “dubio Successor eximendus esset a petitione Pensio-
 “num decursarum,, Conf. Ridolfin. in Prax. Cur.
 Roman. P. 2. C. 9. a n. 172.: Veja-se porém o mes-
 mo Card. de Luc. de Pens. Disc. 87.

§. 238.

Quanto ao segundo caso : Já desde o §. 104. mostrei a intelligencia da Clausula da Bulla, que assigna os pagamentos por semestres, ou quartéis: Que isto é he *commodisoris solutionis causa*: Que a Pensão se vence do dia da data das Letras e o anno se completa no mesmo dia do seguinte: Que só se deve por quem percebe os fructos, como onus inherente a elles, etc. Porém a Pensão algumas vezes se concede com soluzão anticipada, ou antes do Titular perceber os fructos do Beneficio, outras vezes com a soluzão postcipada depois de o Titular disfrutar os renditos. Se a Pensão se concede anticipada, como v. g. em Janeiro, ou Fevereiro, e o primeiro semestre se manda pagar, ou em 25. de Março, ou pelo S. João desse anno, he anticipada, e deve o Titular o primeiro semestre antes de perceber os fructos, e o segundo semestre depois de os perceber: E se a Pensão he concedida postcipada para o Titular a pagar depois em tem-

tempo, que já tenha percebido os fructos, então he que a deve; Gratian. For. Cap. 548. n. 46. *ibi* =

“Ponderandum est, an Pensio sit postcipata, vel
“anticipata; quia si esset anticipata, Beneficiatus te-
“netur illam solvere in diem termini, etiamsi nulli
“huc usque fuissent percepti fructus. Si vero est post-
“cipata, secus dicendum. Ad cognoscendum autem,
“an sit anticipata, vel postcipata, attenditur forma
“reservationis; quia, si a die reservatæ Pensionis us-
“que ad diem primi termini nulli possunt colligi fru-
“ctus, manifeste apparet Papam voluisse, Pensionem
“anticipate solvi à Beneficiato, et sic de proprio; et
“et quod postea se prævaleat de fructibus colligen-
“dis,, Concordão Tondut. de Pens. C. 20. n. 8.,
Barbos. Vol. 5. n. 14., Clericat. de Benefic. Discord.
4. 10. et 13. Ridolfin. in Prax. Cur. Rom. P. 2. C.
9. a n. 104. Luc. de Pens. Disc. 24. et 87., An-
tonell. de Temp. Leg. L. 1. C. 47. n. 14.

239 §

Depois desta Prenoção, já a resolução do 2.º ca-
so: Se o antecedente e primeiro Titular pagou a pri-
meira Pensão antecipada, e percebeo os fructos desse,
ou mais annos, se devem reputar tantos os annos dos
vencimentos da Pensão contados da data da Graça,
quantos os annos, sem que elle percebeo inteiramente
os fructos; de forma, que se morre depois de ter pa-
go a Pensão inteira v. g. dez annos e tem percebido
dez fructos, mas morre em tempo, em que o Succes-
sor não vai ainda a perceber fructos antes do primei-
ro semestre assignado na Bulla; se a Pensão foi ante-
cipada; deve o Successor pagar a primeira Pensão de-
pois da sua posse, ainda que ao tempo desta não te-
nha percebido fructos, ou não haja de os perceber até
o tempo, até o vencimento do primeiro semestre. E

se a Pensão foi posticipada, e o Antecessor pagou tantas Pensões inteiras em tantos annos quantos percebeu inteiramente os fructos; também consequentemente os fica no Successor posticipada, e só deve vir pagar depois de perceber os fructos. E se o Antecessor morre em tempo que tem percebido parte dos fructos desse anno, então ha rateio entre os Herdeiros de Defuncto e o Successor: Isto he o que se deduz dos DD. citados. e do Card. de Luc. de Pens. Disc. 24. n. 4. Disc. 28. n. 2., e do mesmo Tondut. QQ. Benefic. P. 1. Cap. 20. n. 9. Nestes DD. a que me remetto se verão figuradas e decididas diversas hypotheses sobre este objecto; não se omitindo as regras geraes expostas à §. 104.

§. 240.

Quinto ao terceiro caso: Elle está assás dalucidoado à §. 189.: E só aqui me resta a dizer, que aos herdeiros do Pensionario não compete esta via executiva contra o Titular; mas só acção ordinaria, Tondut. Pens. C. 52. n. 18. Addemes ad Cardos. verb. Pensio pag. 201. in fin., Garcia de Benef. P. 1. C. 5. n. 191.: Nem tão pouco o remedio possessorio pela posse do Pensionario fallecido, Tondut. de Pens. C. 37. n. 12.

§. 241.

Da mesma forma contra os Herdeiros do Beneficiado que devia a Pensão, se não procede executivamente mas só por acção ordinaria Redolfin. in Prax. Cur. Roman. P. 2. C. 9. n. 175. Tondut. de Pens. C. 52. n. 18.

CAPITULO XXIX.

Ação Possessoria competente ao Pensionario contra o Titular , que consentio na Pensão , e contra o Successor no Beneficio: Excepções neste possessorio Prenoções.

§. 242.

ANtes que me proponha demonstrar os requisitos das acções possessorias na materia sujeita , e suas contestações receptiveis , ou rejeitaveis , devo prenotar 1.º , que ellas competem aos Translatarios pela posse dos Pensionarios transferentes , se os Translatarios não tem outra posse por si adquirida ; e só a posse dos Transferentes lhes serve para fundamentar melhor a via executiva (§. 176. et 177.) : Devo prenotar 2.º com o Card. de Luc. de Pension in summ. n. 116. et 117. *ut ibi* =

“ Ultra processum executivum Litteris Apostolicis reservationis vel translationis , regulariter competentem , frequens est alter summarius , pariterque executivus, et privilegiatus Interdicti Retinendæ, quod sub Manutentionis vocabulo explicatur, ratione possessionis, in qua Pensionarius , reperitur , istudque magis proficuum, posita possessione , reputari solet eo quia non exigitur justificatio Clericatus, vel valoris, quæ in altero Processu executivo requiritur, cum in hoc judicio non quærat de justitia vel injustitia , sed nudum possessionis factum attendatur, ea solum in hac Pensionis materia specialitate de stylo concurrente, ut absque justificatione Tituli , saltem per supplicationem manu Papæ signatam, sola possessio non sufficiat: Ea vero etiam per exactionem unius termini, quim-

“quinmo partis illius , sufficiat ad manutentionem ,
 “nedum contra ipsum solventem , ac in possessione
 “contituentem , sed etiam contra Successorem , etc.

§. 243.

Assim com effeito he frequente nos DD. a commum resolução ; que para fundamentar os remedios possessorios sobre Pensão denegada pelo Titular ; basta que o Pensionario tenha tal ou qual posse de a-receber , sem obrigação de mostrar ás Letras , ou Justificação dellas ; bastando só para colorar essa posse juntar assignatura da súpplca da Pensão. De forma , que ainda que esta se não possa exigir sem expedição das Letras (Cap. 14.) isto só respeita á causa da propriedade , mas não no possessorio , em que basta a posse , e para a colorar a simples assignatura , Tondut. de Pens. L. 37. a n. 8. C. 50. a n. 1. et 15. Garcia de Benef. P. 1. C. 5. a n. 454. 581. Post. de Manut. Observ. 42. a n. 33. , Portug. de Donat. L. 3. C. 32. n. 44. et 45. : Bem que sem se reduzir ao menos assignatura para colorar a posse , não se concede na Curia a manutenção nem se attende tal posse , Rot. Roman. in Mantiss. ad Card. de Luc. L. 13. Deeis. 74. n. 2.

Nota: Eu devo aqui advertir , que pelo estylo da Curia Romana não basta (nem se concede) assignatura que por si tenha algum effeito , sem expedição das Letras , senão em Beneficios , ou Pensões , cujo rendimento não excede dois , ou tres Ducados de ouro da Camera : Veja-se Rigant. ad Reg. 9. Cancell. §. 2. a n. 101. , a menos que se não diga no Despacho , quod sola signatura sufficiat . Tond. de Pens. C. 29. n. 13. Depois da signatura , se devem para os mais casos
fa-

fazer expedir as Letras dentro de nove mezes por huma Constit. de Clemente VIII. Tond. de Pens. C. 37. n. 3. , Garcia de Benef. P. 4. C. 2. a n. 39. ad 43.

Ora ; nem jámais será facil vermos neste Reino huma Pensão tão diminuta , que não exceda dois ou tres Ducados d'ouro da Camera , em que só pôde valer assignatura ; nem será facil só com a signatura posse alguma de Pensão neste Reino, attenta a distancia da Curia, para se remetter a este Reino a súpplca com a signatura , e passar o Pensionario a ter com ella posse antes dos nove mezes prefixos para a expedição da Letras, sobpena de nullidade. Nem jámais será facil mostrar neste Reino hum exemplo , em que só com a signatura sem a expedição das Letras se fundamentasse hum Juizo possessorio sobre Pensão: E por tanto cessão neste Reino as doutrinas desses DD. (§. 243.) que admittem o possessorio só com a signatura (sempre necessaria para colorar a posse.)

§. 244.

Devo prenotar 3.^o que o remedio possessorio, ainda mesmo com a produção das Letras, e posse antiga do Pensionario não compete ao Herdeiro delle contra o Titular ; mas só acção Ordinaria para pedir a Pensão vencida em vida do Pensionario (§. 240.)

SECÇÃO I.ª

Remedios possessorios contra o Titular, que consentio na Pensão: Requisitos e provas necessarias para obter nestes Remedios a posse da Pensão.

§. 245

Na liberdade de qualquer espoliado está ou dimittir de si a posse, e animo de possuir, e recórrer ao Interdicto *Recuperandæ possessionis*, vulgarmente acção de Spolio ou insistir na posse, reter o animo de possuir, e dizendo-se, só turbado nella, recórrer ao remedio da Manutenção, qual o Interdicto *Retinendæ possessionis*: Não podem cummular-se estes Remedios, porque em si repugnantes, e contradictorios: Só sim podem cummular-se indirecta ou secundariamente concluindo-se no Libello do Spolio que depois de restituído á posse por effeito deste Remedio, seja depois mantenido nella, Post. de Manut. Obs. 57. a n. 40., Peg. de Interd. a n. 272. Barbos. Vor. decisiv. 54. a n. 2. Signanter Ridolphin. in Prax. Cur. Roman. P. 2. Cap. 9. a n. 137.

Nota: Sendo o Direito de exigir a Pensão hum Direito Incorporeal, que não pôde tocar-se, nem occupar-se fizicamente; só nelle se pôde dar huma quasi posse não pôde verificar-se propriamente hum Spolio tal, qual significa a palavra Spolio, e que possa fundamentar o Interdicto *Recuperandæ possessionis*: Por isso he que muitos DD. assentáráo que pela quasi posse de taes Pensões e outros Direitos incorporaes, he improprio aquel-

aquelle Interdicto, e só proprio o da *Manutenção*, isto he o *Retinendæ possessionis*, como com Fermosin. Covarruv. e Gonzales, Begnudell. verb. Spolium. n. 6. optime Retes de Interdict. P. 3. à §. 12. apud Moerman. Thesaur. Jur. Civ. Tom. 7. pag. 516.: E ainda que Barbos. ahi citado, quiz persuadir, que se dá aqui hum *quasi Spolio*; Retes o convence fundamentalmente.

§. 246.

Se pelo *quasi Spolio* aqui ideado por Barbosa, se usar do Interdicto *Recuperandæ possessionis*, são nelle precisas humas provas mais rigorosas da posse Spoliada; do que o Remedio da Manutenção, Richer. Jurispr. Univ. Tom. 3. §. 857. Card. de Luc. de Regal. Disc. 171. n. 6., signanter Tondut. de Pens. Cap. 50. a n. 19., Ridolphin. in Prax. Cur. Roman. P. 2. Cap. 14. n. 96. et 97., Gibert. Corp. Jur. Canon. Tom. 3. pag. 222. Sect. 9. §. 1.

§. 247.

He tambem preciso justificar o Spolio, que consiste em huma formal e positiva negação da Pensão com animo de não a pagar, sem bastarem escusas indifferentes, e menos a simples cessação da Pensão, Tondut. de Pens. C. 50. n. 11. Ridolphin. in Prax. Roman. Cur. P. 2. C. 9. n. 134. et 135. e em semelhantes casos, quando se trata de Pensões Censuaes ou Emfiteuticas Peg. de Interd. C. 5. a n. 444. Souz. de Maced. Decis. 46. a n. 15. Peg. 2. For. C. 11. pag. 914. 921 923. 941.: Bem que basta sustentar a demanda o Titular para só por isso se dizer Spoliador, Tondut. de Pens. Cap. 50. n. 22. Peg. 2. For. C. 11. n. 208. (limitado porém o caso de contestar só por negação, Menoch. de Retinend. possess. Remed. 3. n. 472.

§. 197.

No Remedio da Manutenção, além da prova da posse (de que logo tratarei) he necessaria a prova da Turbação nella: Se porém basta que a Turbação seja só verbal, vejam-se discordantes Post de. Manut. Obs. 41., Gomez na L. 45. Taur. n. 170. Barbos. et Tab. Thesaur. Loc. Commun. L. 18. C. 36. ax. 1. e 2.: Bem que para neste Juizo de Manutenção se verificar o requisito da Turbação basta a insistencia na demanda, não confessando logo a acção Card. de Luc. de Judic. Discurs. 20. a n. 6.

§. 249.

Supposto que alguns DD. já referidos no §. 243. e Barbos. de Pension. P. 1. Q. 2. (escrevendo a seu favor) se satisfizerão com a prova de hum simples posse sem necessidade de produzir o Titulo da Pensão, nem Justificação do valor e mais Premissas, etc. Com tudo já acima mostrei na Nota ao §. 243.; que pelo menos seria preciso juntar a *signatura* para colorar a posse; sem cuja côr com a apparencia da *signatura* nunca jámais foi manutenivel (§. 243.): E por outra parte está assentado neste Reino (em que as *signaturas* são impraticaveis Not. ao §. 243.) que quando no Juizo Secular se trata do possessorio sobre Pensões Ecclesiasticas; a posse do Pensionario (a que o Direito resiste, deve justificar-se com a producção do Titulo da Reserva da Pensão: Assim o vemos attestado e seguido por Portug. de Donat. L. 2. C. 32. n. 36. et à n. 50. et 60. infin.; e assim o vemos julgado em Peg. Tom. 7. For. Cap. 226. Sub n. 107. Aresto, que largamente fundamentará as Deliberações transcriptas pelo mesmo Peg. desde o n. 108. até o n. 157. Confira-se Caldas Receptor. Sentent. L. 1. Q. 22. a n. 48. ad 51., aonde nem ainda se satisfaz com

a producção da simples *signatura* para se colorar a posse, sem a producção das Letras da *Reserva da Pensão*.

§. 250.

O exposto procede mais sem dúvida, quando hum Leigo, que percebia a Pensão, elle fundado unicamente na posse propõe estes Remedios: Porque se a posse de huma Pensão Ecclesiastica tem formal resistencia de Direito, ainda quando percebida por hum Clerigo; muito mais quando por hum Leigo. Só sim; se eu visse hum Clerigo exigindo do Titular do Beneficio huma Pensão uniforme por mais de dez annos successiva, e passivamente; neste Clerigo já se não dá tanta resistencia de Direito como no Secular: E aindaque a liberdade do Beneficio resista á Pensão, como especie de servidão, ou dislaceração de parte dos seus redditos; comtudo huma posse assim decennial em favor de hum Clerigo não tem tanta resistencia, e a sua antiguidade a faz attendivel: Assim se comprova com a distincção dos DD. apud Post. de Manut. Obs. 44. a n. 23. et 56. Garcia de Benef. P. 1. C. 5. n. 482. et 483.

§. 251.

Esta posse da Pensão (posse sem a qual não compete nos Remedios possessorios) se prova contra o Titular, que consentio na Pensão, ainda independente da Justificação das Premissas da Graça (o que eu não admitto) ainda por hum só acto, et maxime por muitos, e successivos recebimentos, Portug. de Donat. L. 2. C. 32. a n. 42. Barbos. de Pens. P. 1. Q. 2. a n. 39. E isto ainda que a Solução seja só de parte, mas com relação ao todo, *nisi solvens habuerit animum solvendi Pensionem restrictam ad illam partem*, Tondut. de Pens. C. 50. a n. 31. Barbos. supra n. 41.

§. 252.

Porém para se dizer aqui huma posse legitima he preciso 1.º que a Pensão se mostre paga pelo Titular, e não por Economos, e Administradores do Beneficio; ou por mandado especial e expresso do Titular, ou presumido por aquellas varias circumstancias, que aqui ponderarão Barbos. de Pens. P. 1. Q. 2. a n. 27. Tondut. de Pens. C. 50. a n. 32. Posth. de Manut. Obs. 35. He preciso 2.º que a Solução se faça pelo Titular voluntaria, e não coactamente por meio da Excommunhão, sendo esta protestada Portug. de Donat. L. 2. Cap. 32. a n. 45. Nestes DD. se verão outros requisitos necesarios para prova de huma Solução, que seja capaz de produzir posse em favor do Pensionario, e fundamentar estes possessorios contra o Titular.

S E C Ç Ã O 2.ª

*Remédios possessorios contra o Successor
no Beneficio, e que não consentio
na Pensão.*

§. 253.

Supposto que Barbosa de Pens. P. 1. Q. 2. a n. 44. diz com muitos DD. "Ex quibus omnibus infer-
"tur Pensionarium existentem in quasi possessione exi-
"gendi, manutenendum contra quemcumque Successo-
"rem in Beneficio qui nunquam solvit; cum ad effe-
"ctum manutentionis sufficiant solutiones per Præde-
"cessorem factæ; ex mutatione enim, et variatione
"personarum, contra quas possidetur, non variatur
"possessio, nec jus actoris: Nam Prædecessor, et Suc-
"cessor in Beneficio reputantur una, eademque per-
"sona"

“sona.... Unde Successor in Beneficio Spoliat, si
 “ Pensionem integre ab Antecessore solutam solvere re-
 “ cusat, daturque Pensionario Remedium Reintegran-
 “ dæ etc.,,

§. 254.

Comtudo, quanto a este Successor no Beneficio, que não consentio na Pensão, nem alguma vez a pagou ao Pensionario, ha especialidade: Que se a Pensão foi estabelecida no Beneficio pleno com consentimento do Titular antecessor; não póde o Pensionario valer-se, nem das confissões do Antecessor, nem de outras provas de posse, que não sejam as escrupulosas, que requerem os DD. citados §. 192. e 194. “Unde si Pensionarius hoc modo probaverit præcedentes solutiones, non constituitur in quasi possessione exigendi, nec ei competunt remedia possessoria,, Barbos. de Pens. Q. 2. a n. 70. Tondut. de Pens. C. 50. n. 52. Post. de Manut. Obs. 64. Sub. n. 7.

§. 255.

Exceptuado porém este caso, a posse contra o Titular antecessor fundamenta o juizo possessorio contra o Successor, que nunca pagou; e como exagerão os DD., ainda independente d’outra justificação das Premissas da Bulla da Pensão, ou da exhibição della; bem entendido, que ao menos com a producção da signatura na supplica, quando a Bulla plumbada se não produza, Tondut. de Pens. C. 37. a n. 13. ad 16. Clericat. de Pens. Discord. 17. a n. 3. Luc. de Pens. Disc. 30. n. 5. (sed vide Not. ao §. 443., et §. 449.)

§. 256.

Mas, sem a producção da Bulla, ou ao menos da signatura (no systema dos DD. das mais Nações) nada póde o Pensionario pertender contra o Successor

Titular, nem no petitorio sem justificação das Premissas se em tempo do Antecessor não as havia justificado na forma que expuz no Cap. 16. , a menos , que o Successor , ou tenha pago a mesma Pensão , ou a tenha d'algum modo approved Garcia de Benefic. P. 1. Cap. 5. n. 435. et 448. Barbos. de Pension. P. 1. Q. 2. n. 18. *ibi* =

“Attamen, si agatur contra illum, qui non con-
 “sensit reservationi Pensionis ; tunc tenebitur Pensio-
 “narius Litteras reservationis producere , et justificare
 “antequam agere valeat ad exactionem Pensionis , tam
 “in possessorio , quam in petitorio , præterquam si
 “Gratia esse Motu proprio (sed hic vide §. 221.,
 “222.) ; vel Litteræ essent per Titularem acceptatæ,
 “sive expresse sive tacite per actum id explicantem.,”

S E C Ç Ã O 3.^a

*Excepções que se devem admittir , ou rejeitar
 nestes Juizos possessorios.*

§. 257.

Supposto que seja regra geral , que nestes Juizos possessorios se não admittem Excepções dependentes d'alta indagação , mas se abandonão e remettem ao Juizo plenario Tondut. de Pens. C. 51. a n. 1. Posth de Manut. Obs. 42. n. 68. et 70. Portug de Donat. L. 2. Cap. 32. n. 64. Luc. de Pens. Disc. 17. n. 4. Clericat. de Pension. Discord. 15. n. 6. Gratian. For. Cap. 426. n. 14. et 15. , Rot. post Tond. de Pens. Decis. 81. a n. 7. : Regra, da qual Barbos. de Pens. Q. 2. , e Tondut. Cap. 51. , reduzem alguns Consecta-
 rios.

§. 258.

Comtudo , são aqui admissiveis todas as Excepções em que se accuza a nullidade da Pensão , provada pelo intrinseco da Bulla ; e todas as Excepções em que se oppõe a extincção da Pensão , quando in continenti se provão Rot. in Mantiss. ad Card. de Luc. Liv. 13. Decis. 74. n. 5. et 6. , et Decis. 75. n. 7. et 10. Clericat. de Pension. Discord. 19. n. 13. , Post. de Manut. Obs. 42. a n. 155. , optime Rocc. Selectar. Cap. 191. n. 39. et 40. Luc. de Pens. Disc. 30. a n. 6. Ridolf. in Prax. Roman. Cur. P. 2. Cap. 9. n. 132. , Tondut. de Pens. Cap. 56. a n. 5.

§. 259.

Geralmente toda a Excepção que evidenccea a nullidade do Titulo , e inficiona a posse, que delle se deriva , sendo provada incontinenti he admissivel em todo o Juizo possessorio Portug. de Donat. L. 2. C. 32. a n. 67. et 71. , Rocc. supra n. 40. Osor. de Patron. Reg. Resol. 72. a n. 16.

§. 260

Muito mais quando o Pensionario differio exigir a Pensão por muitos annos ; porque supposto que por isso a não perdesse , nem a posse , em quanto esta se lhe não introvertia , Barbos. de Pens. Q. 2. a n. 43. , Tondut. de Pens. Cap. 50. n. 8. et 9. , comtudo neste caso se deve proceder mais benignamente com o Pensionario , e admitir lhe suas Excepções , Rot. in Mantiss. ad Card. de Luc Liv. 13. Dec. 67. a n. 3. Sab II. §. Pensio Sub. n. 8. Vot. Quod existens. in quasi possessione , etc.

Nota : O Pensionario sobre as Pensões Ecclesiasticas he meramente Temporal, tanto que del-

delle , ainda entre Ecclesiasticos , conhece o Julgador Secular ex Van-Esp. de Recurs. ad Princip. Cap. 4. , e entra aqui sem differença a regra geral canonizada no Assento 16. de Fevereiro de 1786. no fim da segunda Questão ; que diz “vizivel absurdo julgar-se nos Interdictos restitutorios , e nos mais casos occorrentes no Foro a posse áquelle mesmo , que pelo Processo , e evidencia notoria dos autos se deprehende não lhe dever ser julgada a propriedade,, E com mais razão no presente caso , attento o inconveniente de ficar o Titular obrigado contribuir annualmente a Pensão em quanto durar a Causa ordinaria , (que seria eterna) sem esperanças de indemnização , ainda que a final obtenha a liberdade da Pensão como se verá no fim do Cap. ult. §. 279.

C A P I T U L O X X X .

Acção ordinaria competente ao Pensionario quando em tempo competente não uzou da possessoria.

§. 261.

OS Remedios possessorios são annaes Ord. L. 2. T. 1. §. 2. e L. 3. T. 48. §. 1. ; bem que este anno he util Cordeir de Interdict. Dub. a n. 2. Nas Pensões annuas quaesquer , que ellas sejam , ou o anno para accusar o Espolio principia do dia , em que formalmente se negarão , ainda que por muitos annos antecedentes se não tivessem exigido , Macedo. Decis. 46. n. 2. et 14. , Cordeir. Dub. 42. n. 43. et 44. : Passado o anno contado do dia da negação póde o Pensionario

rario uzar da acção de Força velha, que tem duração a 30. annos, ou do remedio do Can. *Reintegrandæ*.

§. 262.

Se pois o Pensionario acquiesce á negação da Pensão, e passa o anno depois desta negação, deve necessariamente recorrer ao Juizo Petitorio, e no Foro Ecclesiastico [a pedir a Pensão decursa, e a continuação della em quanto vivo; pois que em taes casos se podem demandar juntamente as Pensões vencidas e as futuras; e a Sentença por si mesma, (e com mais força que a via executiva pelo privilegio) fica tendo hum successiva execução por todos os vencimentos futuros, Cens. de Censib. Q. 96. n. 12. Fontanell. de Pact. Nupt. Claus. 4. gloss. 18. P. 4. n. 19. et 20. Arouc. in L. 39. ff. de Legib. Sub. n. 20.

§. 263.

Neste Juizo Petitorio (em differença do Possessorio, ut Cap. 29.) he o Pensionario obrigado não só produzir ás Letras da Pensão; mas justificallas, se antes não as havia justificado na forma já exposta no Cap. 16.; e muito mais quando propõe a acção ordinaria contra o Successor do Beneficio, que não consentio no Pensão, Garcia de Benef. P. 1. C. 5. a n. 424. 435. 448. Card. de Luc. de Benef. Discurs. 90. a n. 33.

§. 264.

Só sim; tendo o Pensionario huma posse de trinta annos não precisa d'outra justificação, Luc. supra n. 45. Ridolfin. in Prax Roman. Cur. P. 2. C. 9. n. 112. et 123. Clericat. de Pension. Discord. 17. a n. 8., maxime se o novo Successor Titular impetrou e obteve o Beneficio com a narrativa dessa Pensão, e se a pagou em alguns annos, Garc. de Benef. P. 1. C.

5. n. 478. Angele de Confissionib. L. 2. Q. 51. n. 10. Bem que a presumpção de justificação , que produz essa posse de trinta annos , admite prova em contrario Luc. de Pension. in Summ. n. 24.

Nota : Esta acção ordinaria do Pensionario admite reconvenção simultanea , pela qual o Titular póde arguir tambem ordinariamente a nullidade , ou a extincção ou a reducção da Pensão.

C A P I T U L O XXXI.

Acção de Regresso competente ao Resignante , quando o Resignatario , ou não lhe satisfaz a Pensão , ou se propõe controvertella em todo ou parte.

§. 265.

JÁ no §. 99. tratei da Clausula formalizada no §. 56. : Se se abandonar a Censura dos DD. que a reprovão ; e se não imitar o uzo da França , e Belgio , que não a admitem ; mas seguirem os sentimentos dos DD. que a modificão ; e prescrevem melhor a forma da sua Praxe ; a verdadeira deve ser ; propondo o Pensionario , que foi Resignante hum requerimento Summario , relatando a Resignação com imposição de Pensão a seu favor ; allegando que o Resignatario não lhe quer pagar : E assim que na forma da Clausula da Bulla , se cite ou para dentro de tanto tempo lhe pagar ; ou dimittir-lhe outra vez o Beneficio , ficando-lhe neste caso livre o regresso a elle e ingresso livre nelle ; e que tendo que oppor a este requerimento o faça em dez dias com a comminação de ser lansado de
Em-

Embargos, e quanto podesse oppôr, e ser condemnado com a mesma alternativa; e intimando-se-lhe depois a Sentença condemnatoria, e não pagando em outros dez dias, ficar perpetuamente privado do Beneficio, etc.

§. 266.

Esta formalidade de procedimento, adoça o rigor da mesma clausula; cumpre com o que exigem os DD. referidos no §. 99.; porque o Resignatario he citado com a alternativa, he ouvido, ou se lhe franquea a audiencia; se não comparece he condemnado com alternativa; e citando-se outra vez, e não cumprindo fica constituido em duplicada contumacia; e então se passa Mandado de Immissão na posse Card. de Luc. de Judic. Dis. 43. n. 19.

Nota: Dizerem Gracian. For. C. 921. Tondut. de Pens. Cap. 45. n. 32. Begnudell. verb. Regressus n. 6., que o Resignante por força de huma das Clausulas póde uzar do Regresso sem Sentença Declaratoria, he huma temeridade, a que justamente se oppõe Ciarlin. Contr. 36. n. 12. Luc. de Pens. Disc. 13. a n. 3. ad 8.; erro ainda mais demonstrado a face das doutrinas (§. 99.)

§. 267.

Este procedimento Summario, e assim formalizado, he competente, não só contra o primeiro Resignatario, que acceitou a Resignação com a Pensão, e esta com aquella Clausula; mas contra o Successor no mesmo Beneficio, ou por outra Resignação, ou por outra Provisão por obito do primeiro Resignatario, vivo ainda o primeiro Resignante Pensionario; Card. de Luc. de Pens. Disc. 13. 14. 15. 74. 85. et in Summ. Sub. n. 109.

§. 268.

Se o Titular assim citado embarga no termo assignado, e não allegando Solução argue nulla a Pensão, ou por se não relatar o verdadeiro valor do Benefício, ou pedindo redução della a menor quantidade, imputando ao Resignante Pensionario a culpa de não narrar elle mesmo com verdade o valor do Benefício; ainda mesmo que a Pensão imposta a favor do Resignante fosse em Benefício Paroquial clausulada = Dummodo remaneant centum, etc.; ainda mesmo que o actual Titular não seja o que consentio naquella exuberante Clausula do Regresso, e se queixe desprovido de huma competente congrua, etc. nada lhe he attendido, e a Clausula do Regresso opera a sua execução, conforme as opiniões mais seguidas, que referem o Card. de Luc. nos lugares citados (§. 267.) Barbos. de Pens. Q. 9., et P. 2. Q. 14. n. 10. Jul. Capon. Tom. 4. Discept. 253. C. 2. a n. 19. Angel. de Confess. L. 2. Q. 51. n. 12.

§. 269.

E logo que o Titular, ainda que seja o Successor se proponha embargar o procedimento, allegando, ou nullidade, ou redução da Pensão, etc. commette Spolio, e póde o Resignante Pensionario queixar-se Spoliado da posse civil, que sempre ficou conservando, dimittindo só a natural, mas condicional, e ligada com a Clausula do Regresso; Barbos. de Pens. P. 2. Q. 9. a n. 8. ad 10. Tondut. de Pens. C. 48. n. 6. 7. 8. Lotter. de Re Benefic. L. 1. Q. 40. n. 275.

Nota: A razão que justifica o Regresso contra o Resignatario que acceitou a Resignação com essa Pensão, *he ut malitiis hominum occurratur*, como com Thomassin, Van-Espen e outros Resignant.

gant. ad Reg. 26. Cancell. n. 161. attestando que "*passim videmus in Rota, aliisque Tribunalibus Ecclesiasticis canonisari Regressus*," As razões porque he praticavel com justiça o Regresso contra o Successor no Beneficio. Logo que este argua a nullidade da Pensão, são estas (ex eo d. Rigant. ad Reg. 55. n. 30. et 31.) "*ubi reservatio ex aliquo defectu nulla, et irrita redditur, non abdicatur à Resignante jus, quod super Beneficio habebat, sed adhuc penes ipsum remanet perinde ac si Resignatio fuisset nulla ex culpa, et dolo Resignantis, quia nempe aut verum Beneficii valorem non expressit, aut illum adauxit, etc. etc.*," Ora huma vez que o Titular opponha nullidade; e o Resignatario a confesse, estamos no caso do Regresso em favor do Resignante.

§. 270.

Só sim se o Titular Successor não cousentio nessa Clausula do Regresso; achando que deduzida a Pensão, não lhe restão os 100 Duccados, impetra Indulto, em que se lhe dispense a Clausula = *Quod Pensio reduci non possit* = Indulto Concessivel ex Gracia de Benef. P. 1. C. 5. n. 402., Van-Esp. de Jur. Eccles. P. 2. Sect. 3. Tit. 11. C. 8. n. 21.: Então, sem temer o Regresso póde pedir redução da Pensão, com tanto porém, esteja premunido com aquelle Indulto antes de accionado; porque depois não será facil obtello na Curia.

§. 217.

Evita porém o Titular o regresso do Resignante; se ainda depois de convencido, mas antes de executado o Regresso purga a mora, depozitando as Pensões decursas, Card. de Luc. de Pens. Disc. 13. n. 11. et in Summ. de Pension. n. 109. prop. fin., Be-

gnudell. verb. Regressus n. 1. in fin. Tondut. de Pens. C. 45. n. 7. et Cap. 47. n. 18.

Nota: Utrum Resignans recipiendo Pensiones decursas, videatur regressui renuntiare? Vide distinguentes, Barbos. de Pens. P. 2. Q. 10. Tondut. de Pension. Cap. 41. tot.

§. 272.

Não pôde porém o Resignante com Pensão intentar o Regresso quando depois da Resignação se fez incapaz de obter Benefício; como casando-se, mas obtendo Indulto para receber a Pensão no-re estado: Nem também o Pensionario, em cujo favor se impoz a Pensão, e nunca possuo, Luc. de Pens. Disc. 12. a n. 14. Se o Regresso compete ao Translatario da Pensão, sendo aliàs habil para o Benefício? Vid. Luc. de Pens. Disc. 12. n. 11. 12. 13.

O mais que occorrer sobre este objecto, e de que se duvidar, se pôde ver nos DD. citados.

C A P I T U L O XXXII.

Ação ordinaria competente ao Titular para Libertar o Beneficio da Pensão imposta; ou para obter redução e minoração della.

§. 273.

EXceptuemos aqui o caso em que o Pensionario foi o Resignante com reserva da Pensão; e o actual Titular, ou fosse o que acceitou a Resignação clauulada com Regresso, ou fosse Successor no Beneficio:
Pois

Pois se se arroga temerario a propor tal acção contra o Pensionario, que foi Resignante, fica sacrificado ao Regresso e ao Spolio (Cap. 31.) Fallo dos mais Titulares, que pagão Pensões, ou a quem não foi Resignante do mesmo Beneficio, ou ao Resignante, que já não pôde ter Regresso (§. 272.)

§. 274.

Pelo que respeita a 1.^a parte: Esta acção do Titular pôde ter fundamento em qualquer nullidade, em que labore a Graça da Pensão, segundo o que fica exposto nesta Obra; ou em qualquer das causas pelas quaes a Pensão valida se extingue, e tambem ficão demonstradas. Mas com a differença; que se o Titular argue a nullidade; ou por se não verificar o narrado valor do Beneficio per ascensum, ou porque se não realizão as circumstancias da Graça essenciaes, que habilitem o Pensionario para receber a Pensão; e o Pensionario nunca as justificou na forma, que deixo exposto no Cap. 16.; nestes casos incumbe ao Pensionario nesta acção a prova do valor per ascensum, e a prova das Premissas da Graça, como se pôde ver nos DD. citados Cap. 30., e nos lugares a que ahi me remetto; a menos, que o Pensionario não tenha huma posse de 30. annos, que presume justificação em quanto esta presumpção se não illide com prova contraria (§. 264.)

§. 275.

Se porém o Titular argue extincta a Pensão, aliás válida no seu principio então a elle incumbe a prova da causa da extinctão. E quanto a segunda parte. Nos mais Beneficios, que não são ou Episcopado, ou Paroquias com Cura d'almas: nunca se formaliza a Bulla com a Clausula = Dummodo, etc.: E não he tão facil obter o Titular reduccão da Pensão; devendo

do imputar a si a culpa de aceitar o Beneficio assim gravado com grande Pensão: Sobre o que se veja com algumas declarações Tondut. de Pens. Cap. 58. a n. 16., et n. 32.: Bem que Gibert. Corp. Jur. Canon. Tom. 3. pag. 102., Reg. 20. amplia o favor da redução a Beneficios não parroquiaes, a que he annexo o ministerio pessoal (Conf. §.)

§. 276.

Nos Beneficios Curados sempre se subentende a Clausula Dummodo, etc. com esta differença, que quando não he expressa na Bulla da Pensão incumbe ao Paroco a prova de que deduzida a mesma Pensão, não lhe resta nos renditos do Beneficio o sufficiente para a sua congrua, Luc. de Pens. Disc. 2. n. 4. Clericat. de Pens. Discord. 11. Sub. n. 26.: E quando a dita Clausula he expressa na Bulla da Pensão, incumbe ao Pensionario justificar, que ainda deduzida a assignada Pensão, restão dos renditos do Beneficio os *centum pro Rectore* na forma, que se expoz no Cap. 16.; Clericat. supra; a menos que o Pensionario não esteja em posse da Pensão; porque nesse caso, nem na via executiva; nem na possessoria precisa dessa justificação, segundo as declarações nos Capitulos 28. e 29. No Juizo Petitorio incumbe ao Pensionario esta Justificação (Cap. 30.) Conf. Rot. in Mantiss. ad Card. de Luc. 13. de Jur. Patron. Decis. 51. et 52. videndus.

§ 277.

Porém, por mais que o Pensionario, ou na execução das Letras da Pensão cumpra com as precisas justificações, ut Cap. 16., ou no Petitorio, ut Cap. 30.; esta Clausula = Dummodo = tem trato successivo; de forma, que em todo o tempo em que os fructos por vicissitudes dos tempos, calamidades de guer-

ras, e mais casos fortuitos, venhão a ser tão poucos, que, deduzida a Pensão, não restem os *censum pro Rectore*; e ainda mesmo que esta fallencia se experimente em hum só anno callamitoso, póde o Titular pedir redução da Pensão até se lhe prefazer aquella Congrua do Concilio Tridentino; e com tal especialidade, que nem ainda he obrigado a compensar a falta de huns annos com a superabundancia d'outros, ut optime et Latissime Clericat. de Pens. Discord. 2. tot. Tondut. de Pens. Cap. 58. a n. 16. Roz. de Execut. Litterar. Apost. P. 1. C. 5. a n. 99. et Cap. 15. n. 15. Garcia de Benefic. P. 1. Cap. 5. n. 397. (declarando no n. 441., que para esta redução não he necessario recorrer ao Papa; e que basta recorrer ao Ordinario.)

Nota: A Congrua do Paroco sempre teve; e deve ter a primeira preferencia em concurso de Dizimadores e Pensionarios, Fabr. in Cod. Liv. 1. T. 2. Defin. 52. Van-Esp. de Jur. Eccles. P. 2. Sect. 4. T. 2. C. 4. n. 30. junto o n. 26. Ainda mesmo que hum Paroco acceite hum Beneficio com tenue Congrua; elle pelo Beneficio da restituição in integrum póde impetrar Supplemto; provando a insufficiencia da Congrua, regulada esta pela numerozidade do Povo, situação, etc. Tondut. QQ. Benefic. P. 1. Cap. 58. a n. 7. Ferraris et Addit. verb. Congrua quidquid in contrarium Osor. de Patron. Reg. Resol. 28.

§. 278.

Sendo certo, que pendente a demanda sobre a nullidade ou a redução da Pensão, deve o Pensionario ser privado da sua posse; mas deve contribuir-se lhe Pensão pendente a lide em quanto por final Sentença se julga nulla, ou reduzida a menor quantidade,
Mo-

Moraes de Execut. Liv. 1. C. 7. n. 22. Sabell. §. Pensio. n. 6. Vot. Quod Pensionario existenti, etc. et Sub. n. 6. Vot. Interim tamen.

§. 279.

Suscita-se pois a Questão: Se pendente a demanda, deve o Pensionario caucionar a restituição do que injustamente receber; se a final se julgar nulla, ou reduzida a Pensão? O Cardeal de Luc. de Pension. ad Ornat. Constit. Innoc. XI. Cap. 16. n. 19. declama, que toda a razão forceja para que deva caucionar; mas attesta que em contrario está o estylo. E Stylo irracional, porque como prosegue o mesmo Luca "Est
"est una ex rationibus, ob quas Titulares, quamvis ex-
"cessive gravati, coguntur gemere sub jugo, et absi-
"nere ab assumptione et prosecutione hujusmodi Li-
"tium,, Podia accrescentar em razão, que os Titulares assim obrigados contribuir a Pensão sem caução do Pensionario, perdem as esperanças da indemnização, ou muito tarde; tendo em vista o eterno das demandas no Juizo Ecclesiastico, ex Peg. Tom. 8. ad Ord. L. 2. T. 1. §. 2. n. 22.

Nota: Nos mais casos, proposta a acção de *Nullidade ou Rescisão* do Titulo, o Reo que em execução do mesmo Titulo estava na posse de perceber alguma prestação annua; supposto que pendente a demanda não possa ser privado dessa posse, deve comtudo caucionar os recebimentos para os restituir, succumbindo a final na demanda Giurb Dec. 100. n. 4., Moraes de Execut. L. 1. C. 7. n. 28: Porém o commum das Pensões he assignarem se aos Pensinarios, em qualidade de pobres, para alimentos, Barbos. de Pens. in Proem. n. 7. Tondut. de Pens. C. 57. n. 8. C. 58. Sub. n. 16., Cap. 81. n. 2. Cleri-

ricat. de Pens. Discord. 20. n. 6.: Nesta intelligencia póde para não dever caucionar o Pensionario, argumentare-se com os mais Alimentarios que não são obrigados caucionar o recebimento dos alimentos Peg. 1. For. Cap. 7. n. 46. et 47.: Porém, aqui entra em collizão a Congrua do Paroco, que tambem he alimentaria, e com o favor dos alimentos, Luc. Ferrar. verb. Congrua n. 13. a Congrua do Paroco, que tem a primeira preferencia a Dizimadores, e Pensionarios (§. 277. Not.) E por mais privilegiada que seja a Pensão, cessa esse privilegio contra o Paroco que o tem duplicado; e que de mais a mais trata de *damno vitando*, tratando o Pensionario de *Lucro captando*: Pelo que venho a assentar que o Pensionario deve caucionar; e que o contrario seria a maior iniquidade: O Pensionario eternizaria a demanda em quanto vivo, ou em quanto vivo o Titular, etc.

§. 280.

Annulleda finalmente por Sentença, a Pensão; fica salvo ao Titular repetir do Pensionario, todas as Pensões, que lhe pagou, sem que neste caso o Pensionario se possa pretextar com boa fé nem que só as deve da Litis contestação; como assim ha huma Magistral Decisão da Rot. Roman. in Mantiss. ad Card. de Luc. super Tractat. de Statutar. Succession. (que vem no Tom. 4. das Decisões collectadas ao mesmo Luc. pagin. 302. e 303.) Conf. Rigant. ad Reg. 55. Cancell. a n. 203. Lotter. de Re Beneficiar. L. 1. Q. 8. n. 229., tetigit. Torr. de Pact. futur. Success. L. 1. C. 8. n. 59.